



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2012

PORTUGAL CAPITAL VENTURES | Growing.Global

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
PARTE I: A Portugal Ventures	
1. Perfil Corporativo	7
1.1 Identidade	7
1.2 Órgãos Sociais.....	7
1.3 Estrutura Acionista.....	9
1.4 Missão e Valores	10
2. Orientações e Objetivos de Política Pública.....	10
3. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento.....	11
3.1 Áreas de Investimento	11
3.2 Objetivos da Política de Investimento.....	12
4. Estrutura Organizativa	13
4.1 Unidades de Negócio.....	15
4.1.1 <i>Private Equity</i>	15
4.1.2 <i>Venture Capital</i>	16
4.1.3 <i>Tourism, Hospitality & Leisure</i>	18
4.2 Unidades de Estrutura	19
4.2.1 Operações e Sistemas de Informação	19
4.2.2 Unidade Jurídica	19
4.2.3 Comunicação e Parcerias.....	20
4.2.4 Administrativa, Financeira e Recursos Humanos.....	21
4.2.5 Operações Externas	21
5. Governo da Sociedade (nos termos da RCM n.º 49/2007 de 28 de março).....	22
5.1 Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	22
5.2 Regulamentos Internos e Externos	22
5.3 Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	22
5.4 Outras Transações	23
5.5 Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais.....	23
5.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	23
5.7 Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental.....	23
5.8 Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	24
5.9 Código de Conduta.....	25
5.10 Sistema de Controlo	25
5.11 Prevenção de Conflito de Interesses.....	25
5.12 Divulgação de Informação	26
6. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto)	27



Parte II: Relatório de Atividade e Perspetivas para 2013

7. Conjuntura Macroeconómica Nacional	33
8. Carteira de Fundos	34
8.1 Caracterização Geral do Investimento	34
8.2 Valorização do Investimento.....	35
8.3 Maturidade de Investimento	37
8.4 Participação Acionista.....	38
8.5 Atividade de Investimento em 2012.....	38
8.6 Atividade de Desinvestimento em 2012	39
8.7 Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira	40
8.8 Caracterização Macro dos Ativos e Distribuição por Área de Negócio	41
9. Atividade das Unidades de Negócios	43
9.1 <i>Private Equity</i>	43
9.2 <i>Venture Capital</i>	45
9.3 <i>Tourism, Hospitality & Leisure</i>	49
10. Evolução Financeira / Análise das Contas	51
11. Proposta de Aplicação de Resultados da Portugal Ventures	56
12. Factos Subsequentes	57
13. Perspetivas para 2013	57
14. Outra Informação Relevante.....	63
14.1 Informação sobre a Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012.....	63
14.2 Lista dos Titulares de Participações Qualificadas	63
15. Agradecimentos	64
Anexo ao Ponto 5.6	65

PARTE III: Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2012	73
Demonstração dos Resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2012	74
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2012.....	75
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	76
Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012	77
Certificação Legal de Contas	
Relatório dos Auditores Externos	
Parecer do Conselho Geral e de Supervisão	

Mensagem do Conselho de Administração

Com a constituição da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A., o ano de 2012 ficou marcado pela concretização do projeto de consolidação do setor de capital de risco público, que muito deve à determinação, forte empenho e apoio prestado por parte da Secretaria de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ministério da Economia e do Emprego.

Fechou-se um ciclo de 25 anos de desenvolvimento, iniciado em 1988 com a constituição da AICEP Capital Global, logo seguido da criação da InovCapital em 1989 e, mais tarde, da Turismo Capital em 1991. O novo ciclo que agora se inicia alicerça-se numa maior e mais racional concentração de meios para o investimento público e permitirá uma melhor definição e mais forte capacidade de execução dos objetivos estratégicos que lhe estão associados.

A Portugal Ventures tem um capital social de 40,4 milhões de euros, distribuído por 14 acionistas, e integra nos seus quadros 39 colaboradores distribuídos pela sede Societária, no Porto, e pelo centro de Lisboa. Desenvolve a sua atividade na administração de 25 fundos de capital de risco e tem um total de capitais sob gestão de cerca de 474 milhões de euros distribuídos por 32 Participantes. A 31 de dezembro de 2012 a carteira de investimentos sob gestão, incluindo a carteira da própria sociedade, ascendia a cerca de 309 milhões de euros, correspondente a 168 participações sociais.

A atividade da Sociedade em 2012 foi, naturalmente, fortemente condicionada pelo projeto de fusão realizado e no âmbito do qual se implementou um vasto programa de reestruturação interna. Das áreas de intervenção que foram objeto do programa de reestruturação, e que envolveram quase todos os colaboradores da empresa, merecem particular destaque (i) o desenho da nova organização e a definição de novas funções e responsabilidades, (ii) a otimização dos custos de estrutura, (iii) a integração dos sistemas de informação e (iv) o desenvolvimento de uma metodologia uniforme e *standardizada* para avaliação de ativos da Sociedade e dos fundos de capital de risco sob gestão.

Ao transpor para a sua esfera de atuação os objetivos da política pública no setor do capital de risco, a Portugal Ventures orienta a sua atividade por dois objetivos fundamentais de carácter estruturante. Por um lado, o enfoque na procura de rentabilidade dos projetos de investimento como condição necessária para a obtenção da rentabilidade dos fundos sob gestão e retorno de mais-valias aos seus participantes e que, por sua vez, permitirá assegurar condições de sustentabilidade futura da atividade de capital de risco. Por outro lado, a missão pública que lhe está confiada incute-lhe a responsabilidade de atuar como indutor e catalisador da indústria nacional de capital de risco, com o objetivo último de promover o desenvolvimento económico, sustentável e globalmente competitivo da indústria nacional.

Estes objetivos enquadraram a atividade operacional da empresa desenvolvida durante 2012, com particular destaque para a dinamização do *deal-flow* como fator essencial para a qualificação do investimento e a correção de debilidades estruturais na atividade de capital de risco. A dinamização do *deal-flow* foi transversal às áreas de investimento, com particular enfoque no empreendedorismo

de base tecnológica. O lançamento do Programa de Ignição e de duas das suas vertentes de intervenção mais estruturante – a *Ignition Partners Network* e a *Call for Entrepreneurship*, contribuiu para uma forte mobilização de 33 parceiros em todo o território nacional e de cerca de 400 empreendedores que corporizaram mais de 140 projetos empresariais emergentes de que poderão resultar algumas das futuras empresas globais nacionais. Também no âmbito do investimento de maior maturidade empresarial, característico da intervenção de *Private Equity*, se procurou o desenvolvimento de parcerias com o sistema bancário nacional por forma a aceder a um universo empresarial significativo e potenciador da capacidade exportadora nacional.

No final de 2012, a Sociedade regista um valor global de património líquido sob gestão de 247,4 milhões de euros, resultante de um investimento total líquido acumulado de 334 milhões de euros. Durante o exercício, concretizaram-se operações de investimento em 30 empresas, das quais 30 empresas participadas foram objeto de reforços de investimento e 5 novas empresas foram objeto do primeiro investimento pela Portugal Ventures. O total de investimento realizado ascendeu a 17,4 milhões de euros, dos quais 7,8 milhões de euros foram concretizados na área de *Private Equity* e 5,1 milhões de euros na área de *Venture Capital*, incluindo o segmento de *Seed Innovation Capital*. O setor do Turismo, que mantém uma especificidade própria e enfoque operacional no seio da Sociedade, absorveu 4,5 milhões de euros de investimento, correspondendo a 26% do investimento total realizado.

O desinvestimento concretizado em 2012 ascendeu a 28,2 milhões de euros, num total de 28 operações. Na área do Turismo realizaram-se operações de desinvestimento no valor de 7 milhões de euros, a área de *Private Equity* concretizou desinvestimentos no montante de 5,4 milhões de euros, enquanto que a área de *Venture Capital*, incluindo o segmento de *Seed Innovation Capital*, concretizou desinvestimentos no valor de 4,9 milhões de euros.

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2012 traduziu-se no valor negativo de 2 milhões de euros, fortemente impactado pela desvalorização ocorrida na carteira de ativos de capital de risco detidos pela Sociedade e, numa dimensão menor, a custos não recorrentes resultantes do processo de fusão. O movimento negativo ocorrido na carteira de ativos de capital de risco reflete os resultados da adoção de uma nova, mais consistente e adequada metodologia de avaliação, bem como o impacto da conjuntura atual na situação económica e financeira das empresas participadas.

Do ponto de vista do desempenho económico, realça-se que os gastos de estrutura e funcionamento da Sociedade (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), apresentaram um desvio favorável de 242 mil euros face ao orçamento e de 618 mil euros face ao período homólogo de 2011, o que reflete uma gestão eficiente e criteriosa e, sobretudo, a poupança de recursos (humanos e materiais) que resultou do projeto de fusão.

Perspetiva-se 2013 como um ano de atividade da Portugal Ventures na prossecução plena dos seus objetivos. Em primeiro lugar, desenvolvendo uma atuação pró-ativa para aumentar o *deal-flow*, visando a identificação de projetos e investimento com critérios crescentemente seletivos. Em segundo lugar, obtendo um melhor e mais eficaz acompanhamento das empresas participadas



como fator crítico da valorização do investimento. Em terceiro lugar, reforçando a rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o fluxo *outbound* de *start-ups* de base tecnológica. Por último, promovendo o investimento sindicado com base no desenvolvimento de modelos de partilha de risco e cofinanciamento com entidades privadas e, desta forma, dinamizando a atividade privada de capital de risco com participação nacional e, sobretudo, internacional.

A terminar, uma palavra de sincero Agradecimento a todos os que tornaram possível o projeto concretizado em 2012 e, sobretudo, o novo ciclo de desenvolvimento da atividade pública de capital de risco que a Portugal Ventures corporiza. A todos os Órgãos Sociais da AICEP Capital Global, Turismo Capital e InovCapital, em particular às suas Administrações, pelo empenho com que abraçaram o projeto de fusão societário e pelo inextinguível apoio que o tornou uma realidade. A todos os colaboradores da Portugal Ventures, pelo esforço dedicado a uma atividade que largamente excedeu “a rotina” num ano particularmente exigente e, sobretudo, pela motivação que a todos mobiliza para a prossecução da nossa nova missão.

O Conselho de Administração

PARTE I - A Portugal Ventures

1. Perfil Corporativo	7
1.1 Identidade	7
1.2 Órgãos Sociais	7
1.3 Estrutura Acionista	9
1.4 Missão e Valores	10
2. Orientações e Objetivos de Política Pública	10
3. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento	11
3.1 Áreas de Investimento	11
3.2 Objetivos da Política de Investimento	12
4. Estrutura Organizativa	13
4.1 Unidades de Negócio	15
4.1.1 <i>Private Equity</i>	15
4.1.2 <i>Venture Capital</i>	16
4.1.3 <i>Tourism, Hospitality & Leisure</i>	18
4.2 Unidades de Estrutura	19
4.2.1 Operações e Sistemas de Informação	19
4.2.2 Unidade Jurídica	19
4.2.3 Comunicação e Parcerias	20
4.2.4 Administrativa, Financeira e Recursos Humanos	21
4.2.5 Operações Externas	21
5. Governo da Sociedade (nos termos da RCM n.º 49/2007 de 28 de março)	22
5.1 Missão, Objetivos e Políticas da Empresa	22
5.2 Regulamentos Internos e Externos	22
5.3 Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	22
5.4 Outras Transações	23
5.5 Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais	23
5.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	23
5.7 Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental	23
5.8 Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	24
5.9 Código de Conduta	25
5.10 Sistema de Controlo	25
5.11 Prevenção de Conflito de Interesses	25
5.12 Divulgação de Informação	26
6. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto)	27

1. Perfil Corporativo

1.1 Identidade

No âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público, definida por Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 (DR 1.ª Série de 29.11.2011), a Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (anteriormente denominada Inovcapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A) incorporou, por fusão concluída em 27 de junho de 2012, as sociedades, AICEP Capital Global - Sociedade de Capital de Risco, S.A. e TC Turismo Capital-SCR, S.A.

A Portugal Ventures tem um capital social de 40,4 milhões de euros, distribuído por 14 acionistas. Desenvolve a sua atividade na administração de 25 fundos de capital de risco e tem um total de capitais sob gestão de cerca de 474 milhões de euros distribuídos por 32 Participantes. A 31 de dezembro de 2012 a carteira de investimento de capital de risco sob gestão ascendia a cerca de 309 milhões de euros, distribuído por 168 participações sociais, incluindo a carteira própria da sociedade que representava 15 milhões de euros em 30 participações sociais.

Durante o segundo semestre de 2012 deu-se início, junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), ao processo de alteração da denominação dos fundos de capital de risco sob gestão, com o objetivo de estabelecer a identidade Portugal Ventures como referência no mercado. Este objetivo foi concretizado no mês de fevereiro de 2013, devendo estas alterações ser ratificadas nas Assembleias de Participantes dos fundos a ocorrerem proximamente.

Face aos valores registados pelo setor em 2011 e divulgados pela CMVM, a Portugal Ventures ocuparia a posição de 4º lugar no *ranking* dos operadores de capital de risco em Portugal, com uma quota de mercado de 12,9%.

1.2 Órgãos Sociais

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de junho de 2012, designou para o exercício de funções no mandato de 2012 a 2014 os seguintes Órgãos Sociais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente:	Dr. Alberto Amorim Pereira
Vice-Presidente:	Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro
Secretária:	Dra. Sofia Ferreira da Costa

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO:

Presidente:	IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento representado pelo seu Presidente, Dr. Luís Filipe dos Santos Costa
-------------	--



Vogais:	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo seu Presidente, Dr. Pedro Trigo de Morais de Albuquerque Reis
	Turismo de Portugal, I.P. representado pelo seu Presidente, Dr. Frederico de Freitas Costa
	Direção Geral do Tesouro e Finanças representada pela Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo
	Banco Comercial Português, S.A. representado por Dr. Miguel Maya Dias Pinheiro
	Banco Espírito Santo, S.A. representado por Dr. Marco Paulo Salvado Neves
	Banco Português de Investimento, S.A. representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda
	PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A. representada por Dr. João Carlos de Magalhães Correia de Matos
	Caixa Geral de Depósitos, S.A. representada por Dr. José Carlos Atháide dos Remédios Furtado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO:

Presidente:	Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca
Vice-Presidente:	Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes
Vogal:	Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo:	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães
Suplente:	Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão

SOCIEDADE DE AUDITORES

BDO & Associados, SROC, Lda.



1.3 Estrutura Acionista

Com a concretização do projeto de fusão, o capital social da Sociedade foi definido em 40.412.650 (quarenta milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinquenta) euros representado por 8.082.530 (oito milhões, oitenta e duas mil, quinhentos e trinta) ações de valor nominal de 5 euros cada uma.

A estrutura acionista da Sociedade foi definida tomando por base o valor patrimonial dos acionistas determinado em função da quota-parte detida por cada um nos capitais próprios das sociedades InovCapital, AICEP Capital Global e TC – Turismo Capital, com referência às contas à data de 31 de dezembro de 2011, auditadas e aprovadas nas respetivas assembleias gerais, e incorporando a redução ocorrida no capital social da AICEP Capital Global por deliberação tomada em assembleia geral ocorrida no mês de maio de 2012.

Posteriormente, foi ainda considerada a distribuição aos acionistas da TC – Turismo Capital de dividendos referentes ao exercício de 2011, deliberação tomada em Assembleia Geral de 27 de março de 2012. Esta situação alterou a determinação do valor patrimonial e a estrutura acionista originalmente definidos para efeitos do projeto de fusão da Portugal Ventures. Assim, procedeu-se à correção da distribuição de participações com a prévia aprovação dos acionistas Turismo de Portugal, I.P., Banco BPI, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., mas ainda sujeita a ratificação em assembleia geral, da qual resulta a estrutura acionista que se indica seguidamente.

Accionista	Valor Nominal	%
IAPMEI - Instituto Apoio às PME e à Inovação	17.192.995 €	42,54
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, SA	2.503.205 €	6,19
Banco Espírito Santo	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12.625 €	0,03
Citibank Portugal, SA	12.625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, SA	5.050 €	0,01
Total	40.412.650 €	100,00



1.4 Missão e Valores

A Portugal Ventures tem como missão investir, de modo pró-ativo e orientado à rentabilização dos seus ativos e fundos sob gestão, em empresas do tecido económico nacional de bens e serviços transacionáveis, quer nos setores industriais mais tradicionais quer em novos setores industriais emergentes de base científica e tecnológica. A prossecução da sua missão assenta nos seguintes valores corporativos:

- *Accountability*
- Responsabilidade
- Excelência
- Independência
- Isenção
- Transparência
- Ambição
- Perseverança

2. Orientações e Objetivos de Política Pública

As orientações de política pública, consubstanciadas no Programa do Governo para a reforma do setor do capital de risco, foram prosseguidas durante o ano de 2012, tendo a Portugal Ventures transportado para a sua esfera de atuação os seguintes seis princípios de atuação:

- Clarificação dos objetivos estratégicos e concentração de meios para o investimento público;
- Dinamização da atividade privada de *Venture Capital* e *Private Equity*, com participação nacional e internacional;
- Impulso ao desenvolvimento do empreendedorismo nacional e à valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica;
- Contribuição para a criação de uma nova realidade empresarial de elevado potencial exportador, globalmente competitiva e posicionada nas cadeias de valor internacionais;
- Contribuição para a criação de fatores de impacto económico com base sustentável e duradoura;
- Racionalização e significativa redução de custos operacionais.

3. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento

3.1 Áreas de Investimento

No âmbito da sua política para o investimento empresarial, a Portugal Ventures intervém nas áreas de *Venture Capital* e de *Private Equity*.

A área de *Venture Capital* tem por objetivo o investimento em projetos de base tecnológica com a finalidade de geração de negócios alicerçados numa forte capacidade de inovação internacionalmente referenciada e com elevado potencial de crescimento em mercados globais. Este investimento é estruturado por forma a permitir a intervenção nas várias fases do ciclo de desenvolvimento e crescimento empresarial, nomeadamente as fases de *Seed Investment*, *Early Stage* e *Scale-up*, e tem por objetivo a construção de uma pirâmide de investimento que permita a participação de capital de risco privado, nacional e internacional, nas fases de maior maturidade empresarial.

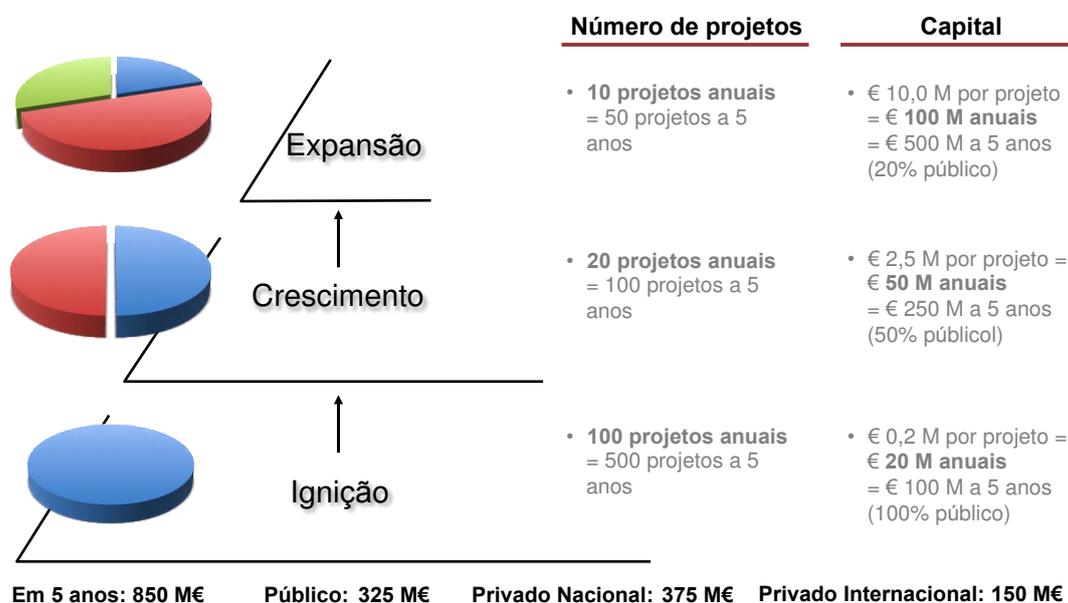


Figura 1: Modelo conceptual da pirâmide de investimento na área de *Venture Capital*

O modelo conceptual da pirâmide de investimento na área de *Venture Capital* assenta na capacidade de mobilização do ecossistema nacional de empreendedorismo tecnológico para a construção de uma base sólida e sustentável de projetos empresariais.

A área de *Private Equity* tem por objetivo o investimento no tecido económico e empresarial mais tradicional, de bens e serviços transacionáveis, incluindo a atividade na indústria do turismo, por forma a promover a sua revitalização através de operações de reorganização empresarial, consolidação setorial e forte apoio a processos de internacionalização.

3.2 Objetivos da Política de Investimento

A política de investimento da Portugal Ventures orienta-se pelos seguintes objetivos de caráter estruturante para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria de capital de risco nacional:

Rentabilidade e Sustentabilidade: O enfoque na procura de rentabilidade dos projetos de investimento é condição necessária para a obtenção da rentabilidade dos fundos e retorno de mais-valias aos seus participantes e que, por sua vez, permitirá assegurar condições de sustentabilidade futura da atividade de capital de risco. A prossecução destes objetivos assenta em quatro linhas fundamentais de atuação:

- Captação pró-ativa de projetos;
- Aposta em projetos vencedores com base em critérios claros de qualidade e potencial de geração de valor;
- Acompanhamento pró-ativo de participadas;
- Definição e contratualização de condições de desinvestimento que garantam a valorização dos ativos em mercado, nomeadamente no mercado internacional.

Indutor e Catalisador: Ciente da missão pública que lhe está atribuída, a Portugal Ventures procura desempenhar um papel indutor e catalisador da indústria nacional de capital de risco com os objetivos de contribuir para a atração de investimento privado, nacional e, sobretudo, internacional, dinamizar o empreendedorismo tecnológico nacional, promover o bom aproveitamento de recursos nacionais e contribuir para a valorização do conhecimento científico e tecnológico. A prossecução destes objetivos assenta em quatro linhas fundamentais de atuação:

- Agregação e dinamização de uma rede nacional de competências e capacidades para o desenvolvimento de um ecossistema moderno e competitivo de empreendedorismo de base tecnológica;
- Adoção das melhores práticas internacionais da indústria de capital de risco;
- Abertura ao exterior, quer promovendo o posicionamento de participadas nos mercados globais e cadeias de valor internacionais, quer através da construção de uma rede internacional de participantes detentores de conhecimento industrial e tecnológico relevante e experiência significativa na criação, desenvolvimento e liderança de *start-ups* de base tecnológica.
- Forte dinamização do *deal-flow* como forma de potenciar o aparecimento de projetos com elevada qualidade.

4. Estrutura Organizativa

O Governo da Portugal Ventures é corporizado por um Conselho Geral e de Supervisão, atualmente constituído por 9 Conselheiros, e por um Conselho de Administração Executivo constituído por 3 Administradores. No final de 2012, a estrutura operacional e funcional da Sociedade compreende um total de 41 colaboradores integrados em 4 Unidades de Negócio e 4 Unidades de Estrutura, incluindo a unidade Jurídica. A Sociedade dispõe de instalações no Porto (Sede Societária) e em Lisboa (Sede Executiva).

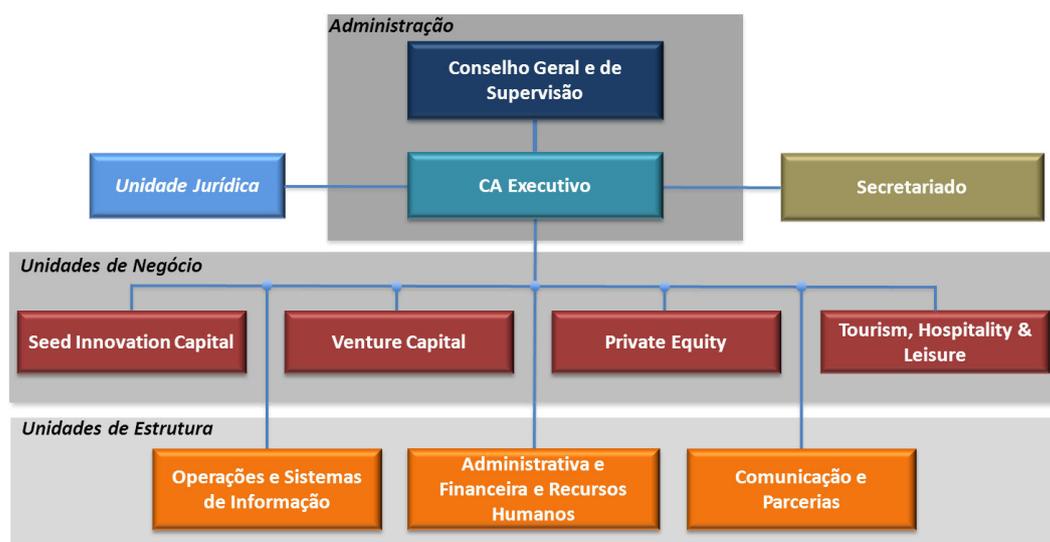


Figura 2: Organograma da Portugal Ventures no final de 2012

No final de 2012, e depois de quase 7 meses de existência da organização original da Portugal Ventures, tornou-se necessário proceder a uma adaptação organizacional por forma a corresponder à dinâmica de desenvolvimento da sociedade e responder de forma mais eficaz aos desafios da sua atividade.

Por um lado, a forte dinâmica gerada na dinamização do *deal-flow* para investimento em projetos empresariais emergentes de base tecnológica revelou a clara insuficiência de recursos da Unidade de *Seed Innovation Capital* e, nesse sentido, foi decidida a sua consolidação com a Unidade de *Venture Capital*. Esta unidade de negócios tem a responsabilidade de investimento nos projetos empresariais de base tecnológica representativos de uma moderna Economia do Conhecimento ao longo das várias fases de maturidade do desenvolvimento das empresas, desde a fase de *Seed* até às fases de *Early Stage* e *Scale-up*.

Por outro lado, detetaram-se insuficiências e fragilidades no acompanhamento da rede de gestores externos que intervêm em empresas participadas, impedindo a atempada identificação de problemas e, por isso, limitando significativamente a capacidade e qualidade de intervenção. Nesse sentido, foi definida uma nova área de intervenção operacional – Operações Externas – com a missão de coordenar a rede de gestores externos e obter melhorias significativas na qualidade de acompanhamento, permitindo a deteção atempada de problemas e uma mais rápida e melhor qualidade de intervenção.

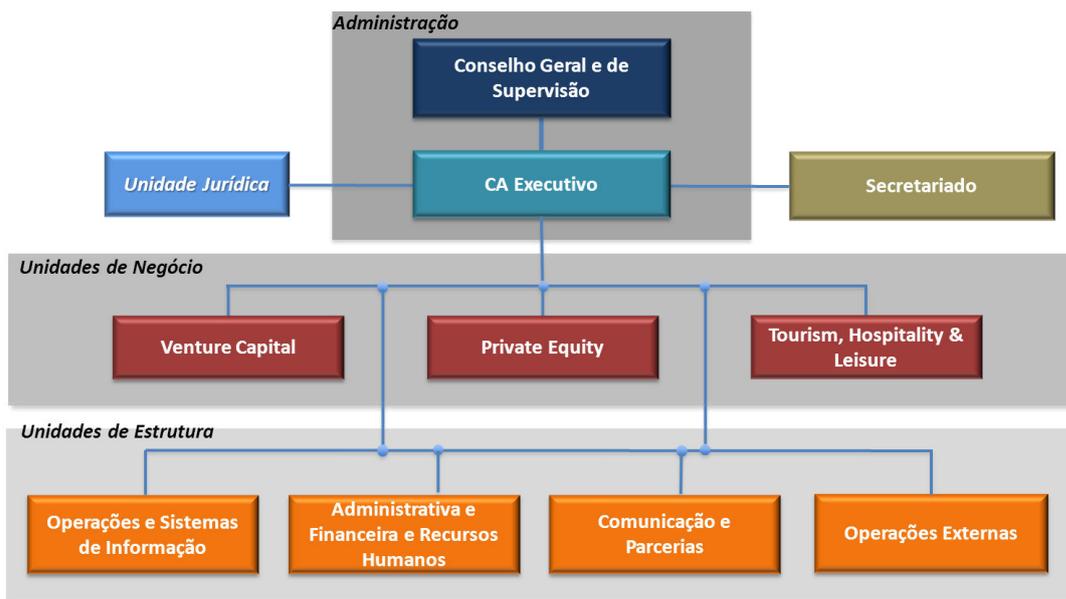


Figura 3: Novo Organigrama da Portugal Ventures implementado desde o início de 2013



4.1 Unidades de Negócio

4.1.1 *Private Equity*

A unidade de negócio de *Private Equity* está especialmente focada na revitalização do tecido económico nacional de base industrial e serviços (de bens transacionáveis), atuando em três vertentes com vista à valorização das empresas participadas e, nessa medida, dos investimentos realizados:

- Reestruturação de empresas;
- Consolidação setorial;
- Apoio a processos de internacionalização.

No âmbito de processos de reestruturação empresarial, a unidade de *Private Equity* privilegia intervenções diretas em negócios / empresas com o objetivo de promover o seu crescimento e consolidação sustentável, apoiando a implementação das mudanças necessárias ao nível estratégico, operacional e da estrutura financeira e envolvendo promotores e equipas de gestão orientadas para os resultados.

No âmbito da consolidação setorial, preconiza-se uma participação em projetos / iniciativas de concentração de empresas dentro do mesmo setor com vista ao aumento de sinergias e obtenção de economias de escala. Entende-se que a atuação neste âmbito deverá ser realizada preferencialmente através de modelos de promoção da partilha de risco e cofinanciamento com entidades privadas, em operações em setores 'tradicionais' que, pelas suas características ou exigências de maior investimento, não tenham sido alvo da atenção do mercado mas que beneficiem de fatores competitivos, considerável potencial de exportação (ou substituição de importações) e de criação de riqueza nacional.

Por último, mantém-se a atenção em operações de internacionalização e de reforço do acesso a mercados internacionais em setores relevantes do nosso tecido industrial, com especial enfoque em empresas individuais ainda que não afastando operações de consolidação / fusões / aquisições.

A atuação, em qualquer uma das vertentes acima expostas, assenta em três pilares de abordagem – Estratégia, Operacional e Financeira – e procura estruturar boas oportunidades de investimento e promover a valorização da carteira de participações.

A equipa da unidade de *Private Equity* é composta por 4 colaboradores da Portugal Ventures, contando ainda com a colaboração da equipa do FACCE (Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas) da PME Investimentos, cuja gestão operacional lhe está atualmente atribuída, correspondendo a 5 colaboradores e uma carteira de 24 investimentos.

4.1.2 *Venture Capital*

A unidade de negócio de *Venture Capital* tem como vocação promover e dinamizar o empreendedorismo de base tecnológica nacional através de quatro linhas principais de atuação.

- Investimento de capital em empresas de base tecnológica ao longo do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial, desde a fase de *Seed* até às fases de *Early Stage* e *Scale-up*. O investimento tem por objetivo a geração de negócios com elevado potencial de crescimento, predominantemente dos setores de *TICE & Web* (tecnologias de informação, comunicações, eletrónica, conceitos *web* e *mobile*), *Life Sciences* (biotecnologia, farmacêutica, cuidados de saúde e dispositivos médicos) e *Endogenous Resources & New Materials* (floresta e agroindústria, eficiência energética, energia limpa, economia do mar e turismo; nanotecnologias);
- Alinhamento do investimento com os principais desafios mundiais e mercados globais, como as alterações climáticas, o aumento da esperança média de vida, a concorrência global das economias emergentes, a necessidade de maior eficiência energética, a utilização mais racional dos recursos naturais, o aumento do tempo disponível para lazer, o reforço da conectividade, a exigência de maior conveniência no acesso à informação e o aumento do nível educacional;
- Intervenção no *gap* estrutural da pirâmide de investimento para permitir a captação de talento e de capital privado, nacional e internacional, indispensáveis ao crescimento à escala global das empresas inovadoras de base tecnológica portuguesas;
- Fomento da dinamização e capacitação das competências de empreendedorismo nacional, contribuindo para o reforço do ecossistema empresarial português e melhorando a ligação entre empresários, centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D), incubadoras e aceleradoras, peritos setoriais e investidores de capital de risco que favoreça a valorização económica do conhecimento científico e tecnológico para transformação estrutural e competitividade da economia nacional.

Pela sua importância na potencial contribuição para a redução do impacto da falha de mercado de acesso a capital de risco de projetos empresariais de base tecnológica, o **Programa de Ignição**, uma nova iniciativa da Portugal Ventures cuja implementação se iniciou em outubro de 2012, assenta em quatro pilares fundamentais: o *Ignition Partners Network* (IPN), a *Call For Entrepreneurship*, os *Acceleration & Innovation Hubs in the World* e a *Ignition Capital Network*.

Ignition Partners Network (IPN)

Atualmente já com mais de 32 parceiros, a *Ignition Partners Network* é uma rede aberta e cooperativa de aceleradoras e incubadoras de base tecnológica nacionais para a dinamização do *deal flow*, nacional e internacional, sob a liderança da Portugal Ventures. Como proposta de valor da rede para os promotores, estes podem beneficiar do apoio e colaboração do parceiro escolhido para a preparação e qualificação do seu projeto para investimento de *Seed Capital*.



Figura 4: A Ignition Partners Network da Portugal Ventures é uma realidade que conta já com 32 membros que garantem cobertura nacional e promovem a inclusão geográfica de todos os centros de fomento do empreendedorismo nacional

Call For Entrepreneurship

Desenvolvida e implementada como ponto de acesso ao Programa de Ignição, a *Call For Entrepreneurship* é uma iniciativa dinâmica e contínua, realizada periodicamente (quatro vezes por ano) e que tem o duplo objetivo de aumentar significativamente o *deal flow* de projetos empresariais emergentes de base tecnológica e promover uma maior e melhor qualificação do investimento. O processamento ágil e rápido de decisão e execução de investimentos evolui ao longo de três meses através de três etapas principais: (i) pré-triagem de todos os projetos apresentados, (ii) avaliação do painel de especialistas, nacionais e internacionais, dos projetos selecionados, e (iii) decisão de investimento e execução do contrato.



Figura 5: A Call For Entrepreneurship do Programa de Ignição da Portugal Ventures tem vindo a promover uma forte mobilização do ecossistema nacional de empreendedorismo tecnológico

Acceleration & Innovation Hubs in the World

Através desta iniciativa, em implementação, os projetos investidos, bem como qualquer outra participada da Portugal Ventures e os parceiros da sua rede poderão aceder a incubação e aceleração em centros internacionais de inovação, sendo um dos mais relevantes o de *Silicon Valley*. Com disponibilidade de espaço físico partilhado e apoio local, as empresas e os seus promotores poderão beneficiar do aconselhamento por especialistas internacionais e do acesso a rede de contactos relevante, assim como colocar à prova e adaptar conceitos e modelos de negócio, promover o desenvolvimento de negócios e aceder a diversas parcerias estratégicas e de capital.

Ignition Capital Network

A *Ignition Capital Network* é uma iniciativa em rede, em fase de desenvolvimento, que contribuirá para a dinamização do investimento privado nacional em projetos de base tecnológica, promovendo a crescente participação de *business angels* e também a sindicância de investimentos de outros fundos de *Seed Capital*. Será um processo a desenvolver e implementar em 2013, sob a liderança da Portugal Ventures.

A equipa da unidade de *Venture Capital* é composta por 11 colaboradores, atualmente com a responsabilidade de acompanhamento de 51 empresas.

4.1.3 *Tourism, Hospitality & Leisure*

A intervenção da unidade de negócio de *Tourism, Hospitality & Leisure* da Portugal Ventures na relevante indústria nacional de turismo orienta-se por três objetivos fundamentais:

- Requalificação e reconversão de empreendimentos turísticos existentes;
- Envolvimento seletivo em novos empreendimentos e projetos de carácter inovador, designadamente naqueles que tenham impacto na recuperação do património existente e dos que evidenciem uma aposta em atividades de animação turística que permitam a captação de novos segmentos de mercado e a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações;
- Consolidação do setor, visando uma maior capacidade de afirmação e eficiência de gestão, nomeadamente através da agregação de unidades independentes em grupos hoteleiros e/ou fusões entre estes.

A unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* é composta por 4 colaboradores e, à data de 31 de dezembro de 2012, tinha sob sua responsabilidade a gestão de 32 empresas participadas.

4.2 Unidades de Estrutura

4.2.1 Operações e Sistemas de Informação

A unidade de Operações e Sistemas de Informação centra a sua atividade na análise dos Fundos de Capital de Risco, veículos privilegiados de investimento da Portugal Ventures.

A concorrer para a atividade principal foram definidas as seguintes atividades secundárias:

- Implementação de relatórios de monitorização dos contratos de saída das participadas nos fundos de capital de risco que se encontram em fase de desinvestimento;
- Implementação de metodologias de quantificação objetiva do desempenho financeiro dos vários Fundos de Capital de Risco sob gestão;
- Acompanhamento do cumprimento de obrigações contratuais dos Fundos geridos, atenta as especificidades de cada um.

Na área de Sistemas de Informação, onde tem vindo a ser desenvolvido um esforço importante no desenvolvimento da plataforma de suporte à gestão, pretende-se (i) otimizar as funcionalidades existentes, (ii) implementar melhorias operacionais, nomeadamente na área do *reporting* interno e externo, da gestão de fundos e integração de sistemas e (iii) centralizar informação e processos.

Em complemento das atividades acima referidas, destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Implementação de ferramentas colaborativas que concorram para a melhoria da organização interna da Portugal Ventures, tais como *Intranet* & Recursos Humanos e Gestão Documental;
- Introdução de melhorias operacionais necessárias na plataforma base de suporte aos Sistemas de Informação da Sociedade, visando uma maior facilidade de comunicação com os demais parceiros de negócio, alguns deles localizados fora de Portugal.

A equipa de Operações e Sistemas de Informação conta com a colaboração de 5 pessoas, das quais uma presta apoio exclusivo à área de Sistemas de Informação. Esta unidade tem ainda a colaboração, em regime de avença, por parte de uma pessoa externa à Portugal Ventures.

4.2.2 Unidade Jurídica

No primeiro semestre de 2012, a atividade da unidade Jurídica centrou-se primordialmente na concretização da fusão por incorporação da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, S.A. e da TC – Turismo Capital, S.A. na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A..

No segundo semestre de 2012, a atividade desta unidade foi orientada para a internalização do tratamento de todos os assuntos jurídicos relevantes para a atividade da Sociedade, com exceção do contencioso e de assuntos que requeiram o conhecimento e a experiência específica e especializada de advogados externos.

Com a centralização e internalização do trabalho jurídico da Sociedade e Fundos de Capital de Risco sob gestão, quer ao nível do apoio ao Conselho de Administração, quer ao nível das

unidades de estrutura e das unidades de negócio nas fases de investimento, acompanhamento e desinvestimento, obtém-se:

- Concentração de experiência e aprendizagem;
- Padronização de procedimentos e soluções;
- Maior qualidade do trabalho – desenvolvido exclusivamente por juristas;
- Centralização da responsabilidade;
- Estabilidade de interlocutores;
- Disponibilidade permanente;
- Redução de custos.

Para a concretização da sua missão, a unidade Jurídica conta com a presença de um advogado em *full time* que é quadro da Portugal Ventures e, a partir de 2013, de um outro advogado também em *full time* (*secondment*), que presta serviço nas instalações de Lisboa no âmbito de um contrato de avença celebrado com uma sociedade de advogados.

4.2.3 Comunicação e Parcerias

A Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política ativa de comunicação, gerando visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral, dando continuidade ao lançamento da marca Portugal Ventures concretizado numa sessão pública em 18 de junho de 2012.

No âmbito da sua estratégia de comunicação, criou-se um novo *website* (www.portugalventures.pt), plataforma que proporciona um melhor conhecimento dos instrumentos de financiamento sob gestão e uma maior proximidade à comunidade empreendedora, através da apresentação dos diversos apoios que são disponibilizados aos empreendedores e às empresas. Esta plataforma é atualizada regularmente com novos conteúdos, gerando uma forte dinâmica de interação com todos os que contactam regularmente com a Portugal Ventures.

Criou-se também um boletim de divulgação periódica - *Newsletter Inside* – que retrata as atividades desenvolvidas pela Portugal Ventures, promove a apresentação das suas equipas, divulga atividades das suas Participadas e parceiros e proporciona um espaço aberto de participação de todo o ecossistema de empreendedorismo nacional através de entrevistas, artigos de opinião e notícias.

Promoveram-se ainda as atividades da *Call For Entrepreneurship*, posicionando esta iniciativa como uma referência no financiamento de projetos de base científica e tecnológica, em particular junto das entidades que estão na origem dos projetos, incubadoras, centros de I&D, universidades e associações empresariais.



Num âmbito mais lato, tendo por alvo o público em geral, a Portugal Ventures promoveu as suas atividades através da divulgação de comunicados de imprensa aos órgãos de comunicação social, onde se obteve uma muito significativa cobertura.

4.2.4 Administrativa, Financeira e Recursos Humanos

No ano de 2012, o principal desafio da Unidade Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, foi a concretização do projeto de fusão em termos de operacionalização dos processos de organização de âmbito administrativo e financeiro, tendo sido desenvolvido um extenso e sistemático trabalho de racionalização, reconstrução e uniformização de recursos e processos. Neste âmbito, realçam-se as seguintes atividades:

- Elaboração do orçamento agregado da Portugal Ventures pós - Fusão;
- Migração das contabilidades das empresas objeto de fusão e dos fundos de capital de risco por si geridos, para o ERP Primavera;
- Migração da informação para processamento e gestão centralizada dos Recursos Humanos;
- Racionalização dos gastos da sociedade;
- Uniformização de procedimentos administrativos e financeiros.

Atualmente, a equipa Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos da Portugal Ventures é composta por 6 colaboradores.

4.2.5 Operações Externas

Respondendo a insuficiências e fragilidades entretanto detetadas, foi constituída, já no início de 2013, uma nova direção - Operações Externas – com o objetivo de assegurar um melhor e mais eficaz acompanhamento das empresas participadas, através de melhorias na qualidade da informação de reporte e uma maior proximidade ao trabalho do representante da Portugal Ventures nos órgãos sociais das participadas, de forma a permitir uma intervenção mais rápida e eficaz.

Esta direção assume a responsabilidade pela coordenação da rede de gestores externos, de forma transversal à organização, constituindo-se como ponto de contacto privilegiado entre o gestor e a Portugal Ventures.

5. Governo da Sociedade (nos termos da RCM n.º 49/2007 de 28 de março)

5.1 Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

A missão e valores da Portugal Ventures encontram-se devidamente identificados no ponto “1.4. Missão e Valores” do presente relatório.

Os objetivos da Sociedade, para cada exercício, constam do Plano de Atividade e Orçamento elaborado em outubro de 2012, aprovado pelo Conselho Geral de Supervisão, e refletem os objetivos gerais de dinamização das atividades de *Venture Capital* e *Private Equity* prosseguidos pela Portugal Ventures, bem como de todas as atividades relevantes de suporte.

5.2 Regulamentos Internos e Externos

A Portugal Ventures preparou o regulamento interno, definido pelos órgãos sociais da empresa, no exercício das competências que, legal e estatutariamente, lhes estão atribuídas e que inclui os seguintes elementos:

- Código de conduta, que define os princípios de rigor e isenção profissional por que se pauta a atividade da Sociedade e de todos os seus colaboradores;
- Procedimentos operacionais de investimento, acompanhamento e desinvestimento das participadas e respetivas medidas de controlo interno;
- Procedimentos de prevenção de branqueamento de capitais;
- Regulamento de Avaliação de Ativos de Capital de Risco, que define a metodologia e os procedimentos relativos à avaliação da carteira de participadas, da Sociedade e dos fundos sob gestão.

A atividade da Portugal Ventures está também sujeita ao regime jurídico das Sociedades de Capital de Risco definido no Decreto - Lei nº 375/2007 de 8 de novembro e que atribui à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários a competência de supervisão da atividade de capital de risco.

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2012 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da CMVM nº 12/2005 de 9 de dezembro, nomeadamente quanto à utilização das contas extrapatrimoniais e à divulgação das notas anexas às demonstrações financeiras, bem como ao Regulamento da CMVM nº 1/2008 de 7 de março.

5.3 Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

No decurso do exercício de 2012 não se verificaram quaisquer transações materialmente relevantes com entidades relacionadas, para além das que decorrem da gestão dos fundos de capital de risco.

5.4 Outras Transações

A aquisição de bens e serviços é efetuada com base na análise comparativa de propostas competitivas, a partir de consultas ao mercado.

Não existem fornecedores que representem mais de 5 por cento do total dos fornecimentos e serviços externos, com valor superior a um 1 milhão de euros.

5.5 Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

O modelo de Governo e atuais Membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures (Assembleia Geral, Conselho Geral e de Supervisão, Conselho de Administração Executivo, Revisor Oficial de Contas e Sociedade de Auditores) foram eleitos para o triénio de 2012 a 2014, em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 15 de junho de 2012.

Entre 1 de janeiro e 6 de fevereiro de 2012 mantiveram-se em funções os Membros dos Órgãos Sociais da Sociedade eleitos para o triénio de 2007 a 2009, com as alterações decorrentes das substituições individuais entretanto ocorridas. Em Assembleia Geral de 6 de fevereiro de 2012 da então Inovcapital, foram nomeados os novos Órgãos Sociais para o triénio de 2012 a 2014.

5.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures de 27 de julho de 2012 foi deliberada a não remuneração dos membros designados para a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral e de Supervisão, tendo a fixação da remuneração dos membros que integram o Conselho de Administração ficado pendente da publicação da classificação da Sociedade nos termos definidos no nº 16, da RCM nº 16/2012, de 9 de fevereiro. De igual forma, não foi fixada a remuneração do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Nestes termos, a Portugal Ventures continuou a processar as remunerações aos seus administradores com base nas remunerações fixadas anteriormente, sem prejuízo de no futuro vir a proceder em conformidade com as correspondentes remunerações que sejam fixadas. No Anexo ao Ponto 5.6. é apresentado o detalhe das remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais no exercício de 2012.

5.7 Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A Portugal Ventures procura que a sua atividade seja exercida de uma forma coerente e eficiente, respeitando a sua missão, valores e objetivos. No domínio da eficiência económica e financeira a Sociedade tem, sempre que possível, avaliado se as opções das decisões tomadas são aquelas que se enquadram no melhor rácio entre o custo a suportar e o benefício esperado. Na área financeira, efetua as aplicações da liquidez disponível consoante a melhor taxa oferecida por um leque de instituições bancárias para um prazo que, em regra, não ultrapassa os doze meses e de acordo com uma matriz internamente estabelecida de definição dos níveis máximos de exposição a cada instituição bancária. As aplicações revestem a forma de depósitos a prazo não sendo

utilizados, por questões de prudência e em sintonia com a sua missão, qualquer outro tipo de aplicações financeiras, eventualmente com maior taxa de juro mas com um risco superior.

Considerando a missão da Portugal Ventures, os principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa deverão ser uma modificação extraordinária e imprevisível das condições de funcionamento da economia nacional e da economia global que venham a dificultar a criação de novas empresas e/ou gravemente afete a atividade das empresas existentes, levando a que a procura de financiamento pelo capital de risco diminua e/ou que o desinvestimento esperado não se concretize no tempo e condições programados, podendo estes fatores ter impacto na taxa de retorno do investimento realizado pela Portugal Ventures e pelos fundos por esta geridos e na taxa de reposição das disponibilidades financeiras necessárias.

No que concerne a responsabilidade social, a Portugal Ventures assegura uma igualdade plena de oportunidades, quer para os potenciais novos colaboradores, quer para os colaboradores atualmente ao seu serviço, não efetuando qualquer discriminação por motivos de raça, género ou convicções religiosas. Igualmente, constitui uma preocupação fundamental da gestão que os colaboradores se sintam motivados e incentivados, dotando-os das melhores condições de trabalho possível. O plano de formação e a concessão dos seguros de doença e de vida complementam, de forma significativa, os benefícios concedidos pelo Sistema da Segurança Social aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

No que concerne o desenvolvimento sustentável, a Portugal Ventures procura que a criação de valor para o acionista se concretize pela manutenção ou aumento dos respetivos capitais próprios, com especial atenção ao investimento que responda aos principais desafios mundiais e dos mercados globais, nomeadamente às alterações climáticas, o aumento da esperança média de vida, a concorrência global das economias emergentes, a necessidade de maior eficiência energética e a utilização mais racional dos recursos naturais.

A Portugal Ventures desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir de forma significativa para a satisfação das necessidades globais do mercado, concorrendo para o maior acesso ao capital de risco por parte de projetos empresariais nacionais com elevado potencial de crescimento e valorização.

5.8 Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM nº 49/2007, de 28 de março), devidamente fundamentada

A Portugal Ventures desenvolve a sua atividade de acordo com os parâmetros estabelecidos nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março (RCM nº 49/2007). Durante o ano de 2012 reforçou-se a implementação dos procedimentos conducentes ao cumprimento dos referidos Princípios de Bom Governo.

5.9 Código de Conduta

Durante o ano de 2012 a Portugal Ventures manteve em vigor os Códigos de Conduta que cada sociedade (Inovcapital, AICEP Capital Global e TC – Turismo Capital) tinha implementado e que, nas relações estabelecidas com terceiros, integram o conjunto de princípios e normas de conduta de natureza deontológica a observar coletivamente pela Sociedade, e transversalmente por todos seus colaboradores. O Código de Conduta da Portugal Ventures encontra-se em fase de conclusão e ficará disponível para consulta no portal da empresa (www.portugalventures.pt).

5.10 Sistema de Controlo

Existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e a complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa (ponto 19 da RCM nº 49/2007, de 28 de março)

A Portugal Ventures possui um sistema de controlo interno ao nível da tomada de decisões, realização de operações e posições em carteira que considera adequado à dimensão e à complexidade da empresa, por forma a proteger os investimentos da empresa, os seus ativos e os ativos dos fundos sob sua gestão.

5.11 Prevenção de Conflito de Interesses

(ponto 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de março)

No que respeita ao Conselho de Administração, e considerando que a Portugal Ventures é uma empresa pública, em qualquer caso de conflito de interesses são cumpridas as normas legalmente aplicáveis, designadamente o impedimento de voto previsto no artigo 410.º n.º 6 do CSC, as normas previstas no Código dos Valores Mobiliários e os preceitos sobre incompatibilidades e impedimentos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e as normas da Lei n.º 64/93, de 06 de agosto naquele referidas.

No que respeita aos colaboradores da Portugal Ventures, quando identificada uma situação potencialmente originadora de conflito de interesses, deverá ser dado conhecimento ao respetivo Diretor da Unidade a que pertence, por parte de quem identificou a situação. O Diretor comunica prontamente à Administração da Sociedade sobre a real existência do conflito de interesses, e esta decide sobre a efetiva verificação, ou não, do conflito e prontamente promove a sua resolução, com ponderação e equidade.

Em qualquer caso, a resolução dos conflitos de interesses respeita sempre, e escrupulosamente, as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

5.12 Divulgação de Informação

Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação atualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de março

A Portugal Ventures divulga e atualiza no portal das empresas do Setor Empresarial do Estado (www.dgtf.pt), com ligação direta no portal da empresa (www.portugalventures.pt) a informação a seguir indicada:

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Remunerações auferidas e demais regalias				Aguarda deliberação da Assembleia Geral
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Conduta		x		Em fase final de elaboração
Informação Financeira histórica e atual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações fora das condições de mercado	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Conduta		x		Em fase final de elaboração
Relatório e Contas		x		A incluir em 2013
Provedor do cliente			x	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável



6. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto)

Dos objetivos de gestão previstos no artigo 11º do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto, de forma quantificada

As metas quantificadas previstas no mencionado Decreto-Lei não foram definidas.

Da gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho nº 101/2009-SETF, 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2012, no Despacho nº 155/2011-MEF, de 28 de abril

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (*arrears*), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, nos termos do anexo 3, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A Portugal Ventures apresenta no 4º trimestre de 2012 o prazo médio de pagamentos a fornecedores de 33 dias (24 dias no 4º trimestre de 2011), sendo de referir que estes valores não são totalmente comparáveis, dado que as importâncias de 2012 incorporam os efeitos da fusão das três sociedades de capital de risco. Como procedimento para pagamento a fornecedores, a Portugal Ventures tem definido efetuar os pagamentos uma vez por mês, concentrando o pagamento de todas as faturas com vencimento até ao final do mês em referência e devidamente validadas. Face ao exposto, os prazos de pagamento pré-estabelecidos são habitualmente cumpridos, sendo que, desvios pontuais resultantes da aplicação do procedimento referido anteriormente são automaticamente regularizados no pagamento seguinte.

Dos Deveres Especiais de Informação, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, por via do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção-Geral de Finanças de informação para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro

A Portugal Ventures cumpre com toda a prestação de informação a que se encontra obrigada, nomeadamente por via do reporte à DGTF, específico ou regular, através do registo de informação no SIRIEF e da atualização da informação no site do SEE, e à IGF, bem como do envio do plano de atividade e orçamento anuais e da cópia das atas das assembleia gerais da Sociedade.

Das diligências tomadas e dos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012.

Na Assembleia Geral ocorrida em 30 de março de 2012, aquando da aprovação das contas de 2011 e considerando que a Sociedade estava englobada no plano de reestruturação do capital de risco previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2011, de 29 de novembro, o acionista Estado emitiu a seguinte declaração de voto: "O Estado toma boa nota da apresentação do documento (Plano de atividades e o orçamento da Sociedade para 2012), não considerando, porém, oportuna a sua aprovação." Não foi emitida qualquer recomendação pelo acionista Estado.

Das remunerações, designadamente:

Dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, e à semelhança de anos anteriores, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão no exercício de 2012 aos membros do Conselho de Administração, nem tal atribuição ocorrerá durante 2013.

Nos termos do disposto no artigo 20º da Lei nº 64-B/2011, procedeu-se à redução de 10% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, por aplicação do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, manteve-se, em 2012, a redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

De igual forma, e nos termos do artigo 21º da Lei 64-B/2011, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal, ou equivalentes, aos membros do Conselho de Administração.

Do Auditor Externo

Não houve lugar em 2012 à redução remuneratória nos termos do artigo 26º da Lei nº 5-64-B/2011, por se tratar de fixação específica para esse ano.

Dos Restantes Trabalhadores

Continuou a ser aplicada em 2012 a redução das remunerações dos trabalhadores, em conformidade com o artigo 20º da Lei nº 64-B/2011.

Nos termos do artigo 21º da Lei 64-B/2011, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal ou equivalentes aos trabalhadores.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não possuem cartão de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, nem apresentam despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Da contratação pública

Nos termos e para os efeitos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitido pelo ofício circular nº 6312, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, informa-se que, de acordo com entendimento jurídico prestado, não se aplica à Sociedade o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, sendo que, em qualquer caso, não existiram em 2012 contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 5 milhões de euros (excluindo IVA).

Medidas tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a

adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado.

A Sociedade não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, sem prejuízo do acompanhamento dos eventuais benefícios que essa adesão possa propiciar, podendo a todo o tempo vir a solicitar essa adesão.

A Portugal Capital Ventures adotou uma política de contenção de custos, que se traduziu, neste particular, na não aquisição de viaturas desde janeiro de 2010. Por outro lado, tem sido efetuada a análise e acompanhamento das necessidades da empresa e, sempre que não se justifica a manutenção de alguma viatura, a Sociedade tem procedido à respetiva alienação.

Das Medidas adotadas pela empresa no que respeita ao Princípio de Igualdade do Género, conforme estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, 23 de fevereiro.

A Portugal Ventures tem uma estrutura de colaboradores que respeita em pleno o Princípio da Igualdade de Género com a distribuição entre 24 colaboradores do sexo feminino e 17 do sexo masculino. Ao nível das funções de direção (em exercício de funções) existe uma repartição equitativa entre mulheres (4) e homens (3).

Do cumprimento do Plano de Redução de Custos, definido para 2012, conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG)

A Portugal Capital Ventures tem vindo a adotar uma política de redução de custos, que se traduziu numa análise e acompanhamento de todas as necessidades da empresa. Sempre que se justifica, a Sociedade tem procedido à consulta ao mercado e à renegociação dos contratos com objetivo de diminuir os respetivos gastos anuais. Contudo, salienta-se o facto de o exercício de 2012 refletir o ano da fusão das três sociedades de capital de risco e, assim, incorporar custos extraordinários que não têm carácter recorrente.

Da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes, conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG

Em 2012 verificou-se uma redução do número de membros que integram o Conselho de Administração da Sociedade, diminuindo de sete para três membros, tendo o Conselho Fiscal da Portugal Ventures composto por três membros sido substituído pelo Revisor Oficial de Contas. A redução verificada assume um relevo muito significativo uma vez que, no âmbito da fusão ocorrida, foram extintos os Órgãos Sociais das duas empresas que foram incorporadas na Portugal Ventures. Ao nível dos colaboradores verificou-se a saída de quatro colaboradores ao longo do ano de 2012.



Designação	2012
Gastos com pessoal (€)	2.468.958 €
Gastos com Órgãos Sociais (€)^(a)	394.634 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	94.746 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0 €
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	540.540 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	121.122 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)^(*)	1.239.179 €
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	206.355 €
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	
Rescisões / Indemnizações (€)	294.605 €
Designação	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)^(**)	44
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	3
Nº Dirigentes sem O.S. (número) ^(***)	8
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número) ^(*)	33

(*) Inclui um colaborador com contrato a termo certo.

(**) Posição em 31.12.2012 incluindo um colaborador em regime de licença sem vencimento

(***) Inclui um colaborador em regime de licença sem vencimento

(a) Não estão incluídos os valores do ROC pagos pela Portugal Ventures, dado que estão registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 89º da Lei nº64-B/2011, de 31 de dezembro

Considerando o cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, segundo o qual “... *as entidades que integram o setor empresarial do Estado, ... devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P. ...*”, e dado que a Portugal Ventures tem na sua estrutura acionista entidades privadas foi apresentada junto das entidades competentes a fundamentação, acompanhada de um parecer jurídico, para a não sujeição ao referido princípio da Unidade de Tesouraria.



Para efeito de divulgação do cumprimento das orientações legais em questão, apresenta-se o seguinte quadro:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1			x		
Objetivo 2			x		
Objetivo 3			x		
Gestão do Risco Financeiro			x		
Limites de Crescimento do Endividamento			x		
Evolução do PMP a fornecedores	x				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				
Deveres Especiais de Informação	x				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			x		
Recomendação 2			x		
Etc.			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 36.793 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 17.853 €	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 40.100 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 117.361 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 210.115 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			x		
Reembolso de despesas de representação pessoal			x		
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			x	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			x	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x		
Parque Automóvel	x			Redução de 3 viaturas	
Princípio da Igualdade do Género	x				
Medida 1					
Medida 2					
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			Varição não aplicável em virtude do processo de fusão das 3 sociedades.	
Fornecimentos e Serviços Externos	x				
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	x			Varição não aplicável em virtude do processo de fusão das 3 sociedades.	
Nº de cargos dirigentes	x				
Princípio da Unidade de Tesouraria			x		



PARTE II - Relatório de Atividade e Perspetivas para 2013

7.	Conjuntura Macroeconómica Nacional	33
8.	Carteira de Fundos	34
8.1	Caracterização Geral do Investimento	34
8.2	Valorização do Investimento.....	35
8.3	Maturidade de Investimento	37
8.4	Participação Acionista.....	38
8.5	Atividade de Investimento em 2012.....	38
8.6	Atividade de Desinvestimento em 2012	39
8.7	Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira	40
8.8	Caracterização Macro dos Ativos e Distribuição por Área de Negócio	41
9.	Atividade das Unidades de Negócios	43
9.1	<i>Private Equity</i>	43
9.2	<i>Venture Capital</i>	45
9.3	<i>Tourism, Hospitality & Leisure</i>	49
10.	Evolução Financeira / Análise das Contas	51
11.	Proposta de Aplicação de Resultados da Portugal Ventures	56
12.	Factos Subsequentes	57
13.	Perspetivas para 2013	57
14.	Outra Informação Relevante.....	63
14.1	Informação sobre a Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012.....	63
14.2	Lista dos Titulares de Participações Qualificadas	63
15.	Agradecimentos	64
	Anexo ao Ponto 5.6	65

7. Conjuntura Macroeconómica Nacional

A atividade da Portugal Ventures e o desempenho da sua carteira de investimentos é fortemente condicionada pela conjuntura económica nacional e internacional.

Em 2012, o PIB caiu 3,2%, sendo que a queda da procura interna foi em parte compensada pela procura externa. Pelo terceiro ano consecutivo, a procura externa gerou um contributo positivo para o crescimento, evitando uma maior queda da atividade. Este contributo foi motivado não só pelo aumento das exportações, como também pela queda das importações, decorrente do retrocesso da procura interna. Terminámos o ano de 2012 com uma preocupação adicional dado o significativo abrandamento das exportações no 4º trimestre de 2012, tendo recuado em termos homólogos pela primeira vez desde 2009, fator este preocupante e que suscita expectativa relativamente ao comportamento do comércio externo no início de 2013.

Pela positiva, destaca-se o ajustamento externo: em 2012 o défice da balança de bens ficou ligeiramente abaixo do excedente da balança de serviços. Verificou-se uma melhoria do saldo comercial apesar do agravamento da balança energética; o encolhimento do saldo deficitário da Balança de Rendimentos e o aumento das transferências correntes e do saldo excedentário da Balança de Capitais, refletindo reforço das remessas de emigrantes e das transferências comunitárias, possibilitaram o registo de capacidade de financiamento face ao exterior; a poupança das famílias aumentou, apesar do encolhimento do rendimento disponível, refletindo efeitos de precaução; e os níveis de endividamento encolheram no seu conjunto.

Não obstante os avanços registados, o cenário macroeconómico mantém-se débil e os riscos, embora mais balanceados, permanecem. Após uma contração em 2012, antecipa-se nova queda do PIB para 2013. O perfil de evolução da atividade será semelhante ao do ano agora terminado: esforços de consolidação orçamental, desemprego elevado, custos de financiamento para novos créditos ainda penalizadores, são alguns dos fatores que condicionarão a atividade económica. Pela positiva, e conferindo suporte à atividade, as taxas de juro Euribor deverão continuar próximo de mínimos históricos, pelo que o serviço da dívida para créditos contratados no passado permanecerá em patamares comportáveis, acomodando outros fatores que pesam de forma adversa nos orçamentos das famílias e empresas.

O ajustamento da economia portuguesa continuará em 2013, designadamente o perfil de crescimento progressivamente mais assente nos setores transacionáveis. Será também importante a manutenção da tendência de melhoria das condições de financiamento externas.

Os riscos são enviesados no sentido negativo para o crescimento, devido à possibilidade das exportações evoluírem menos positivamente em 2013, refletindo a recessão em Espanha e a possibilidade de pior desempenho no resto da União Europeia.

8. Carteira de Fundos

A análise efetuada ao longo deste ponto tem por referencial a atividade desenvolvida pela Portugal Ventures durante o ano de 2012 enquanto entidade resultante da fusão das sociedades Inovcapital, AICEP Capital Global e TC - Turismo Capital, sendo apresentadas comparações com a posição agregada destas três sociedades em 31 de dezembro de 2011.

8.1 Caracterização Geral do Investimento

A Portugal Ventures gere uma carteira de investimentos em empresas e fundos de capital de risco (FCR), quer por participação direta da Sociedade quer por participação dos FCR sob gestão.

A 31 de dezembro de 2012, o valor do património líquido sob gestão ascende a cerca de 247,4 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 26,3%, ou 88,2 milhões de euros, face ao montante registado em 31 de dezembro de 2011. Esta redução do património líquido ficou fundamentalmente a dever-se (i) à redução do capital social verificada na AICEP Capital Global (18 milhões de euros) em momento anterior à concretização do projeto de fusão e constituição da Portugal Ventures, (ii) à redução do capital social verificada no FCR FAI Portugal Ventures Energias (10 milhões de Euros) por força da deliberação do participante único FAI, Fundo de Apoio à Inovação e (ii) às desvalorizações verificadas na carteira de investimentos.

O montante global do património líquido sob gestão da Portugal Ventures registado a 31 de dezembro de 2012, resulta de um investimento total líquido de 334 milhões de euros, representando uma redução de 3,1%, ou 10,8 milhões de euros, face ao investimento total líquido de 344,8 milhões de euros registado a 31 de dezembro de 2011. O investimento total líquido encontra-se repartido da seguinte forma:

- Participações em empresas, no valor de 308,1 milhões de euros e que resulta numa redução de 0,2% quando comparado com o valor a 31 de dezembro de 2011;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão da Portugal Ventures, no valor de 24,6 milhões de euros e que corresponde a uma redução de 29,2% relativamente ao valor registado a 31 de dezembro de 2011;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão externa, no valor de 1,3 milhões de euros, cujo valor se manteve igual a 31 de dezembro de 2011.

	31/12/2011	31/12/2012	Δ	Δ %
Investimento Total Líquido Subscrito	344,8 M€	334,0 M€	-10,8 M€	-3,1%
(Participações em empresas)	308,8 M€	308,1 M€	-0,7 M€	-0,2%
(Participações em UPs de FCRs sob gestão da Portugal Ventures)	34,8 M€	24,6 M€	-10,1 M€	-29,2%
(Participações em UPs de FCR sob gestão externa)	1,3 M€	1,3 M€	0,0 M€	0,0%

O valor de 334 milhões de euros de investimento total líquido a 31 de dezembro de 2012 distribuiu-se por investimento em capital social e em outros instrumentos de investimento, incluindo suprimentos, prestações acessórias e suplementares e UP de FCR. O investimento em capital social de empresas, no valor de 203,2 milhões de euros (51% do total de investimento), diminuiu

3,5% relativamente a 31 de dezembro de 2011. Os outros instrumentos de investimento correspondem a cerca de 49% do total de investimento e representam um valor líquido total de 130,8 milhões de euros, com uma diminuição de 2,6% relativamente a 31 de dezembro de 2011.

A distribuição do investimento direto em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário. Esta distribuição evidencia uma debilidade estrutural na base da pirâmide de investimento e cuja correção constitui um dos objetivos prioritários da política de investimento estruturante da Portugal Ventures.

Distribuição do Investimento (1)

N.º Empresas e Investimento Total (M EUR) por Dimensão de Investimento (M EUR), 31/12/2012

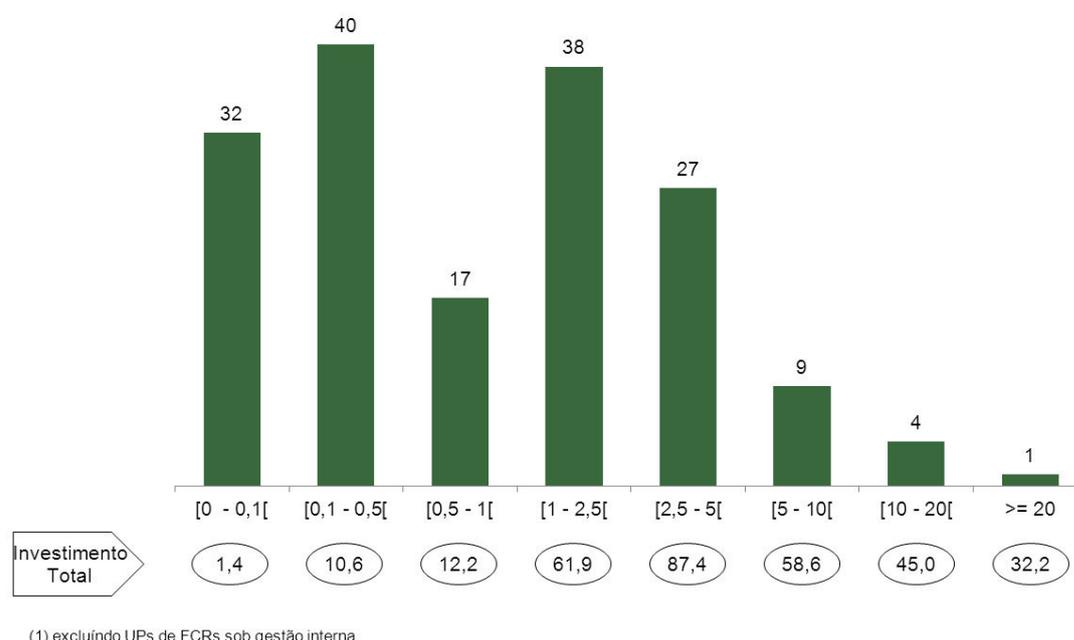


Figura 6: Distribuição do investimento em função do valor médio de investimento.

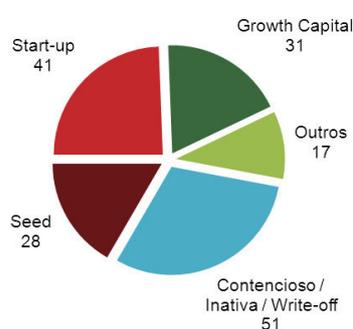
8.2 Valorização do Investimento

A 31 de dezembro de 2012, o valor agregado dos investimentos da Portugal Ventures apresenta uma valorização de 152,5 milhões de euros o que, relativamente à valorização de 216,8 milhões de euros registada em 31 de dezembro de 2011, representa uma redução de valor de 29,7% ou 64,3 milhões de euros da carteira de participações.

	31/12/2011	31/12/2012	Δ	Δ %
Valorização Investimento Total	216,8 M€	152,5 M€	-64,3 M€	-29,7%
(Participações em empresas)	183,6 M€	128,9 M€	-54,6 M€	-29,8%
(Participações em UPs de FCRs sob gestão da Portugal Ventures)	31,9 M€	22,3 M€	-9,6 M€	-30,1%
(Participações em UPs de FCR sob gestão externa)	1,2 M€	1,2 M€	0,0 M€	-3,3%

O investimento direto realizado em empresas apresenta uma valorização de 128,9 milhões de euros, o que corresponde a uma depreciação de 54,6 milhões de euros relativamente à valorização de 183,6 milhões de euros registada em 31 de dezembro de 2011. Por sua vez, a carteira de unidades de participação dos fundos sob gestão da Portugal Ventures a 31 de dezembro de 2012 regista uma valorização agregada de 22,3 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de valor de 9,6 milhões de euros face ao valor registado em 31 de dezembro de 2011. O valor registado a 31 de dezembro de 2012 da carteira de unidades de participação de fundos sob gestão externa, no montante de 1,2 milhões de euros, não sofreu qualquer desvalorização no período em análise.

Tipologia de Investimento
N.º Empresas, 31/12/2012



Investimento e Valorização
M EUR por Tipo de Investimento, 31/12/2012

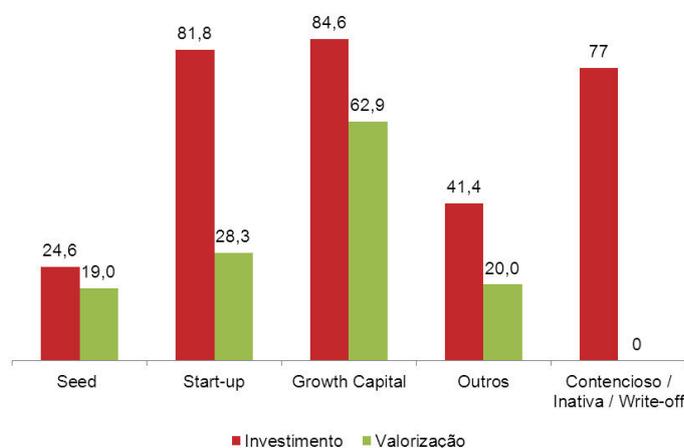


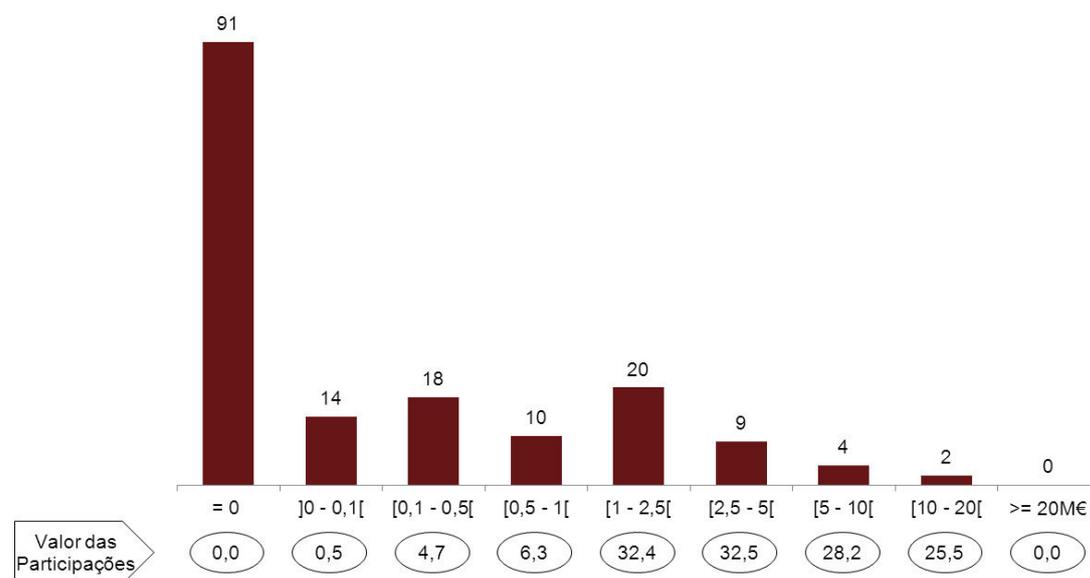
Figura 7: Investimento e valorização do investimento

Da análise à tipologia de investimento efetuado nas 168 empresas que constituem a carteira de investimentos da Portugal Ventures e fundos sob gestão (117 quando excluídas as situações de empresas em Contencioso/Inativas/Write-off) é de realçar o peso do investimento em *start-ups*, o qual representa 31% do investimento total efetuado e 22% da valorização do investimento registado a 31 de dezembro de 2012.

No que se refere ao valor das participações em empresas, sob a forma de capital social e outros investimentos (130,1 milhões de Euros), verifica-se que 54% das participações (91 empresas) se encontram registadas a valor nulo e que as participações cuja valorização do investimento efetuado se situa entre 1 milhão de Euros e 10 milhões de Euros (33 empresas, ou seja, 19% do total) representam 72% do valor das participações geridas pela Portugal Ventures.

Distribuição do Valor das Participações (1)

N.º Empresas e Valor por Dimensão de Investimento (M EUR), 31/12/2012



(1) excluindo UPs de FCRs sob gestão interna

Figura 8: Distribuição do número de participadas pelo valor registado.

8.3 Maturidade de Investimento

Fruto da atividade de capital de risco historicamente desenvolvida pelas sociedades que corporizaram o projeto de fusão, a Portugal Ventures apresenta uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade de investimentos. Existe, no entanto, uma prevalência significativa de maturidades elevadas (superiores a 7 anos), em contraponto com um baixo número de participações com maturidade inferior a 1 ano.

Num total de 168 empresas participadas, 41,7% registam maturidades de investimento entre 3 a 7 anos e 38,7% do total, isto é, 65 empresas têm maturidade superior a 7 anos.

Maturidade do investimento (anos)	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
<1	4	2,4%	0,3 M€	0,3%
]1 - 3[29	17,3%	23,0 M€	24,7%
]3 - 7[70	41,7%	49,8 M€	53,6%
]7 - 10[29	17,3%	16,2 M€	17,4%
>= 10	36	21,4%	3,6 M€	3,9%
Total	168	100%	92,9 M€	100%

Data da 1ª Subscrição no Capital Social da Entidade

Inclui somente as participações em Capital Social

Espera-se que o desenvolvimento de uma política significativamente mais pró-ativa na dinamização do *deal flow*, quer na fase de iniciação do projeto empresarial, quer nos projetos de revitalização empresarial e consolidação setorial do tecido económico nacional, permita uma maior

rotatividade e o rejuvenescimento da carteira de participadas e, sobretudo, uma maior agilização dos processos de desinvestimento.

8.4 Participação Acionista

Verifica-se o domínio acionista nas empresas (participação acima de 50%) em cerca de 10% da carteira se determinado em função do valor das participações em capital social e 19% se calculado em função do número de participações.

% Capital Detido	Número de Participações	% Participação	Valorização	% Valor
[0 - 20[50	30%	25,8 M€	28%
[20 - 50[86	51%	57,5 M€	62%
[50 - 75[13	8%	2,0 M€	2%
[75 - 100]	18	11%	7,6 M€	8%
Total	167	100%	92,9 M€	100%

Arc Atlantic - não disponível

Inclui somente as participações em Capital Social

8.5 Atividade de Investimento em 2012

Durante o exercício de 2012, o investimento realizado pela Portugal Ventures ascendeu a 17,4 milhões de Euros, dos quais 3,54 milhões de euros em capital social (20%), 11,15 milhões de euros em suprimentos (64%) e os restantes 2,71 milhões de euros em prestações acessórias e suplementares (16%).

Relativamente às áreas de investimento da Portugal Ventures, verifica-se que a unidade de *Private Equity* foi responsável por um total de 7,8 milhões de euros de investimento, ou cerca de 45% to total do investimento realizado em 2012. A unidade de *Venture Capital*, incluindo também o segmento de *Seed Innovation Capital*, foi responsável por 5,1 milhões de euros de investimento, ou cerca de 29% do total realizado em 2012. A unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* absorveu 4,5 milhões de euros de investimento, correspondendo a cerca de 26% do total realizado.

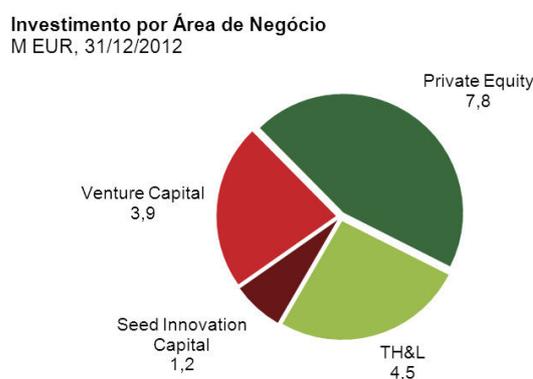


Figura 9: Investimento realizado em 2012, por Unidade de Negócio.

Globalmente foram realizados investimentos em 30 empresas, das quais 25 empresas participadas foram objeto de reforços de investimento e 5 novas empresas foram objeto do primeiro investimento pela Portugal Ventures.

8.6 Atividade de Desinvestimento em 2012

O desinvestimento concretizado em 2012 ascendeu a 28,2 milhões de Euros, dos quais 10,9 milhões de euros na componente de capital social correspondente a cerca de 39% do total de desinvestimento realizado. O desinvestimento em prestações acessórias de capital totalizou 2,85 milhões de euros, correspondendo a 10% do total, enquanto o desinvestimento realizado em suprimentos foi de 3,75 milhões de euros e correspondeu a cerca de 13% do total de desinvestimento realizado. Foram também realizados desinvestimentos relativos a unidades de participação em fundos sob gestão, no valor total de 10,9 milhões de euros correspondentes a cerca de 39% do total de desinvestimento realizado.

Desinvestimento em 2012
Em percentagem

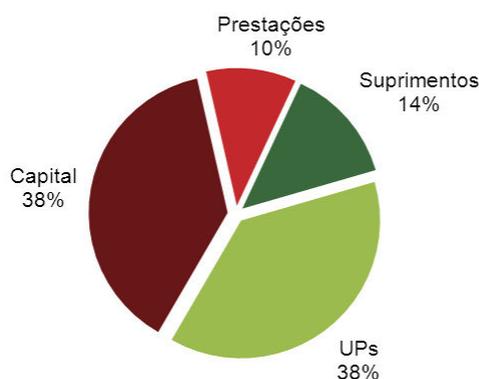


Figura 10: Tipologia do desinvestimento realizado em 2012.

Verificaram-se desinvestimentos empresariais em todas áreas de intervenção da Portugal Ventures, tendo a unidade de negócios de *Tourism, Hospitality & Leisure* concretizado operações de desinvestimento no valor de 7 milhões de euros, correspondendo a cerca de 25% do total desinvestimento realizado em 2012. A unidade de *Private Equity* concretizou desinvestimentos no montante de 5,4 milhões de euros, cerca de 19% do total, enquanto a unidade de *Venture Capital*, incluindo o segmento de *Seed Innovation Capital*, concretizou desinvestimentos no valor de 4,9 milhões de euros correspondendo a 17% do total.

Desinvestimento por Áreas de negócio
M EUR, 31/12/2012

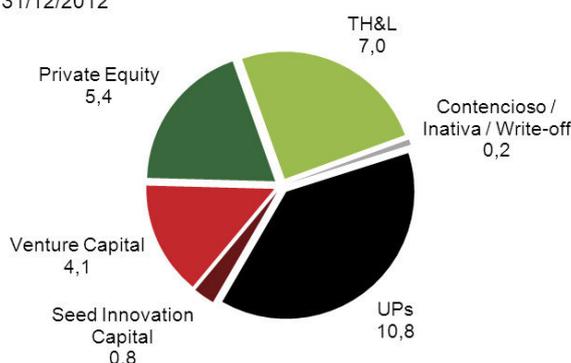


Figura 11: Desinvestimento realizado em 2012, por Unidade de Negócio.

No período em análise, 82% das operações de desinvestimento em capital social (23) foram efetuadas por alienação à equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 90% do montante alienado. Das operações remanescentes, 2 foram efetuadas por venda a terceiros e 3 resultaram de liquidações.

Das operações de desinvestimento realizadas, cerca de 38% geraram menos-valias, sendo que os desinvestimentos efetuados originados em operações de *start-up* assumiram um peso de 40% das operações totais efetuadas.

O potencial de operações de *write off* a ocorrer no futuro é elevado, atendendo ao número de empresas detido pela Sociedade e FCR sob gestão que nesta data se encontram valorizados com valor nulo (91 empresas).

Estratégia de Saída	Número de transações	Valor de Venda	%	+/- valia	%
Recompra (pela equipa de gestão ou acionistas)	23	6,3 M€	90%	-1,7 M€	45%
Venda a terceiros	2	0,7 M€	10%	-2,0 M€	51%
Write-off	3	0,0 M€	0%	-0,1 M€	4%
Total	28	7,0 M€	100%	-3,8 M€	100%

8.7 Investimento Líquido em Capital Social e Rotação da Carteira

O investimento líquido em capital social (diferença entre o montante total de aquisições e de alienações a preço de venda) situou-se em cerca de 3,5 milhões de Euros negativos.

A rotação anual da carteira de investimento – calculada através do quociente entre o somatório das operações de aquisição e de alienação em capital social efetuadas ao longo do período em análise e o valor sob gestão no período precedente (31/12/2011) – foi de 3,1%, abaixo do valor da rotação anual do setor de capital de risco nacional registado em 2011, que de acordo com a CMVM foi de 5,1%.

8.8 Caracterização Macro dos Ativos e Distribuição por Área de Negócio

À data de 31 de dezembro de 2012 a carteira de investimentos sob gestão apresentava uma perda potencial de 181,5 milhões de Euros (128 milhões a 31 de dezembro de 2011):

- Os investimentos diretos da Sociedade registam menos-valias potenciais no valor de 17,3 milhões de Euros e mais-valias potenciais no valor de 3,8 milhões de Euros.
- Os investimentos dos FCR sob gestão registam menos-valias potenciais no valor de 231,5 milhões de Euros e mais-valias potenciais no valor de 63,5 milhões de Euros.
- O aumento das perdas potenciais registadas, no valor de 53,5 milhões de Euros, traduz a atual conjuntura económica, o aumento do risco na determinação do justo valor dos ativos e a correspondente degradação das condições de funcionamento das empresas.

Perda potencial no investimento total registado a 31 de dezembro de 2011
(M EUR)

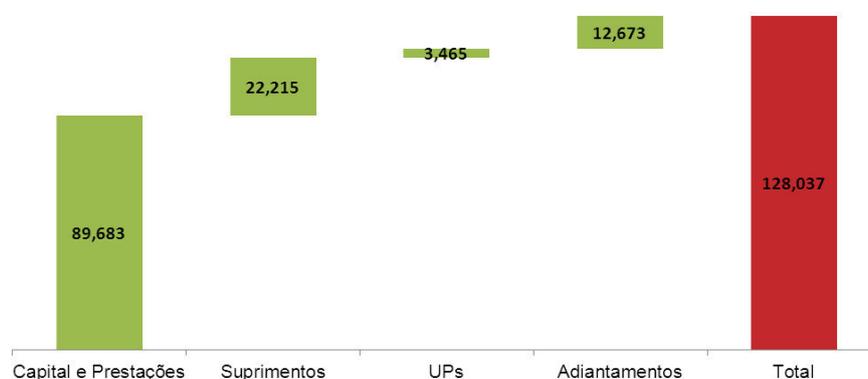


Figura 12: Perda potencial no investimento total registado a 31 de dezembro de 2011.

Perda potencial no investimento total registado a 31 de dezembro de 2012
M EUR

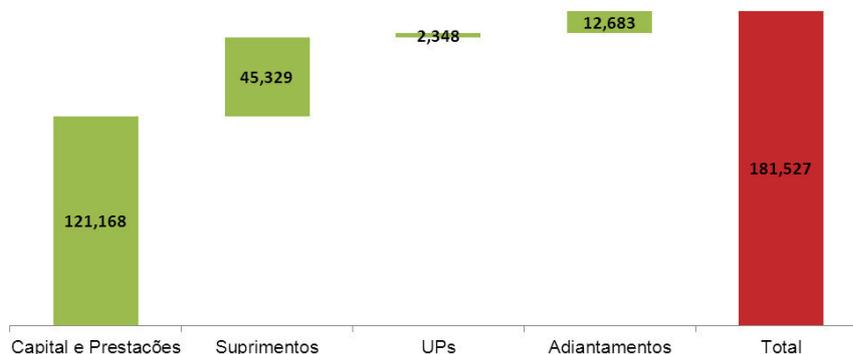


Figura 13: Perda potencial no investimento total registado a 31 de dezembro de 2012.



Os ativos dos fundos sob gestão apresentam em 31 de dezembro de 2012 uma redução de 25% face ao valor do ano anterior, o que reflete a redução registada no valor da carteira de ativos em cerca de 29%.

Durante o ano de 2012 desenvolveu-se a análise agregada do desempenho dos fundos de capital de risco afetando os fundos às áreas de negócio da Portugal Ventures (*Seed Innovation Capital, Venture Capital, Private Equity e Tourism, Hospitality & Leisure*) de acordo com a predominância de investimento efetuado na carteira de ativos detida por cada fundo.

Os 25 fundos de capital de risco sob gestão da Portugal Ventures apresentavam em 31 de dezembro de 2012 o seguinte desempenho por área de negócio:

valores em k€

Áreas de Negócio	Carteira de Ativos	Valor Carteira de Ativos	Outro Ativo Líquido	Liquidez	Ativo Líquido	Valor Global Líquido (VGL)	Resultado Líquido	Passivo	Rentab. do VGL	Rentab. do Ativo	Autonomia Financeira
Seed Inn. Capital											
31-12-2012	4.711	4.809	239	6.491	11.539	9.548	726	1.992	8%	6%	83%
31-12-2011	4.662	3.605	303	6.825	10.733	8.671	-1.158	2.062	-13%	-11%	81%
Δ %	1%	33%	-21%	-5%	8%	10%	163%	-3%			
Venture Capital											
31-12-2012	55.760	24.024	2.960	9.655	36.639	35.519	-7.846	1.120	-22%	-21%	97%
31-12-2011	58.304	30.958	3.982	19.683	54.623	53.364	-12.511	1.258	-23%	-23%	98%
Δ %	-4%	-22%	-26%	-51%	-33%	-33%	37%	-11%			
Private Equity											
31-12-2012	179.368	78.674	6.238	32.906	117.819	114.915	-45.384	2.904	-39%	-39%	98%
31-12-2011	174.122	112.028	7.997	44.379	164.404	160.699	-17.951	3.704	-11%	-11%	98%
Δ %	3%	-30%	-22%	-26%	-28%	-28%	-153%	-22%			
TH&L											
31-12-2012	54.414	18.779	2.720	22.367	43.867	43.606	-11.360	261	-26%	-26%	99%
31-12-2011	56.951	30.340	244	18.615	49.199	48.577	-19.891	622	-41%	-40%	99%
Δ %	-4%	-38%	1015%	20%	-11%	-10%	43%	-58%			
TOTAL											
31-12-2012	294.253	126.287	12.157	71.420	209.864	203.587	-63.864	6.277	-31%	-30%	97%
31-12-2011	294.039	176.931	12.525	89.503	278.959	271.312	-51.512	7.646	-19%	-18%	97%
Δ %	0%	-29%	-3%	-20%	-25%	-25%	-24%	-18%			

Do total de ativos, de 210 milhões de euros, encontra-se afeto à unidade de *Private Equity* 56% deste montante. Do valor global de liquidez imediata, de 71 milhões de euros, cerca de 77% é atribuível às unidades de *Private Equity* e *Tourism, Hospitality & Leisure*.

9. Atividade das Unidades de Negócios

9.1 *Private Equity*

Ao nível dos novos investimentos, o ano de 2012 foi, naturalmente, condicionada pela carteira de projetos de investimento constituída ainda no âmbito da InovCapital e AICEP Capital Global, ao nível dos setores económicos ‘tradicionais’, e pela necessária transição resultante do processo de fusão que deu origem à Portugal Ventures. Contudo, já no âmbito da Portugal Ventures, procuraram-se constituir parcerias ativas de dinamização do *deal-flow* de novas oportunidades de investimento, enquadradas nas três vertentes de intervenção desta unidade de negócios: reorganização empresarial, consolidação setorial e forte apoio a processos de internacionalização.

Nesse sentido, foram encetados contactos com instituições financeiras no sentido de identificar, nas respetivas bases de clientes, empresas equilibradas económica e financeiramente, com projetos de investimento potencialmente interessantes e apetência pelo reforço e consolidação dos seus capitais próprios. Acredita-se que já no início de 2013 seja possível arrancar com uma base de potenciais *targets* entre 13 a 16 empresas.

Por outro lado, foi identificada uma oportunidade de atuação no setor agroalimentar português, que promova a consolidação e concertação de estratégias exportadoras, com o intuito de aumentar o seu contributo para o PIB português e a sua capacidade exportadora. Esta oportunidade requereu, nomeadamente, um *screening* e análise dos principais setores agroalimentares, focada no potencial de consolidação e crescimento orientado à exportação; e, numa fase seguinte, a avaliação de diferentes formas de atuação no setor por parte da Portugal Ventures. Esta atividade foi desenvolvida em colaboração com a Nova *School of Business & Economics*, que apoiou a Portugal Ventures, através da unidade de *Private Equity*, na definição e avaliação desta oportunidade de atuação.

A atividade de *deal-flow* verificada em 2012 no âmbito da intervenção da unidade de *Private Equity*, não reflete ainda os impactos que se esperam das iniciativas acima descritas.

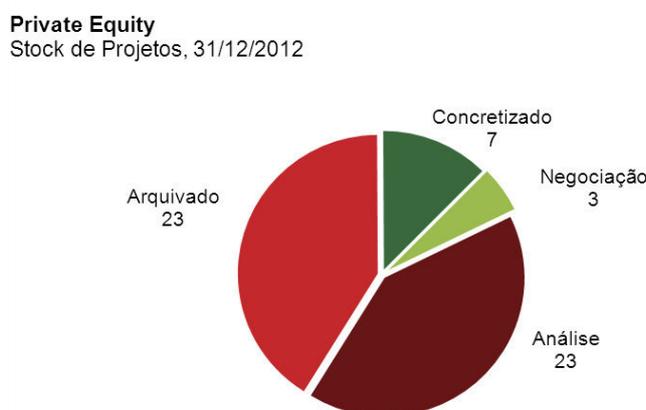


Figura 14: Stock projetos no âmbito da unidade de *Private Equity*, a 31 de dezembro de 2012

Private Equity

Investimento Potencial e Realizado (M EUR), 31/12/2012

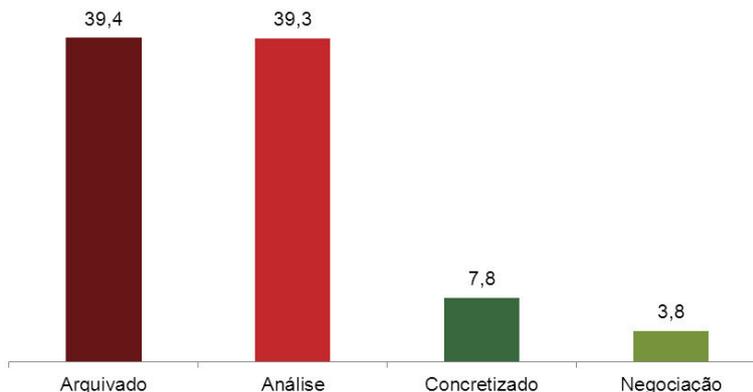


Figura 15: Investimento potencial e realizado em 2012 no âmbito da unidade de Private Equity

Durante 2012, receberam-se 44 novos projetos de investimento, correspondendo a um investimento potencial por parte da Portugal Ventures na ordem dos 76 milhões de euros, a que acrescem pedidos de reforço de investimento em participadas da carteira de 15 milhões de euros. Concretizaram-se investimentos no valor de cerca de 7,8 milhões de euros e encontrando-se no final do ano, em negociação, mais cerca de 3,8 milhões de euros. O investimento aprovado corresponde a um investimento nos ativos em causa de cerca de 10 milhões de euros, influenciado pelos reforços realizados em participadas.

Ainda durante o exercício em análise, realizaram-se desinvestimentos em 6 participações, correspondendo a uma redução da carteira, por essa via, na ordem dos 5,4 milhões de euros (valor de aquisição). Encontram-se ainda por receber cerca de 2 milhões de euros das vendas efetuadas.

Private Equity

Investimento e Desinvestimento (M EUR, N. Operações), 31/12/2012

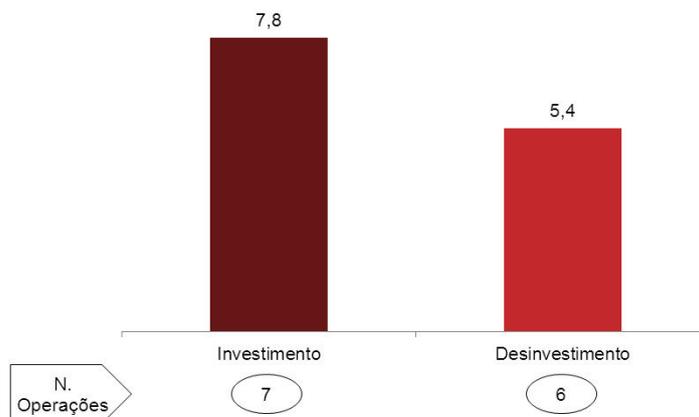


Figura 16: Investimento e desinvestimento realizados em 2012 no âmbito da unidade de Private Equity

A 31 de dezembro de 2012, a carteira de participações da Portugal Ventures sob gestão da unidade de *Private Equity* ascendia a 37 empresas, representando um investimento total na ordem dos 116 milhões de euros e correspondendo a empresas com um Volume de Negócios agregado de 3.160 milhões de euros, um EBITDA superior a 200 milhões de euros (em média 6,4% VN) e mais de 17.600 colaboradores¹.

Private Equity

Envolvimento Total por Setor (M EUR, N. Participadas), 31/12/2012

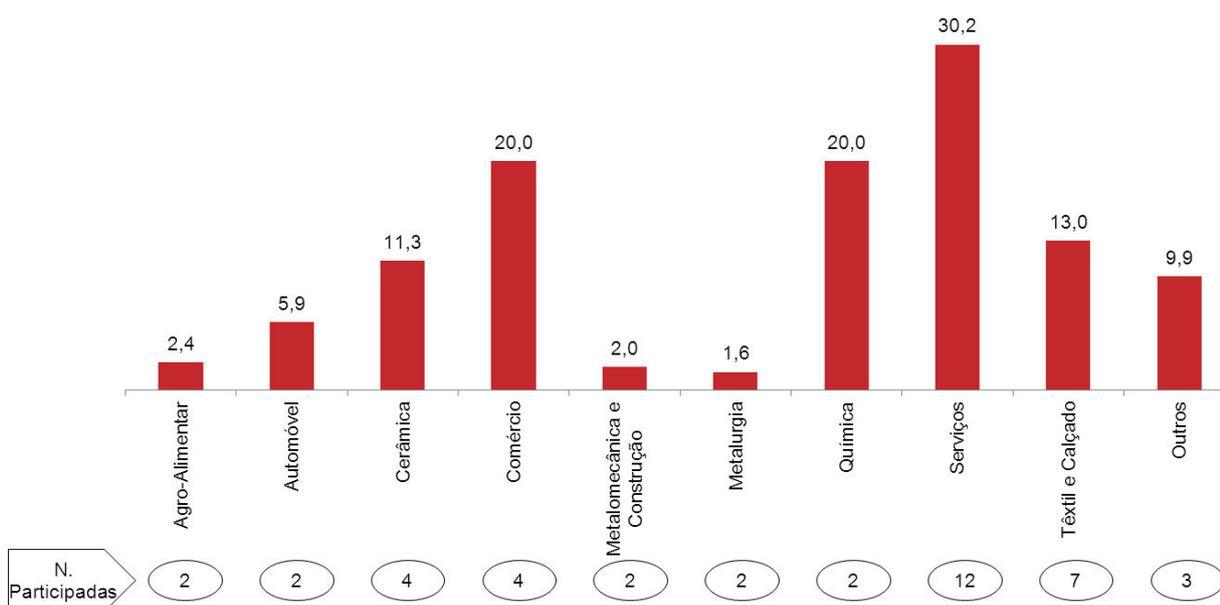


Figura 17: Envolvimento total por setor da carteira de participadas da unidade de *Private Equity*

Tratando-se de um portfólio relativamente heterogéneo em termos setoriais, ainda assim existem algumas áreas onde, pela experiência acumulada ao nível da carteira, existe potencial de especialização, como sejam ao nível das atividades têxtil e do calçado, da metalomecânica, indústria química e plásticos, pasta e cerâmica e componentes para indústria automóvel.

9.2 Venture Capital

Em 2012 a atividade de geração e processamento de *deal-flow* de projetos de *Venture Capital* foi desenvolvida por duas unidades distintas, a unidade de *Seed Innovation Capital* (investimento de *Seed Capital*, incluindo a gestão do Programa de Ignição) e a unidade de *Venture Capital* (contemplando as fases subsequentes de *Early Stage* e *Scale-up*).

Por comodidade de relato, apresentam-se de forma separada as estatísticas de atividade. Em primeiro lugar, as respeitantes a contactos diretos recebidos pelas equipas, seguidas das respeitantes à primeira *Call For Entrepreneurship* do Programa de Ignição.

¹ Valores reportados a 2011.

Globalmente, foram recebidas diretamente 140 propostas de investimento de *Venture Capital*, das quais 108 propostas respeitantes a novos projetos (77% do total) e 32 propostas decorrentes de solicitações de reforço de investimento em empresas participadas.

	Projetos recebidos em 2012	
	Novos projetos	Reforço em participadas
Seed	47	10
Early stage e Scale-up	61	22
Total	108	32

As propostas de investimento referentes a *Early Stage* e *Scale-up* representaram quase 60% do total de projetos de *Venture Capital* (83 em 140).

Tendo presente que no início do ano de 2012 existiam 12 projetos em análise transitados de 2011 (pelo que o total de projetos em análise e decididos é de 152), resulta que se declinou o interesse de investimento em 94 (62%), tendo sido efetuadas 29 operações de investimento (19% do total).

Venture Capital
Stock de Projetos, 31/12/2012

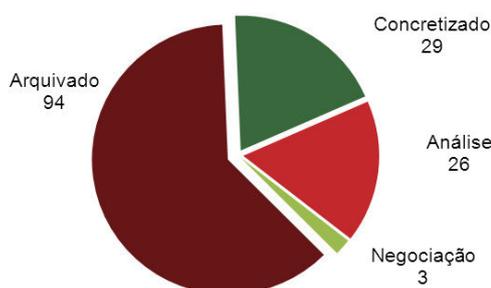


Figura 18: Stock de projetos durante 2012 no âmbito da atividade de *Venture Capital*

Em 31 de dezembro de 2012 encontravam-se em fases distintas de apreciação 26 projetos e em negociação 3 propostas de investimento, respetivamente, 17% e 2% do total.

	Projetos 2012			
	Arquivados	Em análise 31/12/2012	Negociação 31/12/2012	Investidos
Seed	56	4	1	8
Early stage e Scale-up	38	22	2	21
Total	94	26	3	29

Os 29 projetos aprovados e investidos durante o ano de 2012 respeitam a 2 novas participações e a reforços em 13 participadas, num total de investimento da Portugal Ventures de 5,1 M€ (média de 0,3 M€ por participada).

Venture Capital e Seed Capital: deal flow e investimento em 2012

- Dossiers de investimento aprovados: 29
- Investimento de capital de risco: 5,1M€
- Número de participadas envolvidas: 15 (novas: 2)
 - Emprego: 172 pessoas
 - Volume de negócios: 5,5M€
 - Exportações: 2,3M€

Tendo presente o estágio de desenvolvimento dos projetos investidos durante o exercício, em fase de prova de conceito tecnológico e/ou comercial, cumpre realçar que apresentaram em 2012 um nível global de emprego de 172 pessoas, um volume de faturação anual que excede 5,5 M€ e de exportações de 2,3 M€ (3 empresas representam 61% daqueles empregos e 98% do volume de faturação e exportações).

Quanto aos 3 projetos em negociação, com probabilidade elevada de concretização no primeiro trimestre de 2013, correspondem a um investimento de 2,6 M€ (média de 0,9 M€ de investimento por projeto), para 7,2 M€ de investimento total pelas empresas.

Apresentam-se de seguida os resultados de atividade respeitantes à primeira *Call For Entrepreneurship* do Programa de Ignição.

Deal flow da primeira Call for Entrepreneurship

- Registos na plataforma *on-line*: cerca de 400
- Projetos submetidos: 143
- Projetos avaliados: 99
- 20 painéis de avaliação com 53 peritos, 25 no estrangeiro

O período de receção de candidaturas de projetos decorreu de 15 de outubro a 15 de novembro de 2012, logo seguido dos processos de *screening* inicial e de avaliação. No processo de avaliação que foi desenvolvido em dezembro, foram constituídos 20 painéis de avaliação em que participaram 53 peritos empresariais e tecnológicos, 50% dos quais no estrangeiro.

Foram apresentadas 143 candidaturas de projetos para avaliação pela Portugal Ventures (73 das quais via *Ignition Partners Network*), num universo de 386 empreendedores e um valor potencial de investimento de 49,4 M€, e com a discriminação setorial apresentada no gráfico abaixo:

Venture Capital

Call For Entrepreneurship, distribuição das candidaturas por setor,
31/12/2012

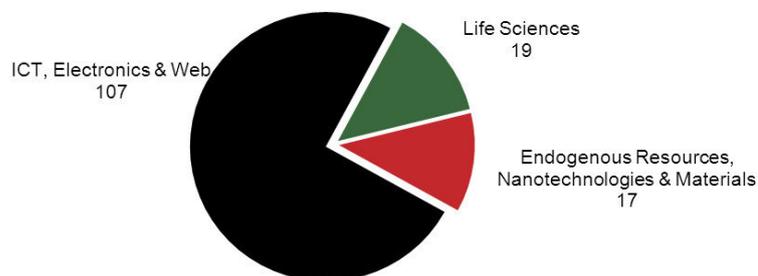


Figura 19: Distribuição por setor tecnológico dos projetos empresariais submetidos no âmbito da 1ª Call for Entrepreneurship

Destaca-se que 75% dos projetos dizem respeito aos setores *ICT&E* e *WEB* (107 num total de 143 projetos).

O investimento médio por projeto solicitado à Portugal Ventures foi de 250 k€, para um investimento médio total por projeto de 346 k€ (405 k€ para *Life Sciences*, 340 k€ para *Endogenous Resources* e 335 k€ para *ICT&E* e *WEB*).

Venture Capital

Call For Entrepreneurship, Investimento médio solicitado (k EUR),
31/12/2012

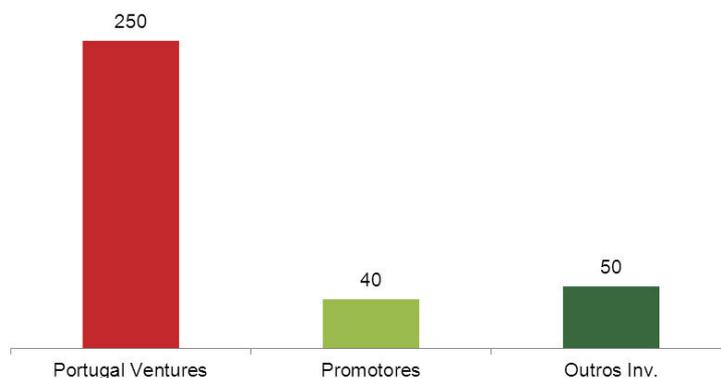


Figura 20: Estrutura do investimento médio solicitado pelos projetos candidatos à 1ª Call for Entrepreneurship

Por fim, importa referir que foram avaliados 99 projetos pelos painéis de peritos, resultando na decisão de apresentação pela Portugal Ventures, já no decurso de 2013, de propostas de investimento a 15 projetos com um total potencial de cerca de 7,0 M€ de investimento de capital de risco.

9.3 *Tourism, Hospitality & Leisure*

À semelhança do ano anterior, as condições adversas de mercado e, nomeadamente, as dificuldades de financiamento bancário, tiveram um efeito negativo no índice de concretização de projetos analisados.

Este fator conjuntural, aliado ao aumento verificado da oferta de camas tanto em “Empreendimentos Turísticos” como em “Alojamento Local”, impactaram na evolução negativa da valorização dos fundos sob gestão.

Neste contexto, assumiu especial relevância o acompanhamento das empresas participadas, que não se limitou à vertente financeira, apoiando ativamente o desempenho em todos os aspetos relevantes da vida das empresas, na tentativa de minimizar os impactos na valorização das participações.

A evolução dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros foi ligeiramente negativa. Os proveitos totais atingiram 1.860,2 milhões de euros, valor inferior em 2,4% ao de 2011. Os proveitos de aposento fixaram-se em 1.291,7 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 1,2%. O *RevPAR* global situou-se nos 27,20 euros o que representa um decréscimo de 7,4% face ao ano anterior.

A forte diminuição do *RevPAR* ficou a dever-se a variações nas duas componentes que compõem o indicador: (i) redução generalizada do preço médio por quarto e, (ii) aumento da oferta disponível. A este facto não deverá ser alheio o aumento registado de camas licenciadas como “Alojamento Local” que concorrem em vários dos segmentos de mercado onde atuam os “Empreendimentos Turísticos”.

No exercício de 2012, a unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure* realizou duas operações de investimento em novas empresas e duas operações de desinvestimento total, incluindo uma troca de participações pelo mesmo valor e, portanto, sem fluxos financeiros associados.

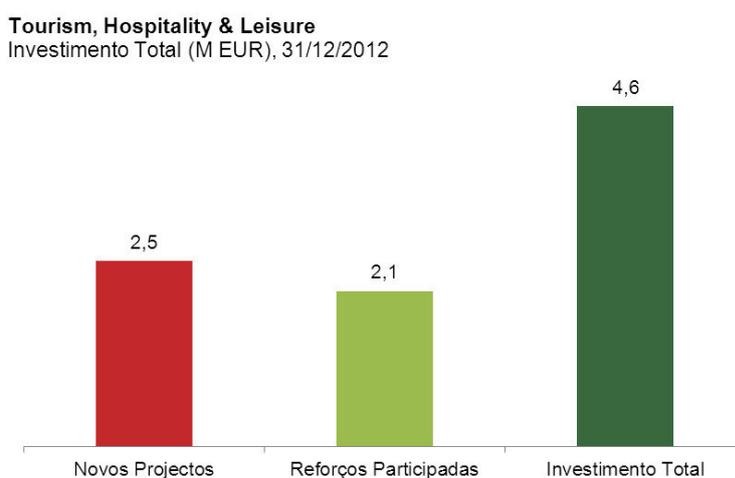


Figura 21: Investimento total realizado em 2012 no âmbito da unidade de *Tourism, Hospitality & Leisure*

O montante total contratualizado dos novos investimentos ascendeu a 2,5 milhões de euros, o reforço do envolvimento nas participadas sob gestão atingiu os 2,1 milhões de euros e os desinvestimentos geraram 4,0 milhões de euros, dos quais 1,5 milhões já haviam sido recebidos à data de 31 de dezembro.

Os projetos de investimento recebidos elevaram-se a 36 – aos quais se juntam 11 transitados de 2011, sendo que mais de dois terços correspondentes a *start-ups*.

Tourism, Hospitality & Leisure
Novos Projetos por Estádio de Desenvolvimento, 31/12/2012

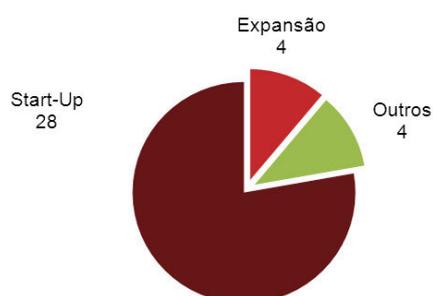


Figura 22: Novos projetos, por estágio de desenvolvimento, analisados em 2012 no âmbito da unidade de Tourism, Hospitality & Leisure

Tourism, Hospitality & Leisure
Stock de Projetos, 31/12/2012

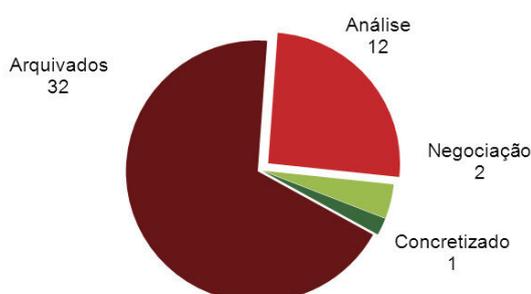


Figura 23: Stock de projetos da unidade de Tourism, Hospitality & Leisure a 31 de dezembro de 2012

Estão aprovadas em sede de análise preliminar e análise aprofundada cinco operações, duas das quais em negociação, esperando-se que seja possível a concretização de parte destas em 2013.

Por último, cabe realçar o esforço desenvolvido na divulgação da atividade dos fundos sob gestão bem como do potencial do instrumento financeiro capital do risco, nomeadamente em ações conjuntas com o participante de referência Turismo de Portugal, IP.



10. Evolução Financeira / Análise das Contas

O Balanço e a Demonstração de Resultados da Portugal Ventures, bem como as respetivas Notas explicativas nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) adotado pela Sociedade a partir do dia 1 de janeiro de 2010, com exceção das especificidades que se prendem com a natureza da atividade de capital de risco mencionadas no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores mobiliários nº 12/2005 – *Contabilidade das Sociedades e Fundos de Capital de Risco* – são apresentados na Parte III deste Relatório.

Salienta-se que no decurso do ano de 2012 ocorreu o processo de fusão das três sociedades de capital de risco, facto com impacto significativo nas respetivas contas do exercício.

Neste enquadramento, a Portugal Ventures procedeu ao alargamento da sua atividade, envolvendo a mudança de instalações em Lisboa, a gestão de mais oito Fundos de Capital de Risco e o reforço dos seus recursos humanos e materiais.

Análise do Resultado em 2012

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PORTUGAL VENTURES - 31.12.2012

(unidade: euros)

Rubrica	2012			Execução Homóloga 2011	
	Execução	Orçamento	Variação	2011 (*)	Variação 2012/2011
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)	(D)	(E) = (A)-(D)
Vendas e Serviços Prestados	7.254.440	7.734.908	- 480.468	8.192.368	- 937.928
Subsídios à Exploração	7.851	36.462	- 28.611	11.346	- 3.495
Ganhos e Perdas imputadas de Subsd., associadas e emp. Conjuntos	84.165	84.138	27	- 205.822	289.987
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1.389.155	- 1.579.461	190.306	- 1.385.447	- 3.708
Gastos com Pessoal	- 2.468.958	- 2.520.442	51.484	- 3.090.906	621.948
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	- 892.498	- 12.567	- 879.930	- 400.410	- 492.088
Provisões (aumentos/reduções)	46.101	-	46.101	-	46.101
Imparid. de Investimentos não Depreciáveis/Amort. (perdas/reversões)	- 2.896.645	-	- 2.896.645	213.109	- 3.109.754
Aumentos/Reduções de Justo Valor	- 1.277.463	- 466.934	- 810.529	- 3.247.824	1.970.361
Outros Rendimentos e Ganhos	213.743	141.219	72.524	304.771	- 91.028
Outros Gastos e Perdas	- 394.183	- 98.698	- 295.485	- 126.707	- 267.476
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos (EBITDA)	- 1.712.603	3.318.625	- 5.031.228	264.478	- 1.977.081
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 228.092	- 258.516	30.424	- 324.345	96.253
Resultado operacional antes de gastos de financiam. e impostos	- 1.940.694	3.060.109	- 5.000.804	- 59.867	- 1.880.827
Juros e rendimentos similares	1.289.661	1.270.473	19.188	1.714.380	- 424.719
Juros e gastos similares suportados	- 5.506	- 6.243	737	- 7.498	1.992
Resultado antes Impostos	- 656.540	4.324.339	- 4.980.879	1.647.015	- 2.303.555
Imposto sobre o rendimento do período	- 1.388.322	- 1.396.775	8.453	- 1.171.313	- 217.009
Resultado líquido do período	- 2.044.862	2.927.564	- 4.972.426	475.702	- 2.520.564

(*) Valores agregados de 2011 das 3 sociedades objeto da fusão



O Resultado líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2012 traduziu-se no valor negativo de 2.045 mil euros, fortemente impactado pela desvalorização ocorrida ao nível da carteira de ativos de capital de risco detidos pela Sociedade e a custos não recorrentes resultantes do processo de fusão.

O movimento ocorrido na carteira de ativos de capital de risco encontra-se referenciado na Nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, refletindo os resultados da avaliação da carteira de participações financeiras de acordo com o definido no Regulamento da CMVM nº 1/2008, bem como o movimento das alienações das participações financeiras.

Rendimentos

A rubrica de Vendas e Serviços Prestados, com o valor de 7.254 mil euros, engloba 6.583 mil euros de comissões de gestão resultantes do facto da Portugal Ventures ser a sociedade gestora de 25 FCR, bem como 671 mil euros de prestações de serviços prestados às empresas por si administradas.

A redução de valores face ao orçamento (480 mil euros) justifica-se fundamentalmente pela redução nas comissões de gestão que refletem a diminuição do valor global líquido dos FCR.

Relativamente ao período homólogo anterior, a variação negativa apresentada de 938 mil euros é explicada pelo anteriormente descrito, ao que acresce a redução do capital de 2 dos FCR geridos.

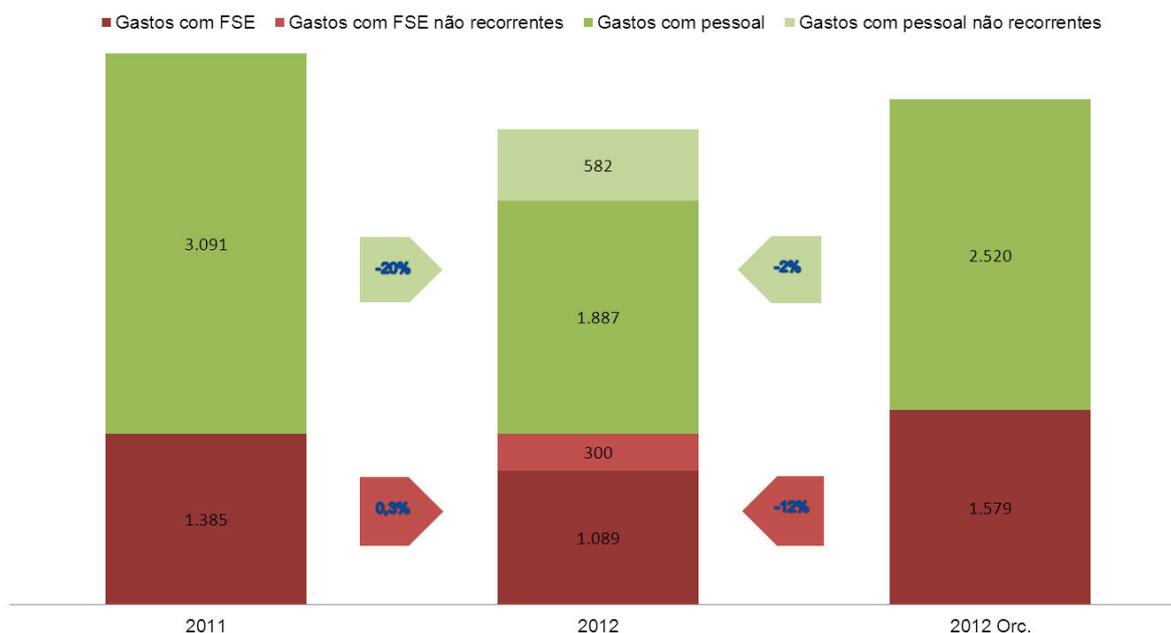
No valor apresentado de outros rendimentos e ganhos, importa realçar os proveitos suplementares de 52 mil euros correspondentes às remunerações pelo exercício de cargos sociais nas empresas participadas, os ganhos resultantes da alienação de participadas no valor de 56 mil euros e a anulação dos gastos com o subsídio de férias de 2011 relativamente a uma das empresas incorporadas no processo de fusão, no valor de 47 mil euros.

Os juros e rendimentos similares obtidos correspondem aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, bem como aos juros de empréstimos concedidos às participadas. A variação face ao período homólogo de 2011 justifica-se pela redução verificada na taxa de juro real dos depósitos a prazo.

Acresce o facto de, no exercício de 2012, ter ocorrido a distribuição de dividendos por parte de duas das empresas participadas pela Portugal Ventures, no valor global de 89 mil euros.

Gastos

Gastos de estrutura e funcionamento (milhar de EUR)



Não obstante o já anteriormente referido processo de fusão e os custos não recorrentes associados ao mesmo, em 2012 os gastos de estrutura e funcionamento propriamente ditos (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), apresentam um desvio favorável de 242 mil euros face ao orçamento e de 618 mil euros face ao período homólogo de 2011, o que reflete uma gestão eficiente e criteriosa por parte da Portugal Ventures ao nível dos seus gastos e uma poupança de recursos (humanos e materiais) como consequência da fusão.

A rubrica fornecimentos e serviços externos inclui, para além dos gastos correntes, gastos não recorrentes no valor de aproximadamente 300 mil euros referentes a gastos com as mudanças de instalações, consultadoria externa da avaliação da carteira de ativos de capital de risco, apoio jurídico e fiscal ao processo de fusão, conceção e lançamento de nova marca e imagem e eventos e ações de *team building*. Manteve-se no exercício de 2012 a política de contenção de gastos correntes que vinha sendo aplicada pelas Sociedades objeto da fusão.

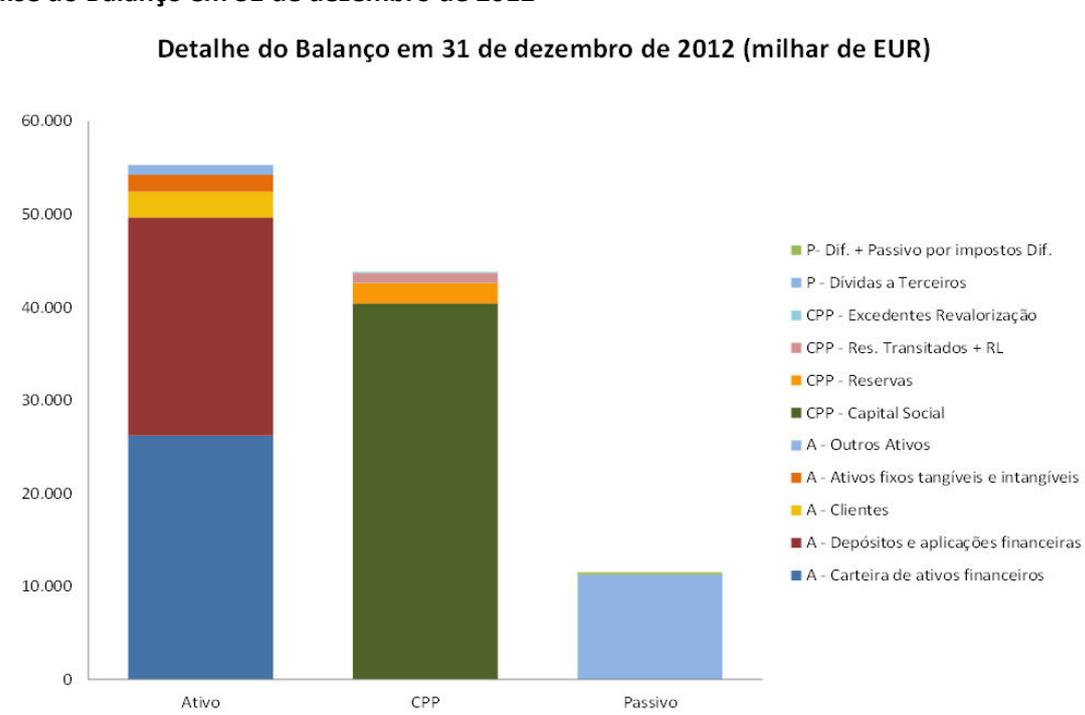
Ao nível dos gastos com pessoal, os valores refletem a não atribuição de prémios de desempenho aos colaboradores, a manutenção da redução das remunerações base dos Administradores resultantes da aplicação do disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, a redução das remunerações dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores em conformidade com o disposto na Lei nº 64-B/2011 e a suspensão do pagamento do subsídio de férias e subsídio de natal e respetivos encargos como definido no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro. Os gastos de pessoal não recorrentes resultantes do processo de fusão ascenderam a cerca de 295 mil euros e referem-se a indemnizações/compensações pagas por rescisão do contrato de trabalho. Saliente-se que o valor registado nesta rubrica inclui 287 mil euros de gastos referentes aos órgãos sociais

das sociedades incorporadas até à data da operação de fusão, o que se traduzirá numa poupança futura.

No que respeita a outros gastos e perdas, deve salientar-se os gastos com a alienação e abates de ativos fixos tangíveis decorrentes do processo de fusão no valor de 157 mil euros, as perdas na cedência de “outros créditos” de uma participada no valor de 86 mil euros, e ao imposto pago pela transferência do imóvel que era detido pela Turismo Capital, no valor de 23 mil euros.

O resultado líquido negativo das avaliações da carteira de ativos de capital de risco efetuada a 30 de junho e 31 de dezembro de 2012, no valor global de 5.067 mil euros, foi registado nas respetivas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilístico e do Regulamento da CMVM nº 1/2008.

Análise do Balanço em 31 de dezembro de 2012



Ativo

Em 31 de dezembro de 2012 o total do Ativo da Portugal Ventures ascendia a 55,3 milhões de euros, sendo financiado em 79% por Capitais Próprios.

Das Aplicações Ativas, 47% correspondem à carteira de investimentos financeiros que inclui o valor das unidades de participação dos FCR Portugal Ventures Global, Finicia, ACTec, FIAEA, Indústrias Criativas, *Early Stage*, Universitas, Biocant, GPI e Internacionalização, 42% a Depósitos e Aplicações Financeiras de elevada liquidez, 5% a clientes e 3% a Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

A Portugal Ventures aplica a sua liquidez adotando uma política conservadora, aplicações de rendimento fixo e capital garantido, privilegiando operações de curto prazo e baixo risco, contribuindo assim para a preservação do valor investido pelos acionistas. Os Depósitos e Aplicações Financeiras registam o montante de 23,4 milhões de euros.



No que concerne à atividade de capital de risco prosseguida pela Sociedade no decurso do exercício de 2012, a carteira de participações registou desinvestimentos financeiros que ascenderam a 250 mil euros, valorizados a custo de aquisição, correspondendo fundamentalmente à alienação de capital detido em 3 empresas, duas delas pela sua totalidade, e ao reembolso de empréstimos. Estas operações de desinvestimento originaram o registo de mais-valias líquidas no valor de 52,8 mil de euros, em virtude dos investimentos financeiros estarem registados na contabilidade pelo seu justo valor. Ao valor do desinvestimento anteriormente referido acrescem 10,8 milhões de euros correspondentes ao valor das unidades de participação dos FCR Portugal Ventures III e GPI entregues ao acionista AICEP, EPE no âmbito da redução de capital ocorrida em uma das sociedades incorporadas (AICEP Capital Global).

A referida redução de capital no montante de 18 milhões de euros foi efetuada através da entrega de 9 milhões de euros em numerário e das citadas unidades de participação dos FCR.

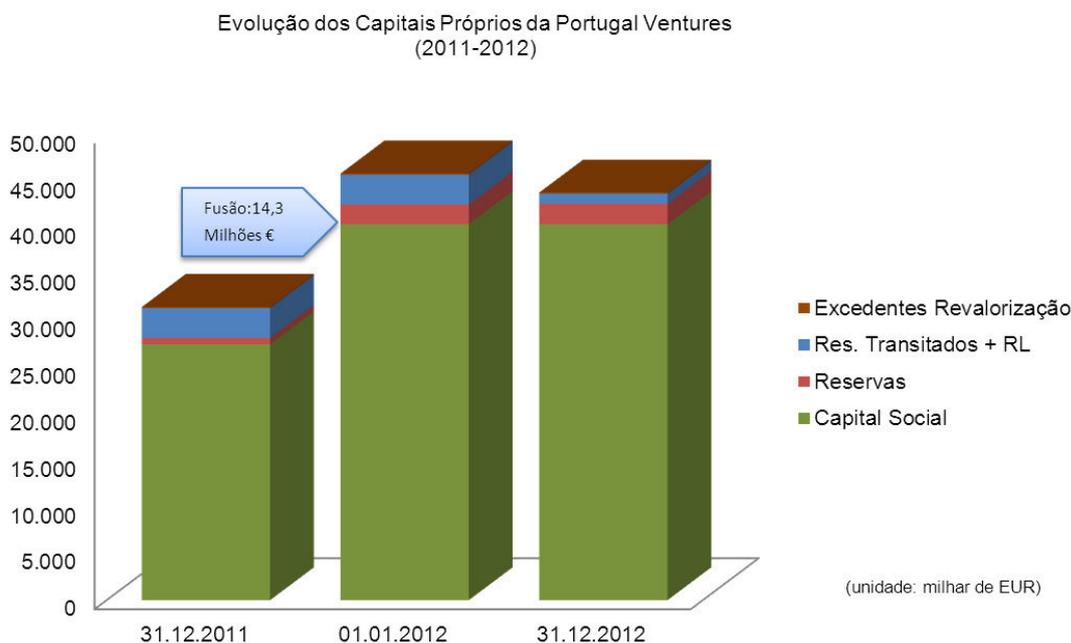
Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade procedeu à avaliação da sua carteira de participações de ativos de capital de risco, de acordo com o regulamento interno de avaliação, registando-se o respetivo impacto da avaliação na contabilidade nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilístico. As avaliações a 30 de junho de 2012 foram realizadas por uma entidade externa independente. O impacto total registado reflete o efeito da atual conjuntura económica portuguesa na situação económica e financeira das empresas participadas, levando a que várias participações tenham diminuído significativamente o seu valor.

Na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, são de realçar os investimentos em edifícios e equipamento administrativo no valor total de 161 mil euros, associados na sua maioria do processo de mudança de instalações em Lisboa e os desinvestimentos por alienação e abate em edifícios, equipamento de transporte e equipamento administrativo, decorrentes essencialmente do processo de fusão, no valor global de 417 mil euros.

Passivo

O Passivo da Portugal Ventures ascende a 11,5 milhões de euros, correspondendo 98% ao valor das dívidas a terceiros e 2% ao montante de diferimentos e passivos por impostos diferidos. No valor das dívidas a terceiros, o valor mais relevante (9,8 milhões de euros), refere-se ao compromisso de realização do capital subscrito e ainda não realizado de 6 FCR constituídos no decurso de 2011, no âmbito do programa COMPETE, cuja concretização deverá ocorrer em 2013.

Capitais Próprios



A Fusão com efeitos retroativos a 1 de Janeiro de 2012 teve um impacto nos capitais próprios da sociedade de 14,3 milhões de euros, nas rúbricas de capital social, que passou de 27,5 milhões de euros para 40,4 milhões de euros e de reservas, devido à reserva de fusão de 1,4 milhões de euros.

No final do exercício de 2012, a Portugal Ventures apresenta capitais próprios no valor de 43,8 milhões de euros, representando 108% do valor do seu capital subscrito e realizado (40,4 M€).

11. Proposta de Aplicação de Resultados da Portugal Ventures

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2012, no valor de 2.044.862,35 euros (dois milhões, quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta dois euros e trinta e cinco cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Sendo aprovada esta proposta, os Capitais Próprios passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Social	€ 40.412.650,00
Reservas Legais	€ 729.764,59
Outras Reservas	€ 1.468.166,81
Resultados Transitados	€ 1.077.448,11
Excedentes de Revalorização	<u>€ 127.243,51</u>
TOTAL	€ 43.815.273,02



12. Factos Subsequentes

O Conselho de Administração declara que, à data do encerramento das contas, a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social, ao Estado e a Outros Entes Públicos.

As demonstrações financeiras foram emitidas em 14 de março de 2013.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2012 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

13. Perspetivas para 2013

No contexto da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, é assumido como intervenção transversal a todas as unidades de negócio:

- Atuação pró-ativa para aumentar *deal-flow* de projetos, visando a identificação e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos;
- Acompanhamento das participadas é um fator crítico de intervenção e será reforçada a coordenação dos gestores externos;
- Nos setores tecnológicos, desenvolvimento de uma rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o fluxo *outbound* de *start-ups* de base tecnológica;
- Promoção do investimento sindicado com base no desenvolvimento de modelos de partilha de risco e cofinanciamento com entidades privadas em setores económicos “tradicionais”;
- Definição e contratualização de estratégias de desinvestimento orientadas à otimização do valor investido.

Apresentamos de seguida as principais atividades da sociedade planeadas para 2013, por unidade de negócio e por unidade de suporte:

Private Equity

Para a realização de investimentos no âmbito da atuação da unidade de *Private Equity*, a Portugal Ventures dispõe presentemente de cerca de 22 milhões de euros, acreditando que esses valores poderão ascender até 36 milhões de euros no curto prazo em função do dinamismo de investimento sustentável que as empresas consigam imprimir.

Será certamente uma prioridade desta área de negócios dinamizar ativamente a procura de boas oportunidades de investimento, nomeadamente operacionalizando e consolidando as iniciativas iniciadas em 2012 e apesar da conjuntura atualmente vivida na economia portuguesa e da retração do investimento empresarial verificado nos últimos anos e que se deverá manter em grande medida em 2013.

Assim, para o ano em curso serão igualmente objetivos da unidade de negócios:

- Estabilizar a organização da equipa e o enfoque da sua atuação nas áreas 'core', do acompanhamento da carteira e da prospeção e análise de novas oportunidades de investimento;
- Otimizar modelo de intervenção da UN e respetivo *reporting*;
- Implementar uma intervenção ativa em setores / atividades específicos, no âmbito da consolidação setorial e na sequência dos estudos em curso, nomeadamente no setor Agroalimentar;
- Apostar no desenvolvimento interno de capacidade de aportar maior valor às empresas e monitorização ativa dos investimentos (assumindo uma intervenção pró-ativa e não reativa);
- Promover modelos de partilha de risco e sindicância com entidades privadas em operações em setores económicos "tradicionais";
- Definição e contratualização de estratégias de desinvestimento orientadas à otimização do valor investido.

Venture Capital

Em 2013, e com critérios crescentemente seletivos, a unidade de *Venture Capital* intensificará o trabalho de promoção e dinamização do investimento em projetos de base tecnológica com capacidade para competir globalmente com sucesso, nas fases iniciais do seu desenvolvimento e crescimento, de *Seed*, *Early Stage* e *Scale-up*. Tal exigirá o aprofundamento de atividades de interação com o mercado que possibilitem um adequado e crescente *deal-flow* de projetos qualificados para investimento de capital de risco.

Estando estabelecidos os objetivos quantitativos correspondentes ao alargamento da base da pirâmide de investimento, ao Programa de Ignição, em especial, correspondem grandes desafios para a unidade de *Venture Capital*, tais como:

- As quatro novas chamadas trimestrais de projetos da *Call for Entrepreneurship*, programadas para acolherem e processarem candidaturas de forma muito ágil e rápida, e a expansão em qualidade e disponibilidade da *pool* de peritos, em especial internacionais;
- O fomento da qualificação e do trabalho cooperativo dos parceiros da rede de *Ignition Partners Network*, que favoreça o desenvolvimento das capacidades fundamentais do empreendedorismo de base tecnológica, mantendo ainda em aberto o acolhimento de novos parceiros com valia para a rede criada e para os empreendedores;
- O desenvolvimento da disponibilidade de suporte e apoio local para as empresas participadas em *hubs* de inovação de referência mundial, com a implementação e dinamização do primeiro local em *Silicon Valley* ainda no primeiro trimestre de 2013, e o estudo da eventual implementação do segundo local na Ásia, trabalho a desenvolver no decurso do segundo semestre do ano;

- A implementação e dinamização, em processo aberto e contínuo, de uma rede de *business angels* e de outros investidores de *seed capital*, a *Ignition Capital Network*, que contribua para a dinamização do investimento privado nacional em projetos de base tecnológica, nomeadamente em oportunidades de investimento sindicado.

Ainda durante o ano de 2013, o reforço das atividades de acompanhamento da *governance* e do desempenho de uma carteira de empresas participadas em crescimento, de aprofundamento da rede de contactos e do aconselhamento estratégico, criando valor e antecipando, futuras rondas de investimento com a captação de investimento privado nacional e internacional e/ou processos de saída, merecerão especial incidência no desenvolvimento e qualificação da equipa da unidade de *Venture Capital*.

Tourism, Hospitality & Leisure

Apesar do enfoque da unidade *Tourism, Hospitality & Leisure* orientado para a concretização de novos investimentos, não se pode excluir que, à semelhança do que se verificou em 2012, a escassez de liquidez no mercado possa dificultar o acesso aos capitais alheios e, dessa forma, obstar à concretização de alguns dos projetos.

As condições regulatórias inerentes ao Turismo Inovação – FCR poderão também constituir um fator restritivo à concretização de investimentos através deste fundo.

Não obstante, a estratégia de investimento assume como prioridades:

- A requalificação e reconversão de empreendimentos existentes;
- O envolvimento seletivo em novos empreendimentos e projetos de carácter inovador, designadamente naqueles que tenham impacto na recuperação do património existente, e dos que evidenciem uma aposta em atividades de animação turística que permitam a captação de novos segmentos de mercado e a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações;
- A consolidação do setor, visando-se uma maior capacidade de afirmação e eficiência de gestão, nomeadamente através da agregação de unidades independentes em grupos hoteleiros e/ou fusões entre estes.

Será ainda parte da intervenção prioritária da unidade *Tourism, Hospitality & Leisure*: (i) a continuação de um acompanhamento aprofundado da carteira de participadas que se tem relevado cada vez mais exigente e indispensável, atendendo à difícil conjuntura vivida e (ii) a alineação estimada de seis participações, cuja maturidade do prazo de investimento será atingida no decorrer do presente ano e também daquelas cujo processo negocial se iniciou nos anos transatos.



Operações e Sistemas de Informação

Nas atividades definidas para o ano de 2013 é de destacar a reorganização da carteira de Fundos que passará pelo reajustamento dos atuais Fundos de Capital de Risco, por um pretendido reforço de capitais e eventual criação de novos Fundos, pretendendo-se que a atividade gerada nos Fundos seja o motor do crescimento da sociedade, sustentada por adequadas taxas de remuneração que, por si só, permitam a renovação das carteiras e interessantes retornos para os Participantes dos Fundos e conseqüentemente para os acionistas da sociedade.

Unidade Jurídica

Em 2013 a unidade Jurídica pretende consolidar o tratamento *in house* de todos os assuntos jurídicos, padronizando os procedimentos e soluções, bem como, na medida do possível, os textos contratuais.

Nesse âmbito, a unidade Jurídica dará apoio permanente e transversal a todas as unidades de negócio da Portugal Ventures, designadamente na contratualização dos investimentos a efetuar, designadamente os da *Call For Entrepreneurship*, os desinvestimentos, bem como todas as questões emergentes do acompanhamento regular da atividade da carteira de sociedades participadas.

No que respeita às unidades de suporte, será dado o apoio necessário à reorganização da carteira de Fundos e à elaboração ou revisão dos regulamentos internos em vigor.

A unidade Jurídica centralizará o controlo dos processos judiciais em curso e patrocinados por advogados externos e monitorizará os processos em pré-contencioso.

Comunicação e Parcerias

Em 2013 a Portugal Ventures continuará a ter uma política ativa de comunicação, gerando visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral, prosseguindo assim o lançamento da marca concretizado em junho de 2012.

Neste âmbito, a área de comunicação continuará a desenvolver e suportar iniciativas que contribuam para aumentar a notoriedade da Portugal Ventures, incrementando o *deal-flow* de projetos e dando visibilidade às participadas, para além de um forte empenhamento no desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e do setor de capital de risco nacional. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação do Portugal Ventures *Day*, a concretização de uma presença ativa nas redes sociais, a constante atualização e criação de conteúdos do *website* tornando-o uma forte e dinâmica plataforma de interação com todos os agentes do ecossistema de empreendedorismo, incluindo a diáspora Portuguesa, o envio regular da *newsletter Inside* e ainda a promoção de todas as ações relacionadas com o desenvolvimento da *Call For Entrepreneurship*.



Do ponto de vista estratégico, a comunicação da Portugal Ventures pretende posicionar a sociedade como eixo do desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e do setor de capital de risco nacional, em concertação com os seus *stakeholders*, em particular com as suas participadas, financiadores, empreendedores, mentores, aceleradores e incubadoras.

Administrativa, Financeira e Recursos Humanos

Para 2013 pretende-se dar continuidade ao projeto iniciado em 2012 de Harmonização das Políticas de Recursos Humanos que tem como principal objetivo o estudo e análise das possibilidades de evolução do Modelo de Políticas de Recursos Humanos atual – com especial enfoque nas questões Contratuais e de Compensação – para um Modelo futuro, em que se promove o alinhamento de condições entre todos os Colaboradores, à procura da excelência e avaliação de desempenho orientada para resultados.

Na sequência da fusão, a política de recursos humanos é uma área considerada estratégica e essencial para o cumprimento dos objetivos globais da sociedade pelo impacto que tem na motivação e produtividade dos Colaboradores, assim como na promoção do seu alinhamento com a empresa.

Constituirá também uma preocupação o desenvolvimento da componente de formação e valorização profissional no âmbito das parcerias internacionais.

Os objetivos definidos para 2013 da unidade Administrativa, Financeira e Recursos Humanos pretendem dar continuidade aos processos de racionalização e harmonização de processos e de informação, com principal enfoque nos seguintes pontos:

- Uniformização contabilística e fiscal da sociedade e de todos os FCR por si geridos;
- Redefinição e implementação do manual de procedimentos da área;
- Desenvolvimento e implementação de um modelo de controlo de gestão por unidade de negócio.

Neste contexto, os principais indicadores que a Portugal Ventures se propõe alcançar em 2013 são conforme segue:

Principais indicadores	(K€)	
	Orçamento 2013	Real 2012
Vendas e serviços prestados	7.137	7.254
Gastos com pessoal	-2.287	-2.468
Fornecimentos e serviços externos	-1.421	-1.389
EBITDA	2.310	-1.713
Resultado líquido	1.448	-2.045
Capitais próprios	46.680	43.815
Rentabilidade dos capitais próprios (RL/ CPP)	3%	-5%



Operações Externas

Após a constituição desta unidade, no início de 2013, procedeu-se desde logo a uma primeira revisão da adequação do acompanhamento em vigor à situação concreta das participadas, e têm vindo a ser efetuados os ajustamentos decorrentes desta ponderação. Outras decisões decorrerão de processos agora em análise, ou de propostas a formular de acordo com as necessidades de acompanhamento das participadas.

Está em curso, em colaboração com as várias unidades de negócio, uma redefinição da função gestor externo, de acordo com os objetivos fixados, que deverá conduzir a uma reapreciação do correspondente perfil para o cargo. Será revisto o enquadramento contratual para a função em causa, não só no relacionamento específico entre a Portugal Ventures e o gestor, mas de uma forma geral em tudo o que determina os contornos da atuação deste, como sejam os acordos parassociais, regulamentos de funcionamento dos conselhos de administração e documentos de nomeação.

Iniciaram-se contactos com os vários gestores externos, contatos estes que deverão assumir um carácter de regularidade com vista a assegurar-se o pretendido alinhamento de objetivos.

Estão entretanto a ser implementados modelos para reporte sistemático de informação, de forma a garantir o conhecimento da situação das participadas e a permitir a consequente decisão em tempo útil.



14.Outra Informação Relevante

14.1 Informação sobre a Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de Dezembro de 2012

As pessoas singulares designadas para exercerem o cargo nos Órgãos Sociais da Portugal Ventures não detêm nenhuma participação no capital social da Portugal Ventures. A composição acionista da Sociedade está discriminada no ponto 1.3. deste Relatório.

14.2 Lista dos Titulares de Participações Qualificadas

No quadro seguinte são apresentados os titulares que detêm participações qualificadas no capital social da Portugal Ventures.

Capital Subscrito e Realizado a Portugal Ventures

Accionista	Nº de Ações	% Capital Social	% Direitos de Votos
IAPMEI - Instituto Apoio às PME e à Inovação	3.404.778 €	42,13	42,13
AICEP, E.P.E.	1.553.219 €	19,22	19,22
Direção Geral do Tesouro e Finanças	826.750 €	10,23	10,23
Total Imputável	5.784.747 €	71,57	71,57



15. Agradecimentos

Um agradecimento às entidades e membros que integram o Conselho Geral e de Supervisão e a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, pela relevante e indispensável colaboração prestada, bem como a todos os membros dos órgãos sociais cessantes. Ao Revisor Oficial de Contas e aos Auditores é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

A todos os Acionistas queremos deixar aqui bem exposto o nosso reconhecimento pela dedicação e confiança sempre demonstrada, o que constituiu um forte incentivo para desenvolvermos a nossa atividade de forma segura e de acordo com as expectativas dos Acionistas.

Finalmente cumpre-nos registar com elevado apreço a competência e dedicação demonstrada por todos os Colaboradores da Portugal Ventures, decisivo para assegurar a concretização dos objetivos da Sociedade neste ano em particular por ter ocorrido a fusão das três sociedades de capital de risco.

Porto, 14 de março de 2013

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca

Vice - Presidente

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes

Vogal

Eng.^a Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

Anexo ao Ponto 5.6

Os quadros seguintes apresentam as remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures ao longo do exercício de 2012.

- Mesa da Assembleia Geral

2012	Presidente	Presidente	Vice-Presidente	Secretários	
	Eng ^o Albertino José Santana (b)	Dr. Luis Filipe dos Santos Costa (d)	Dra. Maria de Lurdes P.M. Correia de Castro	Dra. Ana Francisca Ferreira Abrantes (d)	Banco Santander Totta, SA (a)
Mandato (**)	I	II	I/II	I/II	I/II
Senhas de Presença	918 €	-	2.064 €	-	-
Redução remuneratória*	(c)	-	206 €	-	-
Senhas de Presença anual efetiva	918 €	-	1.858 €	-	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

(**) Mandato I - Em exercício de funções até 06.02.2012; Mandato II - Em exercício de funções de 06.02.2012 a 15.06.2012.

(a) Não esteve representado na mesa das Assembleias Gerais realizadas em 2012.

(b) Foram pagas as despesas inerentes no valor de 420,60 €.

(c) Não aplicável de acordo com informação do respetivo membro.

(d) Membros que renunciaram à remuneração correspondente ao cargo desempenhado a favor do IAPMEI. Os valores pagos ao IAPMEI em 2012 relativamente ao Presidente e Secretária foram de 918 € e de 1.146€, respetivamente, valores estes sujeitos a IVA à taxa normal em vigor.

2012	Presidente	Vice-Presidente	Secretária
	Dr. Amorim Pereira (a)	Dra. Maria de Lurdes P.M. Correia de Castro (a)	Dra. Sofia Costa (a)
Mandato (**)	III	III	III
Senhas de Presença	-	-	-
Redução remuneratória*	-	-	-
Senhas de Presença anual efetiva	-	-	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

(**) Mandato III - Em exercício de funções desde 15.06.2012.

(a) Não remunerado conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas de 27.07.2012.

- Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal	2011			2012		
	Presidente //ROC	Vogal	Vogal	Presidente //ROC	Vogal	Vogal
	Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC (b)	Dra. Maria Isabel Soares A.A.C. Lacerda	Dra. Maria Isabel Cabrita Gonçalves	Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC (b)	Dra. Maria Isabel Soares A.A.C. Lacerda	Dra. Maria Isabel Cabrita Gonçalves
Mandato (**)	I	I	I	I/II	I/II	I/II
Remuneração anual fixa	13.650 €	11.242 €	11.242 €	6.825 €	5.630 €	5.630 €
Redução remuneratória*	(a)	(a)	1.093 €	825 €	409 €	1.212 €
Remuneração anual efetiva	13.650 €	11.242 €	10.149 €	6.000 €	5.221 €	4.418 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

(**) Mandato I - Em exercício de funções até 06.02.2012; Mandato II - Em exercício de funções de 06.02.2012 a 15.06.2012.

(a) Não aplicável de acordo com informação do respetivo membro.

(b) - Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.



ROC	2012
Mandato (**)	III
Remuneração anual auferida	(a)
Redução remuneratória*	
Remuneração anual efetiva	

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

(**) Mandato III - Em exercício de funções desde 15.06.2012.

(a) Não se procedeu ao pagamento de remuneração em virtude da mesma não ter sido fixada em Assembleia Geral de Acionistas.

- Conselho de Administração

	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Presidente	Vice-Presidente	Vogal Executivo
	Dr. Luís Filipe dos Santos Costa	Dr. João Carlos M. Correia de Matos	Dra. Maria Clara C. R. Braga da Costa	Dr. Nuno Gonçalo G. P. Almeida Freire	Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca	Dr. Luís Filipe Carvalho Lopes	Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Mandato (**)	I	I/II	I	I	II/III	II/III	III
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	7.849 €	31.875 €	9.414 €	9.890 €	64.479 €	37.220 €	34.954 €
Opção pela Remuneração do Lugar de Origem	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Entidade pagadora (origem/Destino)							
1.1.Remuneração Anual	10.458 €	42.889 €	12.234 €	12.790 €	87.557 €	50.461 €	47.328 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	523 €	2.144 €	612 €	640 €	4.378 €	2.523 €	2.366 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	994 €	4.074 €	1.162 €	1.215 €	8.318 €	4.794 €	4.496 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	1.093 €	4.794 €	1.046 €	1.046 €	10.382 €	5.923 €	5.511 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	7.849 €	31.875 €	9.414 €	9.890 €	64.479 €	37.220 €	34.954 €
2. Remuneração variável	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.Outras (identificar)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídio de deslocação	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídio de refeição	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Encargos com benefícios sociais							
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros) (b)	1.021 €	5.106 €	1.021 €	1.021 €	12.294 €	7.391 €	6.930 €
Seguros de saúde (a)	863 €	1.997 €	1.141 €	278 €	1.392 €	1.879 €	696 €
Seguros de vida (a)	0 €	604 €	146 €	52 €	0 €	283 €	304 €
Seguro de Acidentes Pessoais (a)	49 €	122 €	48 €	48 €	221 €	139 €	133 €
Outros (indicar)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N) (c)							
Entidade (identificar)							
Remuneração Anual	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

(**) Mandato I - Em exercício de funções até 06.02.2012; Mandato II - Em exercício de funções de 06.02.2012 a 15.06.2012; Mandato III - Em exercício de funções desde 15.06.2012.

(a) - Em condições idênticas às praticadas para os trabalhadores da Sociedade.

(b) - Regime de Segurança Social aplicável aos membros de órgãos sociais de pessoas colectivas. Os encargos inscritos no respetivo campo correspondem às contribuições incidentes sobre as remunerações vencidas e pagas.

(c) - Existem situações de acumulação de funções apenas em Conselhos de Administração de empresas, as quais não são remuneradas; não existe informação disponível relativa a exercício de funções remuneradas fora da Sociedade.



Parque Automóvel	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Presidente	Vice-Presidente	Vogal Executivo
	Dr. Luis Filipe dos Santos Costa	Dr. João Carlos M. Correia de Matos	Dra. Maria Clara C. R. Braga da Costa	Dr. Nuno Gonçalo G. P. Almeida Freire	Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca	Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Eng ^a Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes
Mandato (**)	I	I/II	I	I	II/III	II/III	III
Modalidade de Utilização	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Aquisição	Em Comodato	AOV
Valor de referência da viatura nova	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Ano Início	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	2009
Ano Termo	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	2013
N.º prestações (se aplicável)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	48
Valor Residual	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	2.823 €
Combustível gasto com a viatura	0	2.634	712	826	3.488	920	736
Plafond anual Combustível atribuído	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	0 €	4.023	316	709	4.975	1.197	1.383
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

(**) Mandato I - Em exercício de funções até 06.02.2012; Mandato II - Em exercício de funções de 06.02.2012 a 15.06.2012; Mandato III - Em exercício de funções desde 15.06.2012.

Para além das remunerações acima mencionadas não existem outras regalias ou compensações pagas aos membros do conselho de administração, sendo que todas as deslocações incorridas são realizadas ao serviço da empresa.

- Auditor Externo

Auditor Externo	2011	2012
Mandato (**)	I	I/II/III
Remuneração anual auferida (b)	4.240 €	5.840 €
Redução remuneratória*	(a)	(a)
Remuneração anual efetiva	4.240 €	5.840 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(**) Mandato I - Em exercício de funções até 06.02.2012; Mandato II - Em exercício de funções de 06.02.2012 a 15.06.2012; Mandato III - Em exercício de funções desde 15.06.2012.

(a) Não aplicável em consequência da Portugal Ventures resultar do processo de fusão de três empresas.

(b) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2012 e a data do registo da operação de fusão, os membros dos órgãos sociais em funções da então AICEP Capital Global, SA receberam as seguintes remunerações:

- Mesa da Assembleia Geral

O Presidente (Dr. Jorge Correia da Silva Bárto) e a Secretária (Dra. Maria Luisa Faria Neiva de Oliveira) não receberam qualquer remuneração no exercício de 2012.

- Órgão de Fiscalização

A sociedade António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. António Magalhães (Fiscal Único) recebeu o valor de 14.680,20 euros em 2011 e 7.368,12 euros em 2012, montantes que incluem IVA à taxa normal em vigor.

- Conselho de Administração

	Presidente	Vogal	Vogal
	Dr. Abel Cubal Tavares de Almeida (a)	Dr. António Jorge Xavier da Costa (b)	Dr. José Avelina Abreu Aguiar (c)
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	89.891 €	37.665 €	83.566 €
Opção pela Remuneração do Lugar de Origem	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	N.A.	N.A.	N.A.
Entidade pagadora (origem/Destino)			
1.1.Remuneração Anual	12.640 €	49.878 €	11.748 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0 €	0 €	0 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0 €	0 €	0 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	521 €	2.017 €	484 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	882 €	3.831 €	799 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	1.484 €	6.366 €	1.379 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0 €	0 €	0 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	9.753 €	37.664 €	9.086 €
2. Remuneração variável	0 €	0 €	0 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0 €	0 €	0 €
4.Outras - Indemn. por cessação de funções	80.137 €	0 €	74.480 €
Subsídio de deslocação	0 €	0 €	0 €
Subsídio de refeição	-27 €	675 €	9 €
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	1.978	5.752	1.452
Seguros de saúde	1.061	383	766
Seguros de vida	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais (a)	0	0	0
Outros (indicar)	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N) (c)	Não	Não	Não
Entidade (identificar)			
Remuneração Anual	0 €	0 €	0 €

(a) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 06.02.2012.

(b) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 31.05.2012

(c) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 06.02.2012.

Parque Automóvel	Presidente	Vogal	Vogal
	Dr. Abel Cubal Tavares de Almeida (a)	Dr. António Jorge Xavier da Costa (b)	Dr. José Avelina Abreu Aguiar (c)
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Modalidade de Utilização	Aquisição	Aquisição	Aquisição
Valor de referência da viatura nova	N.A.	N.A.	N.A.
Ano Início	N.A.	N.A.	N.A.
Ano Termo	N.A.	N.A.	N.A.
N.º prestações (se aplicável)	N.A.	N.A.	N.A.
Valor Residual	N.A.	N.A.	N.A.
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	N.A.	N.A.	N.A.
Combustível gasto com a viatura	621	1.840	406
Plafond anual Combustível atribuído	5400 Litros ano	3600 Litros ano	5400 Litros ano
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	306 €	3.964	247
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não

(a) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 06.02.2012.

(b) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 31.05.2012

(c) - Em exercício de funções de 1.01.2012 a 06.02.2012.

Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal	Vogal
	Dr. Abel Cubal Tavares de Almeida (a)	Dr. António Jorge Xavier da Costa (b)	Dr. José Avelina Abreu Aguiar (c)
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	8000 minutos ano	8000 minutos ano	8000 minutos ano
Gastos anuais com comunicações móveis	36	357	24
Outras (indicar)	0	0	0
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não

Para além das remunerações acima mencionadas não existem outras regalias ou compensações pagas aos membros do conselho de administração, sendo que todas as deslocações incorridas são realizadas ao serviço da empresa.

- Auditor Externo

A AICEP Capital Global não tinha Auditor Externo.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2012 e a data do registo da operação de fusão, os membros dos órgãos sociais em funções da então TC – Turismo Capital, SA receberam as seguintes remunerações:

- Mesa da Assembleia Geral

2012	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
	Dr. Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz	Dra. Manuela Maria Garcia de Almeida Bandeira Sales Abade	Dra. Isabel Maria Baptista Garcias
Remuneração anual fixa	652 €	580 €	508 €
Redução remuneratória*			
Redução remuneratória**	65 €	58 €	51 €
Remuneração anual efetiva	717 €	638 €	559 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

** Decorrente de deliberação da Comissão de Vencimentos

- Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal	2011			2012		
	Presidente	ROC	Vogal	Presidente	ROC	Vogal
	Engº Francisco Manuel André de Oliveira	Mazars & Associados, SROC, SA	Dr. Júlio André	Engº Francisco Manuel André de Oliveira	Mazars & Associados, SROC, SA	Dr. Júlio André
Remuneração anual fixa	6.090 €	6.500 €	5.614 €	3.136 €	3.300 €	2.299 €
Redução remuneratória*						
Redução remuneratória**	609 €	650 €	561 €	314 €	330 €	230 €
Remuneração anual efetiva	6.699 €	7.150 €	6.175 €	3.449 €	3.630 €	2.529 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

** Decorrente de deliberação da Comissão de Vencimentos

- Conselho de Administração

	Administrador - Delegado	Administrador	Administrador
	Dr. Rui Manuel Martins CoelhoValente	Dra. Maria Isabel Soares A.A.C. Lacerda (B. BPI)	Dr. Marco Paulo Salvado Neves (BES) (a)
Mandato	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	28.162 €	9.792 €	1.883 €
OPRLO	Sim/Não		
Entidade de Origem (identificar)	AICEP		
Entidade pagadora (origem/Destino)	36.070 €		
1.1.Remuneração Anual	32.938 €	8.787 €	
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0 €	2.093 €	2.093 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0 €		
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.647 €		
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	3.129 €	1.088 €	209 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €		
1.7.Reduções de anos anteriores	0 €		
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4+1.5-1.6-1.7)	28.162 €	9.792 €	1.883 €
2. Remuneração variável	0 €	0 €	0 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0 €	0 €	0 €
4.Outras (identificar)	0 €	0 €	0 €
Subsídio de deslocação	0 €	0 €	0 €
Subsídio de refeição	246 €	0 €	0 €
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	1.924 €	2.081 €	400 €
Seguros de saúde	286 €		
Seguros de vida	516 €		
Seguro de Acidentes Pessoais	54 €		
Outros (indicar)	0 €		
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	N		
Entidade (identificar)			
Remuneração Anual	0,00 €		

(a) - A remuneração era auferida diretamente pelo Banco Espírito Santo, no montante total de 7.736,73 euros.

Parque Automóvel	Administrador - Delegado	Administrador	Administrador
	Dr. Rui Manuel Martins CoelhoValente	Dra. Maria Isabel Soares A.A.C. Lacerda (B. BPI)	Dr. Marco Paulo Salvado Neves (BES)
Mandato			
Modalidade de Utilização			
Valor de referência da viatura nova			
Ano Início	2009		
Ano Termo	2013		
N.º prestações (se aplicável)	48		
Valor Residual	22.089 €		
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	9.797 €		
Combustível gasto com a viatura	465 €		
Plafond anual Combustível atribuído	1.500 €		
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	113 €		
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)			



	Administrador - Delegado	Administrador	Administrador
Outras regalias e compensações	Dr. Rui Manuel Martins CoelhoValente	Dra. Maria Isabel Soares A.A.C. Lacerda (B. BPI)	Dr. Marco Paulo Salvado Neves (BES)
Mandato	I		
Plafond mensal atribuido em comunicações móveis	106 €	0 €	0 €
Gastos anuais com comunicações móveis	221 €	0 €	0 €
Outras (indicar)			
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)			

- Auditor Externo

A TC – Turismo Capital não tinha Auditor Externo.



PARTE III – Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2012	73
Demonstração dos Resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2012	74
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2012.....	75
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	76
Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012	77
Certificação Legal de Contas	
Relatório dos Auditores Externos	
Parecer do Conselho Geral e de Supervisão	



Balanço em 31 de dezembro de 2012

Rubricas	Notas	2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.557.216	1.123.341
Ativos Intangíveis	6	245.089	318.879
Participações financeiras (outros métodos)	7	25.118.893	13.017.885
Outros ativos financeiros	7	1.086.187	2.987.036
Ativos por impostos diferidos	31	198.874	194.077
Subtotal		28.206.259	17.641.218
Ativo corrente			
Clientes	9	2.788.166	2.101.638
Adiantamentos a fornecedores		409	0
Estado e outros entes públicos	10	537	967
Outras contas a receber	11	846.664	920.846
Diferimentos	12	32.189	14.973
Caixa e depósitos bancários	13	23.441.920	17.725.025
Subtotal		27.109.885	20.763.450
Total do ativo		55.316.144	38.404.668
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	14	40.412.650	27.500.000
Reservas legais	15	729.765	653.259
Outras reservas	15	1.468.167	37.573
Resultados transitados	15	3.122.311	1.665.217
Excedentes de revalorização	16	127.244	130.725
Subtotal		45.860.135	29.986.774
Resultado líquido do período		-2.044.862	1.530.118
Total do capital próprio		43.815.273	31.516.892
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	24	0	46.101
Passivo por impostos diferidos	31	253.223	253.853
Outras contas a pagar	18	512.702	83.366
Subtotal		765.925	383.320
Passivo corrente			
Fornecedores	17	108.880	32.656
Estado e outros entes publicos	10	419.581	635.737
Acionistas/Sócios		394	394
Outras contas a pagar	18	10.203.297	5.831.650
Diferimentos	12	2.794	4.019
Subtotal		10.734.946	6.504.456
Total do passivo		11.500.871	6.887.776
Total do capital próprio e do passivo		55.316.144	38.404.668

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr^a. Joana Maria Lima da RochaProf. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de AdministraçãoDr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - PresidenteEng. Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal



Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2012

Rubrica	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	19	7.254.440	5.062.652
Subsídios à exploração		7.851	11.346
Ganhos/Perdas Imputados de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos	20	84.165	-205.822
Fornecimentos e Serviços Externos	21	-1.389.155	-825.058
Gastos com Pessoal	22	-2.468.958	-1.545.128
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	23	-892.498	-174.968
Provisões (aumentos/reduções)	24	46.101	0
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	25	-2.896.645	-14.756
Aumentos/Reduções de Justo Valor	26	-1.277.463	-988.279
Outros rendimentos e ganhos	27	213.743	130.618
Outros gastos e perdas	28	-394.183	-61.062
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.712.603	1.389.543
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-228.092	-240.842
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.940.694	1.148.701
Juros e rendimentos similares obtidos	30	1.289.661	1.348.979
Juros e gastos suportados		-5.506	-57
Resultado antes de impostos		-656.540	2.497.623
Imposto sobre rendimento do período	31	-1.388.322	-967.505
Resultado Líquido do Período		-2.044.862	1.530.118

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a. Joana Maria Lima da Rocha

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - Presidente

Eng. Teresa Paula Marrenea Gameiro Fernandes
Vogal



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		7.252.193	4.678.006
Pagamentos a fornecedores		-1.404.285	-848.168
Pagamentos ao pessoal		-1.630.779	-828.674
Caixa geradas pelas operações		4.217.128	3.001.164
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-2.031.443	-1.080.399
Outros recebimentos/pagamentos		-164.040	-132.261
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2.195.483	-1.212.660
		2.021.645	1.788.504
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-151.483	-20.594
Ativos intangíveis		0	-25.486
Investimentos financeiros		-40.025	-2.954.448
Outros ativos	7.1	-9.008.601	-1.928
Subsídios ao investimento		-57.752	0
		-9.257.862	-3.002.456
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		14.483	12.100
Investimentos financeiros		400.631	491.432
Juros e rendimentos similares		1.013.811	780.970
Dividendos		67.157	45.288
		1.496.082	1.329.792
Fluxos das atividades de investimento (2)		-7.761.780	-1.672.664
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-33.085	0
Dividendos		-387.217	0
		-420.301	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-420.301	0
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-6.160.437	115.841
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.725.025	17.609.184
Caixa e seus equivalentes Efeito fusão 01.jan.2012		11.877.332	0
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23.441.920	17.725.025

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Dr^a. Joana Maria Lima da RochaProf. Doutor Eng José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de AdministraçãoDr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - PresidenteEng. Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes
Vogal



Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de janeiro de 2011		27.500.000	653.259	37.573	2.287.372	134.207	-625.637	29.986.773
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-622.155	-3.482	625.637	0
		0	0	0	-622.155	-3.482	625.637	0
Resultado líquido do período							1.530.118	1.530.118
Resultado integral		0	0	0	-622.155	-3.482	2.155.755	1.530.118
Posição em 31 de dezembro de 2011		27.500.000	653.259	37.573	1.665.217	130.725	1.530.118	31.516.891

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Efeito Fusão em 01 de janeiro de 2012		12.912.650		1.430.594				14.343.244
Posição em 01 de janeiro de 2012		40.412.650	653.259	1.468.167	1.665.217	130.725	1.530.118	45.860.135
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15 e 16		76.506		1.457.094	-3.482	-1.530.118	0
		0	76.506	0	1.457.094	-3.482	-1.530.118	0
Resultado líquido do período							-2.044.862	-2.044.862
Resultado integral		0	76.506	0	1.457.094	-3.482	-3.574.981	-2.044.862
Posição em 31 de dezembro de 2012		40.412.650	729.765	1.468.167	3.122.310	127.244	-2.044.862	43.815.273

O Técnico Oficial de Contas

Dr^a. Joana Maria Lima da Rocha

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca
Presidente do Conselho de AdministraçãoDr. Luis Filipe Carvalho Lopes
Vice - PresidenteEng. Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal



Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2012

1. INTRODUÇÃO

A Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, (doravante designada por Portugal Ventures), antes InovCapital, foi constituída em 7 de julho de 1989 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de fevereiro.

Em 27 de junho de 2012 foi registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, SA e TC – Turismo Capital, SCR, SA na Portugal Ventures. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 e retroagiu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2012.

A fusão tomou por base de referência os balanços das três sociedades envolvidas reportados à data de 31 de dezembro de 2011 e já devidamente aprovados nas respetivas assembleias gerais, tendo o apuramento dos termos de troca incorporado já a redução do capital da AICEP Capital Global em 18 milhões de euros ocorrida por deliberação da respetiva assembleia geral de 7 de maio de 2012.

Todos os elementos patrimoniais ativos e passivos objeto de transmissão por fusão foram inscritos, para efeitos fiscais, na contabilidade da Portugal Ventures com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades incorporadas, tomando por base os balanços a seguir apresentados:



BALANÇO INDIVIDUAL DAS TRÊS SOCIEDADES OBJETO DA FUSÃO

Reportado à data de 31 de Dezembro de 2011

Euros

RUBRICAS	InovCapital	AICEP C.G.	Turismo Capital	Agregado
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	1.123.340,93	213.251,40	416.259,67	1.752.852,00
Ativos Intangíveis	318.879,47	14.370,79	-	333.250,26
Participações financeiras - Outros Métodos	13.017.884,52	20.884.613,20	2.784.976,00	36.687.473,72
Outros Ativos Financeiros	2.987.035,67	-	-	2.987.035,67
Ativos por impostos diferidos	194.077,07	4.797,13	-	198.874,20
	17.641.217,66	21.117.032,52	3.201.235,67	41.959.485,85
Ativo corrente				
Clientes	2.101.638,46	80.225,70	-	2.181.864,16
Estado e outros entes públicos	967,48	-	47.086,05	48.053,53
Outras contas a receber	920.846,33	1.110.479,22	354.394,97	2.385.720,52
Diferimentos	14.973,47	16.650,25	8.497,47	40.121,19
Caixa e depósitos bancários	17.725.024,55	9.094.839,02	2.782.492,78	29.602.356,35
	20.763.450,29	10.302.194,19	3.192.471,27	34.258.115,75
Total do ativo	38.404.667,95	31.419.226,71	6.393.706,94	76.217.601,60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital realizado	27.500.000,00			
Reserva de Fusão	-			
Reservas Legais	653.258,68			
Outras reservas	37.572,88			
Resultados Transitados	1.665.216,58			
Excedentes de revalorização	130.725,04			
	29.986.773,18			
Resultado líquido do período	1.530.118,26			
Total do capital próprio	31.516.891,44	26.516.862,28	6.281.930,52	64.315.684,24
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Outras contas a pagar	83.366,19	486.901,78	-	570.267,97
Provisões	46.101,35	-	-	46.101,35
Passivos por impostos	253.853,43	-	-	253.853,43
	383.320,97	486.901,78	-	870.222,75
Passivo corrente				
Fornecedores	32.655,83	23.799,85	-	56.455,68
Estado e outros entes públicos	635.737,10	51.469,93	-	687.207,03
Acionistas/Sócios	393,90	-	-	393,90
Financiamentos Obtidos	-	-	11.464,60	11.464,60
Outras contas a pagar	5.831.649,97	4.340.192,87	100.311,82	10.272.154,66
Diferimentos	4.018,74	-	-	4.018,74
	6.504.455,54	4.415.462,65	111.776,42	11.031.694,61
Total do passivo	6.887.776,51	4.902.364,43	111.776,42	11.901.917,36
Total do capital próprio e do passivo	38.404.667,95	31.419.226,71	6.393.706,94	76.217.601,60

e considerando os efeitos nos capitais próprios das deliberações das assembleias gerais ocorridas em 2012:

Sociedades	Capitais Próprios a 31.12.2011	Efeito das deliberações A.G de 2012	Capitais próprios corrigidos a 31.12.2012
InovCapital	31.516.891,44		31.516.891,44
AICEP C.G. (a)	26.516.862,28	-18.000.000,00	8.516.862,28
Turismo Capital (b)	6.281.930,52	-455.548,87	5.826.381,65
Total	64.315.684,24	-18.455.548,87	45.860.135,37

(a) Redução do capital social da AICEP Capital Global deliberado em A.G. de 7.mai.2012.

(b) Dividendo distribuído da TC - Turismo de Capital relativo ao exercício de 2011.



Na sequência, foram emitidas 2.582.530 ações, de valor nominal de cinco euros, cada uma, correspondendo a um aumento do capital da Sociedade no valor de 12.912.650 euros, tendo sido fixado o capital social subscrito e realizado da Portugal Ventures em 40.412.650 euros, representado por 8.082.530 ações, de valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se a respetiva distribuição apresentada na Nota 14.

A Portugal Ventures assegurou os respetivos direitos e obrigações das anteriores sociedades, incluindo a gestão dos Fundos de Capital de Risco.

A Sociedade tem por objeto apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas, através da participação temporária no respetivo capital social, e o exercício de todas as demais atividades permitidas por lei às sociedades de capital de risco.

À data de 31 de dezembro de 2012, para além de uma carteira própria de investimentos de capital de risco, a Sociedade geria vinte cinco fundos a seguir discriminados:

- 1) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital;
- 2) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Valor;
- 3) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Global;
- 4) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Inter-Regional anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Inter-Regional;
- 5) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Finicia anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Finicia;
- 6) Fundo de Capital de Risco FAI Portugal Ventures Energias anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco FAI InovCapital Energias;
- 7) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologias anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Acelerador de Comercialização de Tecnologias;
- 8) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores;
- 9) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Industrias Criativas anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Industrias Criativas;
- 10) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Early Stage anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Early Stage;

- 11) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologia II anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Acelerador de Comercialização de Tecnologia II;
- 12) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Biocant anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Biocant;
- 13) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Universitas anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Universitas;
- 14) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures 2 anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital 2;
- 15) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2 anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Valor 2;
- 16) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2 anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Global 2;
- 17) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Tiec anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco InovCapital Tiec;
- 18) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global II;
- 19) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global III;
- 20) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global Grandes Projetos de Investimento;
- 21) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIEP anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global FIEP;
- 22) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global Internacionalização;
- 23) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Turismo anteriormente designado por Fundo de Capital de Risco Turismo Capital;
- 24) Fundo de Capital de Risco Dinamização Turística;
- 25) Turismo Inovação - Fundo de Capital de Risco.

Abreviadamente designados, respetivamente, por:

- 1) FCR Portugal Ventures;
- 2) FCR Portugal Ventures Valor;
- 3) FCR Portugal Ventures Global;



- 4) FCR Portugal Ventures Inter-Regional;
- 5) FCR Portugal Ventures Finicia;
- 6) FCR Portugal Ventures Energias;
- 7) FCR Portugal Ventures ACTec;
- 8) FCR Portugal Ventures FIAEA;
- 9) FCR Portugal Ventures Industrias Criativas;
- 10) FCR Portugal Ventures Early Stage;
- 11) FCR Portugal Ventures ACTEC II;
- 12) FCR Portugal Ventures Biocant;
- 13) FCR Portugal Ventures UNIVERSITAS;
- 14) FCR Portugal Ventures 2;
- 15) FCR Portugal Ventures Valor 2;
- 16) FCR Portugal Ventures Global 2;
- 17) FCR Portugal Ventures TIEC;
- 18) FCR Portugal Ventures II;
- 19) FCR Portugal Ventures III;
- 20) FCR Portugal Ventures GPI;
- 21) FCR Portugal Ventures FIEP;
- 22) FCR Portugal Ventures Internacionalização;
- 23) FCR Portugal Ventures Turismo;
- 24) FCR Dinamização Turística;
- 25) Turismo Inovação – FCR.

Os primeiros dezassete fundos eram geridos pela anterior InovCapital, do décimo oitavo ao vigésimo segundo fundo eram geridos pela AICEP Capital e do vigésimo terceiro ao vigésimo quinto estavam sob gestão da Turismo Capital.

A Portugal Ventures participa no capital social dos Fundos citados em 3), 5), 7), 8), 9), 10), 12), 13), 20) e 22) (Nota 7.4.).

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures foram aprovadas para emissão em Conselho de Administração da Sociedade realizado em 14 de março de 2013. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2012 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 12/2005 de 9 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2006, no Regulamento nº 1/2006 – Capital de Risco - com aplicação obrigatória a partir de 21 de janeiro de 2006, bem como o Regulamento da CMVM nº 1/2008 de 7 de março.

Devem entender-se como fazendo parte das normas do SNC o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 15652/2009), os Modelos de Demonstrações Financeiras Portaria nº 986/2009, o Código de Contas Portaria nº 1011/2009 e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) Aviso nº 15655/2009 e as Normas Interpretativas Aviso nº 15653/2009.

O Regulamento da CMVM nº 12/2005 supra mencionado, define para modelo de organização da contabilidade das sociedades de capital de risco (SCR) e dos fundos de capital de risco (FCR), o Plano Oficial de Contabilidade o qual foi revogado, a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, passando-se a utilizar o SNC. Tal como no POC, a aplicação do SNC é feita sem prejuízo de, atendendo às naturais especificidades das SCR e dos FCR, terem sido detalhados alguns movimentos e critérios de contabilização, nomeadamente no Anexo deste regulamento, que dele faz parte.

O Regulamento da CMVM nº 1/2008 - Capital de Risco –, que alterou o Regulamento nº 1/2006, define as metodologias e os critérios de avaliação das participações de capital de risco detidas pelas SCR e pelos FCR, nomeadamente a avaliação dos ativos de capital de risco pelos métodos do justo valor ou do valor conservador.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2012 quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das contas das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras no ano de 2012 refletem a fusão das três sociedades, o ano de 2011 apenas apresenta a InovCapital SCR, SA.

3. PRINCIPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Conversão Cambial

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures e respetivas notas deste anexo são representadas em euros, salvo indicação em contrário.

3.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição (ou custo de aquisição reavaliado, com base nos diplomas legais ou em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas).

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desconhecida do Balanço.

Os encargos com reparação e conservação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que foram incorridos.

As depreciações e as amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes. As taxas de amortização utilizadas são as máximas fiscalmente aceites como

gasto, as quais não diferem da vida útil estimada dos ativos, as vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Terrenos	não amortizados
Edifícios e outras construções	50
Grandes reparações e beneficiações de edifícios e outr. construções	10 a 15
Obras em edifícios alheios	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por *software*. Estes ativos são amortizados por duodécimos, segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil esperada e às taxas máximas permitidas por lei.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- Preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Portugal Ventures valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.4. Participações Financeiras

A carteira de ativos de capital de risco que integram o património da Portugal Ventures em 31 de Dezembro de 2012 encontra-se valorizada conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM nº1/2008, e compreendem:

- Participações de Capital
- Empréstimos concedidos – Prestações suplementares de capital e Suprimentos
- Outros investimentos financeiros – Unidades de participação de FCR

A rubrica “Participações financeiras – outros métodos” inclui a totalidade das participações financeiras, sejam associadas ou outras participações, inclui as prestações suplementares de capital de risco e por último inclui as unidades de participação (UP’s) detidas nos Fundos de Capital de Risco geridos pela Portugal Ventures.

A rubrica “Outros ativos financeiros” inclui os suprimentos concedidos às participadas de capital de risco.

A metodologia de avaliação aplicada teve em consideração, além do estabelecido no referido Regulamento da CMVM, as melhores práticas do mercado e baseia-se nas recomendações da *European Private Equity and Venture Capital Association (EVCA)*, nomeadamente:

- A valorização de cada investimento de capital de risco é efetuada em cada data de reporte com periodicidade mínima semestral;
- A observação de consistência nas metodologias e critérios usados no processo de avaliação;
- A observação de coerência na avaliação de ativos com características semelhantes;
- A determinação do justo valor de cada ativo na data de reporte;
- A seleção da metodologia de avaliação apropriada e que incorpora o máximo de informação disponível acerca de todos os fatores que afetam materialmente o justo valor do investimento.

Para o efeito foi elaborado um regulamento interno de avaliação, remetido à CMVM, que explicita as metodologias e os critérios de avaliação aplicados na avaliação do património da Portugal

Ventures e dos quais resulta o reconhecimento não só das menos-valias potenciais como também das mais-valias potenciais. É efetuada ainda a avaliação autónoma e respetivo reconhecimento patrimonial dos acordos de aquisição ou de alienação a prazo existentes, associados a participações societárias.

Em resumo, a avaliação dos ativos de capital de risco da Sociedade respeitam as seguintes regras:

A. Avaliação de ativos não cotados:

- a. Nos primeiros 12 meses desde o momento de aquisição será utilizado o método do valor conservador (método do custo), salvo se tiver ocorrido algum evento que provoque a alteração dos factos e circunstâncias que determinaram a realização do investimento, caso em que deverá ser adotado o método do justo valor.
- b. São objeto de avaliação todas as participações sociais (ou de ativos equiparáveis) detidas pela Portugal Ventures há mais de 12 meses, às quais é aplicado o método do justo valor resultante da aplicação de uma das seguintes metodologias:
 - Fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados) – o valor do ativo consistem no somatório dos fluxos de caixa futuros gerados na sua vida útil, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto compatível com o nível de risco inerente (a uma taxa de custo médio ponderado do capital). O período de previsão utilizado tem por regra associada uma estimativa a cinco anos.
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor, dimensão e rentabilidade – esta metodologia corresponde à aplicação de um múltiplo de Vendas, EBITDA ou Resultado Líquido sobre o respetivo indicador do negócio alvo de avaliação.
 - Transações materialmente relevantes – efetuadas por entidades independentes nos últimos 6 meses face à data de avaliação.
 - Patrimonial ajustado – permite a avaliação separada dos ativos fixos dos ativos financeiros e outros ativos, deduzido de todos os passivos existentes e contingentes. Este método é indicado para a avaliação de *holdings* financeiras puras e no caso específico das incubadoras, uma vez que a geração futura de rendimentos é bastante incerta.
- c. Ao valor da participação obtido pelo método do justo valor pode ser aplicado um fator de desconto de 10 por cento, nas situações em que a metodologia utilizada (transações materialmente relevantes, múltiplos de sociedades comparáveis e fluxos de caixa descontados) não permita refletir as eventuais perdas de valor.

B. Avaliação de ativos admitidos em mercado:

No caso de existir informação disponível relativa ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação terá por base os seguintes critérios:

- Ativos com liquidez: Último preço de referência disponível à data da avaliação.
- Ativos sem liquidez: Média dos valores de cotação de fecho diária dos últimos 6 meses.

A regra anterior será derogada, e será afastada a cotação como indicador representativo do justo valor, se se verificar alguma das duas situações: (a) o *free float* da empresa for inferior a 15% ou (b) a empresa apresentar capitais próprios negativos.

No caso de não existir informação disponível com referência ao período de até 6 meses antes da data de referência da avaliação, a avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado deve seguir as metodologias de justo valor definidas para ativos não cotados.

No caso dos instrumentos financeiros serem negociados em mais do que uma forma organizada de negociação deverá ser utilizado o preço ou oferta que respeite ao mercado que apresente maior liquidez em termos de quantidade, frequência e regularidade de transações.

C. Avaliação dos contratos associados:

Nos casos em que exista disposição contratual para a determinação do preço de venda da participação, procede-se à sua determinação reportada ao momento da avaliação da carteira, identificando-se ainda se essa disposição corresponde a uma obrigação de compra e, em caso afirmativo, se existe risco de incumprimento dessa obrigação. Existindo mais do que um método para a sua determinação, adota-se o valor identificado como o mínimo aplicável, ou, não existindo esse mínimo, aquele que se revela o mais prudente.

O valor do acordo, assim determinado, corresponde ao valor máximo pelo qual o ativo em causa é reconhecido patrimonialmente e que corresponderá ao valor atual pelo qual a Sociedade pode ou deve alienar o respetivo ativo.

D. Os créditos e outros instrumentos com natureza de dívida:

- a. São avaliados segundo a metodologia dos fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados), tendo em consideração (i) as condições de reembolso e remuneração dos contratos associados e (ii) o custo de oportunidade do capital investido que determina a atualização dos fluxos à taxa de custo efetivo do capital próprio.
- b. Em simultâneo são analisadas as situações especiais onde se prevê a aplicação de taxas de recuperação dos créditos assente na avaliação do risco do mutuário e de acordo com uma matriz construída com base no histórico de recuperação de créditos.

Quando determinada a valorização do ativo são registados os aumentos ou reduções de justo valor nas respetivas contas de rendimentos ou gastos e na rubrica de ajustamentos de participações financeiras no Balanço.

Os ativos financeiros detidos pela Portugal Ventures e que o sejam, igualmente, por outro Fundo de Capital de Risco gerido pela Portugal Ventures, são uniformemente avaliados quanto aos métodos, critérios e pressupostos.

À Portugal Ventures é aplicável o disposto no Regulamento da CMVM nº 12/2005.



A Portugal Ventures não detém participações financeiras em subsidiárias enquadráveis no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, nem nos parágrafos 4 a 7 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, razão pela qual não são preparadas demonstrações financeiras consolidadas.

As participações financeiras compreendem:

Participações Financeiras	Sede	Atividade principal	Portugal Ventures, SA		FCR Portugal Ventures		FCR Portugal Ventures 2		FCR Portugal Ventures Valor 1		FCR Portugal Ventures Valor 2		FCR Portugal Ventures Global 1		FCR Portugal Ventures Global 2		FCR Portugal Ventures Finicia		FCR Portugal Ventures GPI (**)		FCR Portugal Ventures REP (**)		FCR Portugal Ventures III (**)		Outros detentores de capital			
			% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido		% de capital detido	
			31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11	31-12-12	31-12-11
Associadas																												
ATTICA – Centro de Lazer, SA	Porto	Atividades de bem-estar físico	41,6%	41,6%																						58,4%	58,4%	
BIOCODEX - Incubação de Emp. de Ciências da Vida, SA	Porto	Biociologia	1,8%	1,8%	12,9%	12,9%								35,3%	35,3%											50,0%	50,0%	
BLUEPHARMA – Indústria Farmacéutica, SA	Coimbra	Indústria Farmacéutica	3,4%	3,9%					10,1%	11,5%						6,7%	7,7%									79,8%	76,9%	
CIENCINVEST – Valorização Económica da Ciência, SA	Porto	Serviços	40,0%	40,0%										35,0%	35,0%											25,0%	25,0%	
DICODOC – Dicionários Interactivos, LDA	Lisboa	Outras Indústrias	49,0%	49,0%																						51,0%	51,0%	
EDIGMA.COM- Gestão de Projectos Digitais, SA	Braga	Tecnologias de Informação	9,7%	9,7%					19,4%	19,4%						19,4%	19,4%									51,5%	51,5%	
ENTERSITE, Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	Ativ. Informáticas e Conexas	8,1%	8,1%										29,9%	29,9%											62,0%	62,0%	
FIBERSENSING – Sist. Avançados Monitorização, SA	Porto	Indústria Eletrónica	25,9%	25,7%					3,0%	3,0%				23,6%	23,5%	24,1%	24,1%									23,4%	23,7%	
GENETEST – Prest. Serv. Testes Diagnost. Genético, SA	Porto	Biociologia	21,3%	21,3%										21,3%	21,3%											57,5%	57,5%	
HOTEL RAUCHSTRASS 22, S.à.r.l.	Luxemburgo	Hotelaria	26,5%	(*)																						73,5%	(*)	
HOTTRADE – Representações, Gestão e Serviços, SA	Porto	Serviços	25,0%	25,0%																						75,0%	75,0%	
HOZAR PORTUGAL, SGPS, S.A	Porto	Serviços Financeiros	6,8%	(*)																	33,6%	33,6%				59,7%	(*)	
IMUNOSTAR – Inv. Com. de Prod. Biotecnológico, SA	Porto	Biociologia	24,2%	24,2%										25,8%	25,8%											50,0%	50,0%	
INVESTVAR Comercial, SGPS, SA	Aveiro	Indústria do calçado	7,5%	7,5%	10,7%	10,7%			10,7%	10,7%											14,0%	14,0%	5,6%	5,6%		51,5%	51,5%	
MICOPLANT- Mcolgia Aplicada, LDA	Porto	Biociologia	55,2%	55,2%														15,5%	15,5%							29,3%	29,3%	
NET – Novas Empresas e Tecnologias, SA	Porto	Serviços	26,3%	26,3%																						73,7%	73,7%	
PESTANA BERLIM S.à.r.l.	Luxemburgo	Hotelaria	26,5%	(*)																						73,5%	(*)	
VISUALIZAR – Serviços Multimédia, SA	Porto	Tecnologias de Informação	48,7%	48,7%																						51,3%	51,3%	
WEBTAX – Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	Tecnologias de Informação	33,3%	33,3%	15,7%	15,7%																				51,0%	51,0%	
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	Fundo de capital de risco	30,0%	30,0%																						70,0%	70,0%	
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%	50,0%																						50,0%	50,0%	
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	Fundo de capital de risco	34,9%	34,9%																						65,1%	65,1%	
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	Fundo de capital de risco	37,5%	37,5%																						62,5%	62,5%	
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	Fundo de capital de risco	30,0%	(*)																						70,0%	(*)	
Outras entidades																												
Abrigada - Comp. Nacional de Refractários, S.A	Lisboa	Indústria de Mnerais não Metálicos	6,1%	(*)																							93,9%	(*)
ALFAMA Inc.	USA	Biociologia	0,5%	0,6%	4,9%	5,6%	12,2%	13,9%						0,2%	0,3%						0,8%	0,8%			2,4%	2,4%	78,9%	76,4%
ALTITUDE SOFTWARE, BV	Holanda	Tecnologias de Informação	1,0%	1,0%										0,9%	0,9%												98,1%	98,1%
ME 3I, SGPS, S.A	Lisboa	Serviços Financeiros	19,4%	(*)																						80,6%	(*)	
FAIANÇAS SUBTIL, SA	Coimbra	Indústria Cerâmica	0,0%	(*)							0,1%	0,1%									0,0%	0,0%				99,9%	(*)	
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, S.A	Lisboa	Hotelaria	19,6%	(*)																						80,4%	(*)	
SOMELOS, SGPS, SA	Guimarães	Indústria Textil	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%									0,5%	0,5%					0,7%	0,7%				97,6%	97,6%	
SOMELOS TECIDOS, SA	Guimarães	Indústria Textil	0,5%	0,5%	0,9%	0,9%			0,9%	0,9%					1,0%	1,0%					1,4%	1,4%				95,2%	95,2%	
TELGECOM - Telecomunicações, Gestão e Comp., S.A	Lisboa	Comunicações	0,2%	(*)																							99,8%	(*)
VIRGOL – Gestão do Sistema Planet, SA	Madeira	Artes Gráficas	4,1%	4,1%																						95,9%	(*)	
Arc Atlantic Development	n.a		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
FCR Portugal Ventures Actec	Porto	Fundo de capital de risco	12,2%	12,2%																						87,8%	87,8%	
FCR Portugal Ventures Global	Porto	Fundo de capital de risco	4,8%	4,8%																						95,2%	95,2%	
FCR Portugal Ventures GPI	Lisboa	Fundo de capital de risco	9,0%	(*)																						91,0%	(*)	
FCR Portugal Ventures FIAEA	Porto	Fundo de capital de risco	10,0%	10,0%																						90,0%	90,0%	
FCR Portugal Ventures Universitatis	Porto	Fundo de capital de risco	12,5%	12,5%																						87,5%	87,5%	

(*) Não aplicável, dado ser uma participação decorrente do processo de fusão que ocorreu em 2012

(**) Gestão destes FCRs foi assumida pela Portugal Ventures no âmbito do processo de fusão





Dado que o normativo contabilístico aplicável ao regime de capital de risco, constante do regulamento da CMVM nº 1/2008, se sobrepõe às normas SNC sobre a valorimetria das participações financeiras, não foram aplicadas na íntegra as NCRF's 13, 14 e 15 que tratam, respetivamente, "Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas", "Concentrações de atividades empresarias" e "Investimentos em subsidiárias e consolidação".

3.5. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.6. Locações

As operações de locação são mensuradas como locação financeira ou locação operacional em função da sua substância, cumprindo os critérios definidos na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis. São mensurados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são reconhecidas como locações operacionais. Os contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

3.7. Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos da atividade normal da sociedade. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável).



As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em 'Ajustamento de contas a receber', sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.9. Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2012, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

3.10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar constituem obrigações a liquidar por fornecimentos à atividade normal da Portugal Ventures. Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

No exercício de 2012, a Sociedade manteve-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, beneficiando ainda do previsto no artigo 32º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que veio alterar o regime fiscal às mais e menos-valias realizadas pelas Sociedades de Capital de Risco.



3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando seja provável que para a resolução duma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, venha a ocorrer uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13. Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

3.14. Prestação de serviços

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Portugal Ventures. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

3.15. Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases, relativamente aos juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; em relação aos dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Portugal Ventures (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

3.16. Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Portugal Ventures mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício ou obrigação económica no futuro.

3.17. Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos



eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a) Justo valor das participações financeiras: o justo valor das participações financeiras que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações realizadas internamente. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados.
- b) Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do setor, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

3.18. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. As ocorrências que sucedam após a data do balanço mas que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, quando sejam materialmente relevantes.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Portugal Ventures não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o exercício apresentado.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos à ordem	241.920	66.366
Outros depósitos bancários	23.195.760	17.655.845
Numerário	4.240	2.814
Total	23.441.920	17.725.025

A rubrica outros depósitos bancários respeita a aplicações de curto prazo de capital garantido.



5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rúbricas do 'ativo fixo tangível' foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2012						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	169.669	1.582.723	500.686	524.807	53.895	46.739	2.878.520
Efeito fusão 01.jan.2012	95.968	475.979	201.663	368.088	43.698	-	1.185.395
Adições	-	81.926	-	78.087	-	879	160.892
Alienações	-	-	(61.852)	(121.232)	(23.752)	-	(206.836)
Abates	-	(159.740)	-	(37.573)	(12.810)	-	(210.123)
Donativos	-	-	-	(20.869)	-	-	(20.869)
Outras variações	-	33.526	-	(26.394)	(7.132)	(46.739)	(46.739)
Saldo final	265.637	2.014.414	640.497	764.915	53.899	879	3.740.240
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Efeito fusão 01.jan.2012	-	65.421	189.826	283.033	17.602	-	555.883
Depreciações do exercício	-	55.629	22.879	59.043	2.465	-	140.015
Outras variações	-	(13.519)	(50.471)	(184.446)	(19.618)	-	(268.053)
Saldo final	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Efeito fusão 01.jan.2012	-	65.421	189.826	283.033	17.602	-	555.883
Saldo final	-	891.858	632.998	611.014	47.155	-	2.183.024
Valor líquido	265.637	1.122.556	7.499	153.901	6.744	879	1.557.216

Ativos fixos tangíveis	31-12-2011						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	169.669	1.579.100	540.686	510.834	53.895	41.965	2.896.150
Adições	-	3.623	-	13.973	-	4.774	22.369
Alienações	-	-	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	169.669	1.582.723	500.686	524.807	53.895	46.739	2.878.520
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	717.919	443.403	427.445	45.247	-	1.634.013
Depreciações do exercício	-	66.407	67.361	25.939	1.459	-	161.166
Outras variações	-	-	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Saldo final	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	717.919	443.403	427.445	45.247	-	1.634.013
Saldo final	-	784.326	470.764	453.384	46.706	-	1.755.179
Valor Líquido	169.669	798.398	29.923	71.423	7.189	46.739	1.123.341

As adições de “Edifícios e outras construções” e “Equipamento Administrativo” em 2012, são inerentes às obras de remodelação e respetivo equipamento das novas instalações de Lisboa.

Os abates de “Edifícios e outras construções”, “Equipamento Administrativo” e “Outros ativos fixos tangíveis” devem-se ao abate dos escritórios de Lisboa das duas sociedades incorporadas.

O excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis é de 207.703 euros, conforme se discrimina no quadro:

Ativos fixos tangíveis revalorizados	31-12-2012				31-12-2011		
	Data da revalorização	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	1993	127.193	42.476	169.669	127.193	42.476	169.669
Edifícios e outras construções	1998	518.625	165.227	683.852	536.743	171.170	707.913
		645.819	207.703	853.522	663.936	213.646	877.582

Os valores indicados são líquidos de depreciações e englobam as sucessivas reavaliações, as quais foram efetuadas com base em diplomas legais (Decretos-Lei nºs 264/92 e 31/98).

No exercício de 2012, as reintegrações do ativo “Edifícios e outras construções” totalizaram 24.060 euros sendo que deste montante 18.117 euros corresponde ao valor das reintegrações incidentes sobre o seu custo histórico. O aumento anual das reintegrações em resultado das revalorizações é, assim, de 5.943 euros dos quais 40% não são aceites como custo fiscal.

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 228.092 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rúbrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 29).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao *software* adquirido para suporte das atividades da empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativos intangíveis	31-12-2012		31-12-2011		
	Outros ativos fixos intangíveis	Total	Outros ativos fixos intangíveis		Total
	Com vida útil finita		Com vida útil finita		
	Programas de computador		Programas de computador	Ativos fixos intangíveis em curso	
Ativo Bruto					
Saldo inicial (final de n-1)	559.844	559.844	524.259	10.564	534.823
Efeito fusão 01.jan.2012	72.944	72.944	-	-	-
Adições	-	-	25.021	-	25.021
Transferências	-	-	10.564	(10.564)	-
Saldo final	632.788	632.788	559.844	-	559.844
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial (final de n-1)	240.964	240.964	161.288	-	161.288
Efeito fusão 01.jan.2012	58.658	58.658	-	-	-
Depreciações do exercício	88.077	88.077	79.676	-	79.676
Saldo final	387.699	387.699	240.964	-	240.964
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	387.699	387.699	240.964	-	240.964
Valor líquido	245.089	245.089	318.879	-	318.879
Vida útil estimada (em anos)	3 a 6 anos		3 a 6 anos		

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.



7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Participações financeiras (outros métodos)

No quadro seguinte é apresentada a variação da rubrica participações financeiras (outros métodos):

Participações financeiras (outros métodos)	31-Dez-12			31-Dez-11		
	Outros métodos			Outros métodos		
	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (Up's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (Up's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)
Valor bruto:						
Saldo inicial (final de n-1)	3.187.550	8.867.247	1.070.097	4.448.678	1.629.103	855.677
Efeito fusão 01.jan.2012	2.533.029	20.637.056	803.770			
Aquisições				28.225	7.725.000	221.420
Alienações	(216.190)			(360.599)		(7.000)
Outros Desinvestimentos (*)		(10.774.041)				
Revalorizações	(613.341)	(664.122)		(501.423)	(486.856)	
Outras variações	(57.730)	1.785.996		(427.331)		
Saldo final	4.833.319	19.852.136	1.873.867	3.187.550	8.867.247	1.070.097
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial (final de n-1)			107.010			195.777
Efeito fusão 01.jan.2012			304.266			
Perdas por imparidade do exercício			1.099.813			11.473
Reversões de perdas por imparidade			(70.660)			(96.236)
Outras variações						(4.004)
Saldo final	-	-	1.440.428	-	-	107.010
Ativo líquido	4.833.319	19.852.136	433.439	3.187.550	8.867.247	963.087
Total ativo líquido		25.118.893			13.017.885	

Os valores inscritos nas rubricas de alienações e outros desinvestimentos correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações e outros desinvestimentos.

A Portugal Ventures não efetuou investimentos no ano 2012.

Os desinvestimentos são como consta no quadro seguinte:

Alienações / Abates / Outros Desinvestimentos	Atividade	Direitos de voto desinvestidos	Custo aquisição
Partes de Capital			
BLUEPHARMA – Indústria Farmacêutica, SA	Indústria Farmacêutica	0,5%	62.480
ENERGUS – Inv., Sistemas e Gestão, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	11,1%	50.050
NEMOTO PORTUGAL - Química Fina, Lda.	Indústria Química Fina	3,7%	103.660
FCR Portugal Ventures GPI (*)	Fundo de Capital de Risco	16,2%	10.559.178
FCR Portugal Ventures III (*)	Fundo de Capital de Risco	7,1%	214.863
			10.990.231

(*) Entrega de UP's no âmbito da redução de capital da AICEP Capital Global



Os principais indicadores relativamente às participações financeiras em associadas são os seguintes:

Participações Financeiras	Sede	% detida a 31.12.2012	Ativo	Capital próprio	Resultado líquido	Exercício
Associadas						
ATTICA – Centro de Lazer, SA	Porto	41,6%				Processo de falência em curso
BIOCODEX - Incubação de Emp. de Ciências da Vida, SA	Porto	1,8%	1.008.668	397.607	(305.160)	31-12-2010
BLUEPHARMA – Indústria Farmacêutica, SA	Coimbra	3,4%	29.930.086	14.895.934	3.942.388	31-12-2011
CIENCINVEST – Valorização Económica da Ciência, SA	Porto	40,0%	1.679.484	1.174.040	(26.706)	31-12-2011
DICODOC – Dicionários Interactivos, LDA	Lisboa	49,0%	n.d.	45.121	(17.228)	31-12-2000
EDIGMA.COM - Gestão de Projectos Digitais, SA	Braga	9,7%	2.296.508	510.994	(469.459)	31-12-2011
ENTERSITE - Gestão e Manut. Páginas na Internet, SA	Lisboa	8,1%	311.826	(184.907)	(247.407)	31-12-2000
FIBERSENSING – Sist. Avançados Monitorização, SA	Porto	25,9%	3.362.037	966.453	(651.540)	31-12-2011
GENETEST–Prest. Serv. Testes Diagnost. Genético, SA	Porto	21,3%	558.719	132.264	(80.196)	31-12-2010
HOTEL RAUCHSTRASS 22, S.à.r.l.	Luxemburgo	26,5%	21.564.025	5.161.813	(27.695)	31-12-2011
HOTTRADE – Representações, Gestão e Serviços, SA	Porto	25,0%	2.894.352	(1.095.114)	(425.051)	31-12-2010
HOZAR PORTUGAL, SGPS, S.A.	Porto	6,8%	24.690.560	(5.564.913)	(3.286.955)	31-12-2011
IMUNOSTAR – Inv. Com. de Prod. Biotecnológico, SA	Porto	24,2%	232.123	58.132	(7.881)	31-12-2010
INVESTVAR Comercial, SGPS, SA	Aveiro	7,5%				Processo de insolvência em curso
MICOPLANT- Micologia Aplicada, LDA	Porto	55,2%				Processo de insolvência em curso
NET – Novas Empresas e Tecnologias, SA	Porto	26,3%	694.296	319.917	(30.353)	31-12-2011
PESTANA BERLIM S.à.r.l.	Luxemburgo	26,5%	4.819.438	206.198	(730.092)	31-12-2011
VISUALIZAR – Serviços Multimédia, SA	Porto	48,7%	n.d.	(488.931)	(52.543)	31-12-2006
WEBTAX – Gestão de Sistemas de Informação, SA	Lisboa	33,3%	n.d.	(74.489)	(122.468)	31-12-2001
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	30,0%	1.773.528	1.694.917	(789.777)	31-12-2011
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	50,0%	1.640.806	1.634.444	(165.556)	31-12-2011
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	34,9%	2.088.552	2.071.609	(78.341)	31-12-2011
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	37,5%	1.200.203	1.074.045	(125.955)	31-12-2011
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Lisboa	30,0%	6.167.408	6.130.383	130.383	31-12-2011

7.2 Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31-12-2012	31-12-2011
	Custo (Suprimentos)	Custo (Suprimentos)
Valor bruto:		
Saldo inicial (final de n-1)	4.389.734	3.942.443
Aquisições		692.885
Alienações/Reembolsos	(33.356)	(245.594)
Saldo final	4.356.378	4.389.734
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial (final de n-1)	1.402.698	1.303.180
Perdas por imparidade do exercício	2.044.587	99.518
Reversões de perdas por imparidade	(177.095)	
Saldo final	3.270.191	1.402.698
Ativo líquido	1.086.187	2.987.036

Os valores inscritos nas rubricas alienações/reembolsos correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Ventures efetuou avaliações internas para apuramento da avaliação do património.



A Comissão do Mercado de Valores de Mobiliários (CMVM), no intuito de uniformizar os critérios de avaliação das participações de capital de risco veio, através do seu Regulamento nº 1/2006 alterado pelo Regulamento nº 1/2008, limitar a definição das metodologias e dos critérios de avaliação dos ativos de capital de risco, bem como definir a periodicidade mínima semestral da avaliação e da prestação da informação documental à mesma entidade reguladora.

No âmbito do postulado no Regulamento da CMVM nº 12/2005 – *Contabilidade das sociedades e dos fundos de capital de risco* – a referida avaliação dos ativos será um reconhecimento patrimonial dos ativos com as inerentes repercussões ao nível contabilístico.

7.3. Informações exigidas pelo Regulamento da CMVM n.º 12/2005 - Composição Discriminada da Carteira de Capital de Risco

I – Discriminação das Participações sociais em capital de risco

Designação	Critério Valorimétrico	Valor de aquisição (€)	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo da carteira da SCR
Participações Sociais						
ABRIGADA, SA	Justo Valor	341		6,1	18,02	0,00
ALFAMA, Inc.	Justo Valor	143.933		0,5	3,41	0,36
ALTITUDE SOFTWARE, BV	Justo Valor	1.500.000		1,0	11,88	3,80
ATTICA - Centro de Laser, SA	Justo Valor	249.600		41,6	11,40	0,63
BIOCODEX - Incubação de Emp. de Ciências da Vida, SA	Justo Valor	15.375		1,8	1,01	0,04
CIENGINVEST – Valorização Económica da Ciência, SA	Justo Valor	600.000		40,0	4,43	1,52
DICODOC, Dicionários Interactivos, LDA	Justo Valor	30.551		49,0	12,62	0,08
ENTERSITE, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	8.075		8,1	12,56	0,02
FAIANÇAS SUBLIL, SA	Justo Valor	561.133		0,0	17,06	1,42
GENETEST - Prest. Serv. Testes de Diagnóstico Genético, SA	Justo Valor	85.000		21,3	8,28	0,22
IMUNOSTAR - Invest. e Comerc. de Prod. Biotecnológico, SA	Justo Valor	36.275		24,2	8,47	0,09
INVESTVAR COMERCIAL, SGPS, SA	Justo Valor	2.000.012		7,5	4,99	5,07
ME 3I, SGPS, SA	Justo Valor	67.900		19,4	0,18	0,17
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	Justo Valor	131.069		26,3	17,47	0,33
TELGECOM, SA	Justo Valor	5.002		0,2	18,02	0,01
Virgol - Gestão do Sistema PLANET, SA	Justo Valor	399.038		4,1	15,24	1,01
VISUALIZAR - Serviços Multimédia, SA	Justo Valor	190.000		48,7	9,05	0,48
WEBTAX - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	16.666		33,3	11,86	0,04
Arc Atlantic Development *	Justo Valor	5.349		n.a.	n.a.	0,01
Participações Sociais com acordo de venda a prazo						
BLUEPHARMA - Indústria Farmacéutica, SA	Justo Valor	437.520		3,4	4,12	1,11
EDIGMA.COM - Gestão de Projectos Digitais, SA	Justo Valor	500.320		9,7	4,63	1,27
FIBERSENSING - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	694.479		25,9	8,70	1,76
HOTEL RAUCHSTRASS 22, S.à.r.l.	Justo Valor	1.722.500		26,5	1,62	4,36
HOTTRADE - Representações, Gestão e Serviços, SA	Justo Valor	25.000		25,0	6,71	0,06
HOZAR, SGPS, SA	Justo Valor	580.640		6,8	10,78	1,47
MICOPLANT - Micologia Aplicada, Lda	Justo Valor	160.000		55,2	6,25	0,41
PESTANA BERLIN S.à.r.l.	Justo Valor	265.000		26,5	1,62	0,67
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, S.A.	Justo Valor	196.230		19,6	8,76	0,50
SOMELOS SGPS, SA	Justo Valor	285.438		0,6	7,49	0,72
SOMELOS TECIDOS, SA	Justo Valor	169.834		0,5	7,49	0,43
Prestações Suplementares, Prestações Acessórias e Suprimentos						
Prestações Suplementares/Acessórias de Capital						
FIBERSENSING - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	1.070.097		-	5,65	2,71
Sociedade Geral de Gestão de Hotéis de Moçambique, S.A.	Justo Valor	803.770		-	9,68	2,04
Suprimentos						
ATTICA - Centro de Laser, SA	Justo Valor	225.105		-	11,15	0,57
BIOCODEX - Incubação de Emp. de Ciências da Vida, SA	Justo Valor	158.790		-	1,01	0,40
ENTERSITE, Gestão e Manutenção de Páginas na Internet, SA	Justo Valor	165.237		-	12,56	0,42
FIBERSENSING - Sistemas Avançados de Monitorização, SA	Justo Valor	354.189		-	8,70	0,90
GENETEST - Prest. Serv. Testes de Diagnóstico Genético, SA	Justo Valor	25.000		-	5,58	0,06
HOTTRADE - Representações, Gestão e Serviços, SA	Justo Valor	975.000		-	6,71	2,47
SOMELOS SGPS, SA	Justo Valor	172.115		-	1,09	0,44
SOMELOS TECIDOS, SA	Justo Valor	1.616.243		-	7,49	4,10
VISUALIZAR - Serviços Multimédia, SA	Justo Valor	510.000		-	9,05	1,29
WEBTAX - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Justo Valor	154.699		-	11,87	0,39
Unidades de Participação em FCR						
FCR Portugal Ventures ACTec	NAV / Justo Valor	500.000		12,2	3,36	1,27
FCR Portugal Ventures Global	NAV / Justo Valor	847.956		4,8	13,59	2,15
FCR Portugal Ventures GPI	NAV / Justo Valor	5.877.278		9,0	6,80	14,89
FCR Portugal Ventures Finicia	NAV / Justo Valor	1.200.000		30,0	5,67	3,04
FCR Portugal Ventures FIAEA	NAV / Justo Valor	100.000		10,0	1,96	0,25
FCR Portugal Ventures Internacionalização	NAV / Justo Valor	6.000.000		30,0	0,70	15,20
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	NAV / Justo Valor	3.000.000		50,0	1,33	7,60
FCR Portugal Ventures Early Stage	NAV / Justo Valor	2.500.000		34,9	1,25	6,34
FCR Portugal Ventures Universitas	NAV / Justo Valor	625.000		12,5	1,01	1,58
FCR Portugal Ventures Biocant	NAV / Justo Valor	1.500.000		37,5	1,01	3,80
Total no Exercício		39.462.761	26.205.080			
Total no Ano anterior		23.528.853	16.004.920			

* - Agrupamento europeu económico de interesse comunitário. O capital social é variável.



II – Operações a prazo sobre participações sociais em capital de risco

Relativamente à carteira de participações financeiras da Portugal Ventures existem onze empresas com as quais foram celebrados acordos parassociais onde está prevista a venda a prazo das referidas participações, no período que decorre até 31 de dezembro de 2018.

Garantias prestadas e recebidas pelas SCR

Entidade Beneficiária	Entidade garante	Montante nominal da garantia
<u>Garantias Prestadas</u>		
Administração Fiscal	BIC	151.760
<u>Garantias recebidas</u>		
Portugal Ventures, SA	Penhor de ações	2.678.697

A garantia prestada a favor da Administração Fiscal no valor de 151.760 euros refere-se a um processo fiscal que decorre com um antigo representante da Portugal Ventures, nomeado para a representação no Conselho de Administração de uma sua participada. De acordo com opinião dos nossos advogados não é expectável que tal garantia venha a ser acionada, porém, se tal se verificar a Portugal Ventures será reembolsada pelo aludido representante de acordo com compromisso assumido.

7.4. Informação complementar – Fundos geridos pela sociedade

A Portugal Ventures para além da sua qualidade de Sociedade gestora participa no capital social de dez Fundos, detendo em cada um as seguintes unidades de participação:

Fundos geridos pela sociedade	2012
FCR Portugal Capital Ventures Global	34
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	120
FCR Portugal Capital Ventures ACTec	50
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	10
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	30
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	5.000
FCR Portugal Capital Ventures UNIVERSITAS	125
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	30
FCR Portugal Capital Ventures GPI	236
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	6.000
	11.635

8. LOCAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 a Portugal Ventures deteve as seguintes locações financeiras e operacionais:

Locações Financeiras	Prazo de locação		31-12-2011			31-12-2011
	Início	Fim	Custo	Amortiz perdas imp acumuladas	Valor contabilístico	Valor contabilístico
Equipamento de transporte	13-01-2010	02-09-2012	21.852	10.471	11.381	11.465
			21.852	10.471	11.381	11.465

A locação financeira foi alienada em Fevereiro de 2012, pelo seu valor contabilístico.

Locações Operacionais	Prazo de locação		31-12-2011		31-12-2011	
	Início	Fim	Pagamento mínimo das locações	Total	Pagamento mínimo das locações	Total
Equipamento de transporte	08-02-2008	07-02-2012	383	383	4.517	4.517
Equipamento de transporte	25-08-2008	24-08-2012	4.694	4.694	7.041	7.041
Equipamento de transporte	03-08-2009	02-08-2013	9.801	9.801	9.793	9.793
Equipamento de transporte	17-09-2010	16-03-2015	6.465	6.465	6.454	6.454
			21.343	21.343	27.805	27.805

As locações operacionais cujo contrato terminou durante o ano foram entregues ao locador.

9. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Clientes	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente	3.226.814	496.778	2.730.035	2.156.404	54.766	2.101.638
Clientes de cobrança duvidosa	749.688	691.557	58.131	326.143	326.143	-
Total	3.976.501	1.188.335	2.788.166	2.482.547	380.908	2.101.638

O valor inscrito em clientes respeita a prestação de serviços de consultadoria no acompanhamento da atividade de participadas da Sociedade e/ou dos Fundos que gere, bem como às comissões de gestão e/ou de montagem faturadas aos Fundos geridos pela Sociedade.

Imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas no valor de 466.905 euros, conforme mapa que segue:

Variação das imparidades de Clientes		
	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	721.430	331.579
Dotações	507.925	69.195
Reversões	(41.019)	(19.866)
Imparidades acumuladas	1.188.335	380.908

As perdas por imparidade para clientes foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade, utilizando quando é caso disso, as taxas constantes do artigo 36º do CIRC.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esta rúbrica registou os seguintes movimentos:

Estado e outros entes públicos	31-12-2012	31-12-2011
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	537	967
Total	537	967
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	326.049	511.152
Retenção de imposto sobre o rendimento	32.396	28.751
Imposto sobre o valor acrescentado	19.452	67.474
Contribuições para a Segurança Social	41.315	27.991
Tributos das autarquias locais	369	369
Total	419.581	635.737

Os valores constantes do passivo respeitam essencialmente a movimentos registados no mês de Dezembro de 2012 sendo exceção o valor inscrito na rúbrica do imposto sobre o valor acrescentado que, de acordo com os prazos estabelecidos no respetivo código, inclui também o valor do IVA a entregar ao Estado relativo ao imposto apurado no mês de Novembro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas tem a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
- Imposto sobre o rendimento	1.388.952	1.003.931
- Pagamentos por conta	(692.856)	(255.819)
- Retenções na fonte	(370.048)	(236.960)
	326.049	511.152

A Portugal Ventures não tem em mora quaisquer obrigações para com o setor Público Estatal ou Segurança Social.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rúbrica de 'Outras contas a receber', é como segue:

Outras contas a receber - correntes	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	247.774	20.589	227.185	287.203	64	287.139
Participadas	548.349	489.928	58.422	517.514	186.612	330.901
Devedores Diversos	1.449.551	894.578	554.973	842.825	547.235	295.590
Fornecedores Gerais	84	-	84	1.216	-	1.216
Cretores Diversos	6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Total	2.251.758	1.405.095	846.664	1.654.757	733.911	920.846

O valor inscrito na rúbrica de devedores por acréscimo de rendimentos respeita essencialmente a juros a receber no valor de 209.316 euros. Deste montante, a parcela de 137.826 euros é referente a juros de depósitos a prazo.



Os valores a receber de participadas respeitam, grosso modo, a juros de empréstimos (suprimentos e mútuos) concedidos às participadas.

As perdas por imparidade para dívidas a receber foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade, utilizando quando é caso disso, as taxas constantes do artigo 36º do CIRC.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 a sociedade tem registado na rubrica 'diferimentos' os seguintes saldos:

Diferimentos	31-12-2012	31-12-2011
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	32.189	14.973
Total	32.189	14.973
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	2.794	4.019
Total	2.794	4.019

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos, nomeadamente a renda das instalações de Lisboa e a licença informática.

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A discriminação desta rubrica, a 31 de dezembro de 2012, encontra-se devidamente explicitada na 'Nota 4' do presente anexo.

14. CAPITAL SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2012, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado, representado por 8.082.530 ações de valor nominal unitário de 5 euros.

O capital social da Portugal Ventures após fusão ficou com a seguinte repartição acionista:

Accionista	Capital Subscrito	
	Valor nominal	%
IAPMEI - Instituto Apoio às PME e à Inovação	17.023.890 €	42,13
AICEP, E.P.E.	7.766.095 €	19,22
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.133.750 €	10,23
Turismo Portugal	3.288.770 €	8,14
Banco BPI, SA	2.577.955 €	6,38
Banco Comercial Português, SA	2.510.000 €	6,21
Banco Espírito Santo	1.572.190 €	3,89
Banco Santander Totta, SA	1.000.000 €	2,47
Petróleos de Portugal - Petrolgal, SA	500.000 €	1,24
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12.500 €	0,03
Citibank Portugal, SA	12.500 €	0,03
Banco Efisa, SA	5.000 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.000 €	0,01
Banco BIC, SA	5.000 €	0,01
Total	40.412.650 €	100,00

Em 2012 ocorreu a distribuição de dividendos, referentes ao exercício de 2011, aos acionistas da TC – Turismo de Portugal, facto que não foi tido em consideração na determinação do valor patrimonial e na participação de cada acionista da Portugal Ventures na data da fusão, pelo que, foi necessário proceder à correspondente redistribuição de ações pelos acionistas e à diminuição da reserva de fusão no exato montante do dividendo, operação que será objeto de ratificação em assembleia geral a ocorrer em breve. Com esta operação a Portugal Ventures passa a apresentar a seguinte estrutura acionista:

Accionista	Capital Subscrito	
	Valor nominal	%
IAPMEI - Instituto Apoio às PME e à Inovação	17.192.995 €	42,54
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, SA	2.503.205 €	6,19
Banco Espírito Santo	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrolgal, SA	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12.625 €	0,03
Citibank Portugal, SA	12.625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, SA	5.050 €	0,01
Total	40.412.650 €	100,00

Nos termos do disposto no artigo 447^º do Código das Sociedades Comerciais os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Portugal Ventures não possuem nem nunca possuíram qualquer ação representativa do capital social da Sociedade.

15. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estas rúbricas registaram os seguintes movimentos:

Reservas	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados
Quantia em 01-01-2011	653.259	37.573	1.665.217
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	-	-	-
Quantia em 31-12-2011	653.259	37.573	1.665.217
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	76.506	-	1.453.612
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3.482
<i>Projeto de Fusão</i>		1.430.594	-
Quantia em 31-12-2012	729.765	1.468.167	3.122.311

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Portugal Ventures, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

Em 2012 devido à fusão ocorreram movimentos na conta Outras Reservas.

16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, ocorreram os seguintes movimentos:

Excedentes de revalorização	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis		Excedente de revalorização total
	Terrenos	Edifícios	
Quantia em 01-01-2011	28.996	105.211	134.207
<i>Amortizações e imparidades</i>		(4.112)	(4.112)
<i>Outros movimentos</i>		630	630
Quantia em 01-01-2012	28.996	101.729	130.725
<i>Amortizações e imparidades</i>		(4.112)	(4.112)
<i>Outros movimentos</i>		630	630
Quantia em 31-12-2012	28.996	98.248	127.244

O valor inscrito na rúbrica amortizações e imparidades respeita à realização da reserva no exercício pela via das depreciações dos bens revalorizados ao abrigo do Decreto-Lei 31/98, correspondendo o valor inscrito na rúbrica outros movimentos à quantia do imposto diferido passivo gasto no exercício relativamente à percentagem (40%) do aumento das depreciações não aceite como gasto fiscal.

Existem restrições na distribuição aos acionistas dos excedentes de revalorização, dado que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais os mesmos não podem ter as aplicações permitidas por lei enquanto não realizados.



17.FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 a rúbrica de 'fornecedores' decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	100.388	31.255
Empresa-mãe	-	705
Empresas associadas	8.492	696
Total	108.880	32.656

O valor inscrito na rúbrica de fornecedores gerais respeita principalmente a FSE, os quais são regularizados nos prazos de vencimento contratados.

18.OUTRAS CONTAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rúbrica de 'Outras contas a pagar', é como segue:

Outras Contas a Pagar	31-12-2012	31-12-2011
<u>Passivo não corrente</u>		
Credores Diversos	512.702	83.366
Total	512.702	83.366
<u>Passivo corrente</u>		
Pessoal	2.041	-
Fornecedores de investimentos	895	2.191
Credores por acréscimos de gastos	327.483	135.399
Credores por subscrição não liberadas	9.827.525	5.667.551
Credores diversos	45.353	26.509
Total	10.203.297	5.831.650

A rúbrica 'credores por acréscimos de gastos' inclui o gasto do exercício inerente a gastos com o pessoal - férias e respetivos encargos para a Segurança Social, que se vencem em 01 de janeiro de 2013 - e cujo montante totaliza 136.232.

A rúbrica de credores por subscrições não liberadas corresponde a capital subscrito e não realizado em 6 Fundos que a Sociedade participa e gere (Nota 1 e 7).

A rúbrica passivos não correntes em 31 de dezembro de 2012 reflete essencialmente credores diversos e os contratos de financiamento e refinanciamento abaixo identificados, sendo que no valor do balanço se encontra refletida a imputação da soma algébrica de mais e menos-valias potenciais atinentes às operações cofinanciadas/refinanciadas, como se explicita:

SINFEPEDIP (IAPMEI) - A Sociedade firmou em 22 de Abril de 1996 com o IAPMEI, um contrato destinado a ser aplicado na proporção de 50% do investimento realizado na aquisição de participações em empresas com projetos apoiados no âmbito do PEDIP II, ou de outras iniciativas que concorram para os objetivos da política industrial. O montante deste financiamento só se veio a

concretizar em 50%, 3,741 milhões de euros, valor que foi totalmente aplicado em investimentos em participações de capital de risco.

Os reembolsos são efetuados à medida que a Sociedade procede ao desinvestimento de participações adquiridas com o referido financiamento, sendo as mais ou menos-valias concretizadas imputadas na proporção prevista na respetiva regulamentação.

Nos casos em que o valor de alienação dos desinvestimentos ocorre com pagamento diferido, a quota-parte que cabe ao IAPMEI é reembolsada na medida dos respetivos recebimentos.

FSCR PME – IAPMEI – A sociedade firmou dois contratos de refinanciamento reembolsáveis no montante global de 97.647euros, celebrados em 12 de Março de 2008 ao abrigo do “PROGRAMA FINICIA” com o Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI (“FSCR PME-IAPMEI”), cuja entidade gestora é a Sociedade “PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA”, sendo que em 2009 se concretizou o desinvestimento de uma operação relativa a um destes contratos.

Em tais contratos a Portugal Ventures agiu por si e em representação de dois dos Fundos de Capital de Risco que gere, dado que as operações objeto do refinanciamento são operações comuns à Sociedade e aos Fundos.

O FSCR PME-IAPMEI intervém no Programa FINICIA partilhando o risco das operações realizadas ao abrigo deste programa com as Entidades Especializadas de Capital de Risco (“CR”) que adiram ao mesmo programa. A referida intervenção consiste, nomeadamente:

- No refinanciamento das CR, pela via de financiamento às mesmas; e
- Na partilha com as CR do capital por elas investido e da respetiva remuneração, através da repartição proporcional das mais-valias/menos-valias resultantes das operações efetuadas no âmbito do Programa FINICIA.

O reembolso de cada refinanciamento será efetuado aquando da concretização do desinvestimento da operação.

Assim, o valor em 31 de dezembro de 2012 dos citados contratos é como segue:

Outros passivos não correntes	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Valor de balanço	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	1.207.552	1.209.480	41.790	41.790	1.249.342	1.251.270
Reembolso	-	(1.928)	(15.990)	-	(15.990)	(1.928)
Desinvestimento – quota-parte menos valias	-	-	-	-	-	0
	1.207.552	1.207.552	25.800	41.790	1.233.352	1.249.342
Imputação de mais e menos-valias potenciais	(1.207.552)	(1.207.716)	0	41.741	(1.207.552)	(1.165.976)
Passivo líquido	0	(165)	25.800	83.531	25.800	83.366

A variação no exercício da imputação das mais e menos-valias potenciais é como segue:

Variação da partilha de risco potencial	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Total geral	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial	(1.207.717)	(1.159.259)	41.741	46.756	(1.165.976)	(1.112.503)
Utilização	-	-	-	-	-	0
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza negativa e/ou reversão dos de natureza positiva		(48.458)	(41.741)	(5.016)	(41.741)	(53.473)
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza positiva e/ou reversão dos de natureza negativa	165	-	-	-	165	0
Saldo final	(1.207.552)	(1.207.717)	0	41.741	(1.207.552)	(1.165.976)

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Dadas as características da sua atividade a Sociedade não efetua vendas. As prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados		31-12-2012	31-12-2011
OPERACÕES EM CONTINUAÇÃO			
Prestações de Serviços			
Mercado Interno			
Comissões Gestão dos FCR's	i)	6.583.292	4.154.665
Prestação de serviços - outros	ii)	660.493	892.945
Mercado Externo			
Prestação de serviços - outros		10.655	15.042
Total		7.254.440	5.062.652

Os serviços prestados têm o seguinte detalhe:

i) As comissões de gestão faturadas sobre os Fundos sob gestão constituem a forma de remuneração da entidade gestora pelo exercício das respetivas funções. Conforme o disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures deve ser paga à entidade gestora uma comissão de gestão a suportar pelo respetivo Fundo.

Estas comissões são calculadas em base trimestral sendo exceção as relativas aos FCR Portugal Ventures Inter-Regional, FCR Portugal Ventures ACTec, FCR Portugal Ventures II, FCR Portugal Ventures III e o FCR Portugal Ventures GPI que são calculadas em base semestral e a do FCR Portugal Ventures FIAEA, calculada em base anual;

ii) Esta rubrica refere-se a serviços prestados a sociedades participadas diretamente pela Portugal Ventures ou pelos Fundos sob gestão.

Adicionalmente, os Regulamentos preveem, em alguns casos, a possibilidade de ser atribuída, no final do exercício, uma percentagem sobre o saldo positivo acumulado das mais-valias líquidas realizadas por cada um dos Fundos na alienação dos seus investimentos financeiros.

O detalhe das comissões de gestão por Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Comissões de gestão por Fundo	2012	2011
FCR Portugal Capital Ventures	101.029	164.457
FCR Portugal Capital Ventures Valor	574.994	747.960
FCR Portugal Capital Ventures Global	443.262	443.262
FCR Portugal Capital Ventures Inter-Regional	31.218	44.320
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	114.686	114.374
FCR Portugal Capital Ventures Energias	166.605	307.594
FCR Portugal Capital Ventures ACTec	41.000	41.000
FCR Portugal Capital Ventures 2	429.964	429.964
FCR Portugal Capital Ventures Valor 2	1.233.129	1.233.129
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	504.789	504.789
FCR Portugal Capital Ventures TIEC	66.091	66.091
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	30.000	28.932
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	33.000	12.000
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	37.565	10.868
FCR Portugal Capital Ventures ACTEC II	45.373	5.369
FCR Portugal Capital Ventures UNIVERSITAS	29.884	296
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	24.678	263
FCR Portugal Capital Ventures II	128.253	-
FCR Portugal Capital Ventures III	56.669	-
FCR Portugal Capital Ventures GPI	1.073.643	-
FCR Portugal Capital Ventures FIEP	250.000	-
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	113.250	-
FCR Portugal Capital Ventures Turismo	752.091	-
FCR Dinamização Turística	258.539	-
Turismo Inovação – FCR	43.583	-
	6.583.292	4.154.665

20.GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A rubrica de ‘Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos’ que não os relacionados com o justo valor são assim decompostos:

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31-12-2012	31-12-2011
Alienações, cedências, abates e dividendos	84.165	(205.822)
Total	84.165	(205.822)

21.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com a rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' é como segue:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2012	31-12-2011
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	i)	585.062	219.878
Publicidade e propaganda		54.604	4.307
Vigilância e segurança		8.953	9.116
Honorários	ii)	224.088	232.040
Conservação e reparação		48.146	27.881
Materiais		-	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		1.492	2.141
Livros e documentação técnica		2.772	3.873
Material de escritório		18.609	11.552
Artigos para oferta		417	-
Energia e fluidos		-	-
Eletricidade		25.306	10.464
Combustíveis		55.183	44.615
Água		1.592	1.093
Outros		46	-
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas		85.659	61.849
Transportes de pessoal		807	-
Outros		4.569	-
Serviços diversos		-	-
Rendas e alugueres	iii)	115.300	76.452
Comunicação		50.916	46.137
Seguros		23.571	16.056
Contencioso e notariado		9.715	1.390
Despesas de representação		14.013	29.679
Limpeza, higiene e conforto		39.036	24.889
Outros serviços		19.299	1.646
Total		1.389.155	825.058

i) Trabalhos especializados: refere-se ao gasto suportado do trabalho realizado pelos auditores, ROC, consultadoria jurídica, consultadoria informática, consultadoria de avaliação financeira e outras consultorias solicitados ao longo do ano.

ii) Honorários: esta rubrica engloba essencialmente os honorários dos representantes em Conselhos de Administração de sociedades participadas.

iii) Rendas e Alugueres: esta rubrica engloba essencialmente as rendas dos escritórios de Lisboa e os respetivos estacionamento.

22.GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2012, foram como segue:

Gastos com o pessoal	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações dos órgãos sociais	327.325	376.005
Remunerações do pessoal	1.340.638	798.716
Indemnizações	294.605	-
Encargos sobre remunerações	344.761	243.346
Seguros - Acidentes de trabalho	9.753	6.382
Gastos de ação social	173	98
Outros	151.703	120.581
Total	2.468.958	1.545.128

Os gastos com o pessoal refletem o corte das remunerações, dos membros dos órgãos sociais e colaboradores, em conformidade com o disposto no artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, o corte dos subsídios de férias e natal, em conformidade com o disposto no artigo 21º da Lei nº 64- B/2011 de 30 de dezembro de 2011, bem como a manutenção da redução de 5% das remunerações base dos Administradores pela aplicação do disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

O número de colaboradores à data de 31 de dezembro de 2012 da Portugal Ventures foi de 44, sendo 3 administradores e 41 colaboradores.

23. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, esta rúbrica registou os seguintes movimentos:

Imparidade de dívidas a receber (gastos/reversões)	31-12-2012		31-12-2011	
	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber
Clientes	(507.925)	31.413	(69.195)	19.866
Outras contas a receber				
De Outros Devedores - Participadas	(324.009)	168	(45.499)	0
De Outros Devedores	(92.335)	189	(80.576)	437
Total	(924.268)	31.770	(195.270)	20.302

24. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento efetuado nesta rúbrica refere-se á anulação da provisão referente a um processo fiscal.

25. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

As perdas por imparidade e reversões de investimentos não depreciáveis / amortizáveis registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram:

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31-12-2012	31-12-2011
Investimentos financeiros (registados ao custo)		
Perdas		
Prestações suplementares	(1.099.813)	(11.473)
Suprimentos	(2.044.587)	(99.518)
Reversões		
Prestações suplementares	70.660	96.236
Suprimentos	177.095	-
Total	(2.896.645)	(14.756)

26. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Aumentos / reduções de justo valor	31-12-2012	31-12-2011
Ajustamentos Positivos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	979.467	121.224
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	609.142	1.605
	1.588.610	122.829
Ajustamentos Negativos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	1.592.809	622.647
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	1.273.264	488.461
	2.866.073	1.111.108
Total	(1.277.463)	(988.279)

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de 'Outros rendimentos e ganhos' é decomposta do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos operacionais		31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos suplementares			
Desempenho cargos sociais noutras empresas		52.195	4.400
Outros rendimentos suplementares	i)	29.891	29.930
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis		3	10
Alienações	ii)	52.751	22.393
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações		5.715	9.837
Restituição de impostos		816	-
Outros			
Partilha de risco - Imputação		-	53.474
Pessoal	iii)	48.978	-
Outros		23.392	10.574
Total		213.743	130.618



- i) Outros Rendimentos suplementares: reflete os valores da taxa de supervisão CMVM faturada aos Fundos, sendo que o respetivo valor está refletido igualmente na rúbrica outros gastos - impostos (Nota 28).
- ii) Alienações: reflete a alienação de uma participada.
- iii) Pessoal: reflete a anulação dos subsídios de férias de uma das sociedades incorporadas.

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rúbrica 'Outros gastos e perdas' é apresentado no quadro seguinte:

Outros gastos e perdas operacionais		31-12-2012	31-12-2011
Impostos		57.930	30.830
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	i)	157.035	-
Correcções relativas a períodos anteriores		1.326	-
Donativos		-	1.050
Quotizações		15.652	13.310
Insuficiência da estimativa para impostos		13.814	1.343
Outros			
Promoção Institucional		-	7.890
Partilha de Risco - Imputação		186	-
Perdas na cedência de "O. créditos"	ii)	86.246	6.503
Outros		61.993	136
Total		394.183	61.062

- i) Gastos e perdas em investimentos não financeiros: reflete os valores dos abates e donativos efetuados ao longo do ano resultante da mudança de instalações em Lisboa.
- ii) Perdas na cedência de 'O. Créditos': reflete a alienação de participadas.

29. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O detalhe desta rúbrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é como se segue:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2012	31-12-2011
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	55.629	66.407
Equipamento de transporte	22.878	67.361
Equipamento administrativo	59.043	25.939
Outros ativos fixos tangíveis	2.465	1.459
	140.015	161.166
Ativos intangíveis		
Com vida útil finita	88.077	79.676
	88.077	79.676
Total	228.092	240.842

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares obtidos do exercício findo a 31 de dezembro de 2012 é o seguinte:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2012	31-12-2011
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	1.144.379	1.179.554
Financiamentos concedidos a associadas	30.390	35.433
Outros financiamentos concedidos	109.728	76.300
Dividendos obtidos		
Outras empresas	5.163	57.692
Total	1.289.661	1.348.979

31. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERIODO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Impostos sobre o rendimento (DR)	31-Dez-12	31-Dez-11
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	1.388.952	1.003.931
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(630)	(36.426)
Gasto com impostos sobre o rendimento	1.388.322	967.505

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), à revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais.

Assim, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2008 a 2012, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a inspeções das Autoridades Fiscais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2009) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.



O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Resultado antes de imposto	(656.540)	2.497.623
Gastos não dedutíveis	8.405.509	2.680.729
Rendimentos não tributáveis	(1.662.484)	(430.434)
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
Matéria colectável	4.740.244	3.780.097
Imposto s/ rendimento corrente	1.256.795	939.622
Derrama Estadual	97.207	44.409
Tributação autónoma	34.950	19.900
Imposto s/ rendimento diferido	(630)	(36.426)
Imposto s/ rendimento	1.388.323	967.505
Taxa efectiva de imposto	-211,5%	38,7%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como o segue:

Activos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2011		158.281		158.281
Imposto s/rendimento		35.796		35.796
Saldo em 01-01-2012	-	194.077	-	194.077
Imposto s/rendimento			4.797	4.797
Saldo em 31-12-2012	-	194.077	4.797	198.874
Passivos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2011	18.765		235.718	254.483
Imposto s/rendimento	(630)			(630)
Saldo em 01-01-2012	18.135	-	235.718	253.853
Imposto s/rendimento	(630)			(630)
Saldo em 31-12-2012	17.505	-	235.718	253.223
Impostos diferidos líquidos a 2012	(17.505)	194.077	(230.921)	(54.349)

32. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

32.1. Remunerações do Conselho de Administração

As remunerações do pessoal chave da gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes:

Remuneração	31-12-2012	31-12-2011
Remuneração total	302.427	351.793
	302.427	351.793

32.2 Transações realizadas e saldos resultantes de transações em 2012

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas durante o ano de 2012:

Partes relacionadas - transações	31-12-2012		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	(76.817)	-	(13.509)
Vendas de bens	5.005	-	-
Serviços prestados	-	6.583.292	53.371
Juros obtidos	-	-	14.754
Redução de Capital	(19.785.996)	-	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	6.972	3.614	85
	(19.850.836)	6.586.906	54.701

Partes relacionadas - transações	31-12-2011		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	(573)	-	(3.699)
Serviços prestados	-	4.604.665	64.440
Juros obtidos	-	-	39.605
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	1.928	63.319	-
	1.355	4.667.984	100.347

Os serviços prestados aos Fundos geridos pela Sociedade correspondem aos valores das comissões de gestão e montagem dos 25 Fundos (Nota 19).



No final do exercício de 2012, os saldos com partes relacionadas decompõem-se da seguinte forma:

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2012		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	2.486	2.423.373	678.784
Ajustam. dívidas	-	-	578.099
Contas a receber líquidas	2.486	2.423.373	100.685
Contas a pagar correntes	(3.747)	(9.787.500)	(48.517)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(3.747)	(9.787.500)	(48.517)

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2011		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	1.604.930	649.874
Contas a receber não correntes	165	-	-
Ajustam. Dívidas	-	-	230.175
Contas a receber líquidas	-	1.604.930	419.700
Contas a pagar correntes	(1.099)	(5.588.541)	(80.747)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(1.099)	(5.588.541)	(80.747)

O valor inscrito na rubrica de contas a receber correntes relativo aos Fundos respeita essencialmente aos valores em dívida das comissões de gestão e de montagem (Nota 9).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

No exercício de 2012, não foram registados gastos com ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com saldos pendentes relativos a entidade relacionadas.

A Sociedade não prestou garantias a terceiros por responsabilidades assumidas por partes relacionadas.

Não existem garantias prestadas por partes relacionadas a terceiros por responsabilidades assumidas pela Sociedade.

33. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Portugal Ventures confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, mais informa não ser devedor de qualquer dívida vencida perante o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).



34.ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram emitidas em 14 de março de 2013.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2012 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Porto, 14 de março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Dr.^a Joana Maria Lima da Rocha

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Prof. Doutor Eng. José de Albuquerque Epifânio da Franca

Vice - Presidente

Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes

Vogal

Eng.^a Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes



Certificação Legal de Contas
Relatório dos Auditores Externos
Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da "**Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.**", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 55.316.144 euros e um total de capital próprio de 43.815.273, incluindo um resultado líquido negativo de 2.044.862 euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da "**Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.**" em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

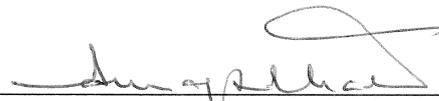
ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 9.1 Conforme referido no Relatório de Gestão e no ponto 1 do Anexo, em 27 de Junho de 2012 foi registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global SCR, S.A. e Turismo Capital, SCR, S.A. na Inovcapital, SCR, S.A., com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de Janeiro de 2012. Simultaneamente foi alterada a denominação social para Portugal Capital Ventures, SCR, S.A.. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do sector de capital de risco público, definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011.
 - 9.2 Na análise comparada das Demonstrações Financeiras deve ser tido em conta que, os valores referentes ao ano de 2011 apenas respeitam à sociedade incorporante Inovcapital, SCR, S.A..



- 9.3 Pelas razões expostas no ponto “1.3” do Relatório de Gestão e na nota 14 do Anexo às Demonstrações Financeiras impõem-se alterações na estrutura accionista prevista no projecto de fusão. Tais alterações foram já, previamente, acordadas com os Senhores accionistas e serão objecto de ratificação em próxima Assembleia Geral.

Porto, 22 de Março de 2013



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, SA (adiante também designada por Portugal Ventures), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 55 316 144 euros e um total de capital próprio de 43 815 273 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 044 862 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Ventures: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito do exame

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas

adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme se encontra mencionado na Nota 1 do Anexo, em 27 de junho de 2012 ter sido registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, SA e Turismo Capital, SCR, SA na Portugal Ventures (ex-InovCapital, SCR, SA). Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público e deu origem a um aumento do Capital Social em 12 912 650 euros, com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de março de 2013



Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)

PARECER DO CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre a informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base individual o respetivo relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração Executivo da Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A., relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.
2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu periodicamente com o Conselho de Administração Executivo, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações deste órgão.
3. O Conselho de Administração Executivo prestou ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
4. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão recebeu a recomendação de adoção de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2012 preparado pelo Fiscal Único, tendo igualmente apreciado o Relatório dos Auditores, elaborado pela BDO & Associados, SROC, Lda. sobre as demonstrações financeiras, em base individual e com cujo teor concorda.

Handwritten signatures and initials, including "W", "M", "S", and "Aka".

5. O Conselho Geral e de Supervisão apreendeu e adotou o respetivo parecer e emite opinião favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 preparado pelo Conselho de Administração Executivo, recomendando a respetiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Acionistas.

O CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO

27 de março de 2013



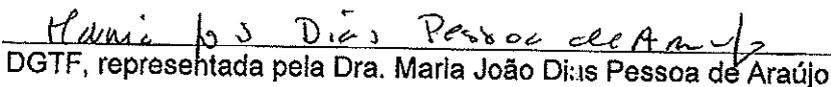
IAPMEI, representado por, Dr. Luís Filipe dos Santos Costa

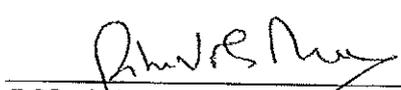


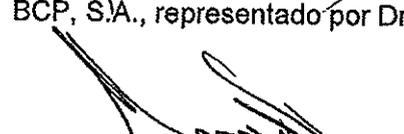
AICEP, EPE, representado por, Dr. Pedro Trigo de Moraes de Albuquerque Reis

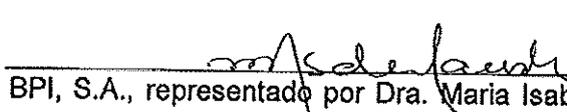
Para Luísa Ávia Neiva de Oliveira

Turismo de Portugal, IP representado por, Dr. Frederico de Freitas Costa

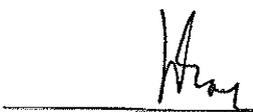

DGTF, representada pela Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo


BCP, S.A., representado por Dr. Miguel Mayer Dias Pinheiro PEDRO VILAS BOAS


BES, S.A., representado por, Dr. Marco Paulo Salvado Neves


BPI, S.A., representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda


PME Investimentos, S.A., representa por Dr. João Carlos de Magalhães Correia de Matos


CGD, representada por, Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado